

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício **2016**



Presidente do CNPQ:

Mário Neto Borges

Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI:

Carlos Roberto Fortner

Diretoria de Cooperação Institucional - DCOI:

Vago

Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais – DEHS:

Adriana Maria Tonini

Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde – DABS:

Marcelo Marcos Morales

ELABORAÇÃO : Assessoria de Planejamento da Presidência – APL

RITA DE CÁSSIA SCARDINE ASSIS LOPES

MÔNICA MARIA REBOUÇAS RAMALHO

O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, criado pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, e transformado em fundação pública pela Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974, vem apresentar seu **RELATÓRIO DE GESTÃO** do exercício de **2016** aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154 de 19 de outubro de 2016, DN TCU nº 156 de 30 de Novembro de 2016, PORTARIA-TCU Nº 59 de 17 de janeiro de 2017 e ainda Portaria CGU nº 500 de 08 de Março de 2016, se propõe a prestar contas da gestão do CNPq no exercício de 2016.

Assessoria de Planejamento – APL/PRE, Brasília, 2017.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACES

A3P - Agenda Ambiental da Administrao Pblica
ABC - Academia Brasileira de Cincias
ABIPTI - Associao Brasileira das Instituies Brasileiras de Pesquisa Tecnolgica e Inovao
AGU - Advocacia-Geral da Unio
ANPEI - Associao Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras
ANPROTEC - Associao Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APA - Assessoria Parlamentar
APL – Assessoria de Planejamento
ASCON - Associao dos Servidores do CNPq
AUD - Auditoria
BCB - Banco Central do Brasil
BNDE - Banco Nacional de desenvolvimento Econmico
C&T - Cincia e Tecnologia
CAPES - Coordenao de Aperfeioamento de Pessoal de Nvel Superior
CAs - Comits de Assessoramento
CATC - Comisso de Assessoramento Tcnico-Cientfico
CD - Conselho Deliberativo
CEB - Companhia Energtica de Braslia
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CGADM - Coordenao Geral de Administrao e Finanas
CGERH - Coordenao Geral de Recursos Humanos
CGETI - Coordenao-Geral de Tecnologia da Informao
CGPLS - Comisso Gestora do Plano de Logstica Sustentvel
CGU - Controladoria Geral da Unio
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientfico e Tecnolgico
COCGC - Coordenao de Capacitao e Gesto de Carreira
COEST - Coordenao de Estatstica e Indicadores

COFIN - Coordenao de Gesto Oramentria e Financeira
COFIN - Coordenao de Oramento e Finanas
COLOG - Coordenao de Recursos Logsticos
COLOG - Coordenao de Recursos Logsticos
CONFAP - Conselho de Fundaes e Amparo  Pesquisa
CONFIO - Contbil Financeiro e Oramentrio
COPQV - Coordenao de Promoo de Qualidade de Vida
COSUPI - Comisso Supervisora dos Planos dos Institutos
CPGF - Carto de Pagamento do Governo Federal

CSF - Ciências sem Fronteiras
DABS - Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde
DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais -
DCOI - Diretoria de Cooperação Institucional
DEHS - Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais
DEX - Diretoria Executiva
DGP - Diretório de Grupos de Pesquisa
DGTI - Diretor da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação
DVP - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
FAP - Fundações de Amparo à Pesquisa -
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo -
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico -
GAB - Gabinete da Presidência
GDT - Grupo de Trabalho
GRU - Guia de Recolhimento da União
I PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento
ICJ - Iniciação Científica Júnior
IES - Instituições de Ensino Superior -
IN - Instrução Normativa
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
LAI - Lei de Acesso à Informação
LNLS - Laboratório Nacional de Luz Síncrotron
LOA - Lei Orçamentária Anual
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCTI - Ministério de Ciência e Tecnologia Inovação -
MEC - Ministério da Educação -
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MTFC - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle
NBCT - Normas Brasileiras de Contabilidade
ONU - Organização das Nações Unidas -
OUV - Ouvidoria
PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCI - Programa de Capacitação Institucional

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação –
PEC/PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PEN - Processo Eletrônico Nacional

PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PICC - Plataforma Integrada Carlos Chagas
PICME - Programa de Iniciação Científica e Mestrado
PIPG - Programa Integrado de Pós-Graduação em Bioenergia
PISF - Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos do Projeto São Francisco
PL - Patrimônio Líquido
PLAF - Programa Latino-Americano de Física
PLATTES - Plataforma Lattes
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável -
PNES - Portadores de Necessidades Especiais -
POP - Procedimentos Operacionais Padrão
PPA - Plano Plurianual
PPGS - Programas de Pós-Graduação
PPGV - Programa de Pós-Graduação em Virologia
PPP - Programa Primeiros Projetos
PQ - Bolsa de Produtividade em Pesquisa
PRE - Presidência
PROÁFRICA - Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África
PROCAD - Programa Casadinho
PRODOC - Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores
PROEP - Programa de expansão da educação profissional
PROFIP - Programa de Fomento à Integridade Pública
PRONEM - Programa de Apoio a Núcleos Emergentes –
PRONEX - Programa de Apoio a Núcleos de Excelência
Protax - Programa de Capacitação em Taxonomia
PROTEC - Programa de Expansão Tecnológica
PUC-Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais -
PVE - Pesquisador Visitante Estrangeiro
RHAЕ - Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas
SALC - Sistema de Gerenciamento de Contratos de Serviços e Produtos
SALIC - Sistema de Automatização de Licitação e Contratação
SBM - Sociedade Brasileira de Matemática

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência –
SEAOC - Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados
SECON Serviço de Contabilidade
SECON - Setor de Contabilidade
SEDIA - Serviço de Desenvolvimento e Integração de Aplicações -
SEEOR - Serviço de Execução Orçamentária
SEGDA - Serviço de Gestão de Dados
SEGES - Serviço de Gestão de Contratos
SEGPR - Serviço de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação -
SEGS - Serviço de Gestão de Segurança da Informação
SEI - Serviço Eletrônico de Informações
SEINF - Serviço de Infra-estrutura e Patrimônio -
SEODC - Serviço de Operação de Serviços de Data Center
SEOUS - Serviço de Operação de Serviços de Usuários
SETCE - Serviço de Tomada de Contas Especial
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICOOB EXECUTIVO - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder
Executivo Federal de Brasília LTDA
SIFIN - Sistema Financeiro Gerencial
SIGEF - Sistema Gerencial de Fomento
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento –
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNCTI - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNDCT - Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPIUNET - Sistema de Registro dos Imóveis de uso Especial da União
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN – Secretária do Tesouro nacional
STN - Secretaria do Tesouro Nacional -
SUS - Sistema Único de Saúde
TCU - Tribunal de Contas da União
TDC - Termo de Cooperação
TI - Tecnologia da Informação
TLP - Taxa de Limpeza Pública

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

LISTA DE TABELAS	PÁG.
Tabela 1 – Restos a pagar processados e não processados por ano	44
Tabela 2 – Inscrição de restos a pagar não processados x despesas empenhadas	45
Tabela 3 – Cancelamento de restos a pagar não processados por ano.	46
Tabela 4– Cancelamento de restos a pagar não processados x valores totais de restos a pagar não processados de exercícios anteriores	47
Tabela 5 – Pagamento dos restos a pagar não processados por ano	48
Tabela 6 – Restos a pagar não processados não pagos x valores de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores	49
Tabela 7 - Receita Realizada 2015	57
Tabela 8 - Receita Realizada 2016	58
Tabela 9 – Comparativo do orçamento empenhado no âmbito dos Fundos Setoriais entre 2015-2016	190
Tabela 10 –Ações verticais aprovadas para a execução do CNPq em 2016	191

LISTA DE QUADROS	PÁG.
Quadro 1 – Objetivo 0497 PPA	24
Quadro 2 – Objetivo 0400 PPA	25
Quadro 3 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	29
Quadro 4 - Ação/Subtítulos – OFSS	30
Quadro 5 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	31
Quadro 6 - Ação/Subtítulos – OFSS	32
Quadro 7 - Ação/Subtítulos – OFSS	33
Quadro 8 - Ação/Subtítulos – OFSS	34
Quadro 9- Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de	35

Responsabilidade da UPC – OFSS	
Quadro 10 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	36
Quadro 11 - Obrigações assumidas por credor	40
Quadro 12 – Total empenhado na UG 364102 e 364150 com elemento de despesa 92	41
Quadro 13 - Fonte de recursos mais impactantes nos RP's por ano	51
Quadro 14 – Despesa por Modalidade de Contratação	59
Quadro 15 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa	60
Quadro 16 – Utilização de Suprimentos de Fundos	62
Quadro 17 – Concessão de Suprimento de Fundos	62
Quadro 18 - Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos	63
Quadro 19 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida Gasto Tributário: Leis 8.010/1990 e 10.964/2004	64
Quadro 20 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida Gasto Tributário: Lei 8.032/1990	64
Quadro 21 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas - Lei 8.010/90 e suas alterações	65
Quadro 22 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas – Lei 8.010/90 e suas alterações	66
Quadro 23 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas Lei 8.032/1990	67
Quadro 24 – Indicadores de Desempenho	71
Quadro 25 - Planejamento Estratégico CNPq – Indicadores (em construção)	72
Quadro 26 – Força de Trabalho da UPC	92
Quadro 27 – Distribuição da Lotação Efetiva	93
Quadro 28 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções	93

gratificadas da UPC	
Quadro 29 – Custos do pessoal	96
Quadro 30 – Distribuição de imóveis	103
Quadro 31 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	105
Quadro 32 – Ocupação dos imóveis	107
Quadro 33 – Contratos mantidos pelo CNPq	120
Quadro 34 - Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	120
Quadro 35 – Despesas TI 2016	122
Quadro 36 - Sistemas de Informação e Módulos	123
Quadro 37 - Riscos TI	125
Quadro 38 – Execução Orçamento por UO	134
Quadro 39 – Execução de Restos a Pagar - 2016	137
Quadro 40 – Valores pagos e liquidados por natureza da despesa	139
Quadro 41 - Dotação Final x Execução Orçamentária	141
Quadro 42 – Receitas Correntes	148
Quadro 43 - Despesas Correntes	148
Quadro 44 - Recebimentos Extraorçamentários	150
Quadro 45 - Despesas Extraorçamentárias	151
Quadro 46 - Resultado do Período	153
Quadro 47 – Determinações do TCU	168
Quadro 48 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento de exercício anterior	169
Quadro 49 – Recomendações na Situação Monitorando	173
Quadro 50 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	175
Quadro 51 - Contratos vigentes no CNPq	177
Quadro 52 – Chamadas 2016	180

LISTA DE GRÁFICOS	PÁG.
Gráfico 1 – Inscrição de restos a pagar não processados x despesas empenhadas	45
Gráfico 2 – Cancelamento de restos a pagar não processados por ano.	46
Gráfico 3 – RP Cancelados e Inscrição RP não processados de exercícios anteriores	47
Gráfico 4 – Pagamento dos restos a pagar não processados por ano	48
Gráfico 5 – RP's não processados inscritos em exercícios anteriores	49
Gráfico 6 - Receita Realizada 2015	57
Gráfico 7 - Receita Realizada 2016	58
Gráfico 8 - Execução Orçamentária 2016: CNPq, FNDCT, MCTIC e Outras UO's	136
Gráfico 9 – Execução Restos a Pagar – 2016: FNDCT, MCTIC e Outras UO's	138
Gráfico 10 - Dotação Final x Execução Financeira (CNPq e FNDCT)	141
Gráfico 11 - Dotação Final x Execução Financeira	142

LISTA DE FIGURAS	PÁG.
Figura 1 - Organograma Funcional do CNPq	10
Figura 2 – Macroprocessos CNPq	11
Figura 3 – Árvore de desdobramentos	27
Figura 4 - Execução Orçamentária da Receita	56
Figura 5 – Evolução do número de bolsas/auxílios e pessoal técnico	95
Figura 6 – Percentual de recursos orçamentários do FNDCT repassados em 2016	191
Figura 7 – Distribuição percentual de bolsistas por região geográfica e agência	192

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – QUADRO CHAMADAS CNPQ 2016

ANEXO II – RECURSOS DO FNDCT NO CNPQ

ANEXO III – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS ÁREAS

SUMÁRIO

SEÇÕES/ITENS DE CONTEÚDO	PÁG.
ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	
Capa	
Folha de rosto	I
Lista de siglas e abreviações	II
Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras	VI
Lista de anexos e apêndices	X
Sumário	XI
2. APRESENTAÇÃO	1
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE	4
3.1. Finalidade e competências institucionais	4
3.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	5
3.3. Breve histórico do órgão ou da entidade	6
3.4. Ambiente de atuação	8
3.5. Organograma funcional	9
3.6. Macroprocessos finalísticos	14
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	20
4.1 Planejamento organizacional	20
4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	21
4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	26
4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	27
4.1.4. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	28
4.2 Desempenho orçamentário	29
4.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	29
4.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	37
4.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	39
4.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	44
4.2.5 Informações sobre a realização das receitas	55
4.2.6 Informações sobre a execução das despesas	59
4.2.7. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	62

4.2.8..Renúncia de receitas	64
4.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	69
5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	74
5.1 Descrição das estruturas de governança	74
5.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados	79
5.3 Atuação da unidade de auditoria interna	84
5.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	87
5.5 Gestão de riscos e controles internos	89
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	92
6.1 Gestão de pessoas	92
6.1.1.Estrutura de pessoal da unidade	92
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	96
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	98
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	98
6.1.5 Contratações de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	98
6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	101
6.2.1 Gestão da frota de veículos	101
6.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	103
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	103
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	107
6.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros	118
6.2.6 Informações sobre a infraestrutura física	121
6.3 Gestão da tecnologia da informação	122
6.3.1 Principais sistemas de informações	122
6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI	127
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	128
6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	128
7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	131
7.1 Canais de acesso do cidadão	131
7.2 Carta de Serviços ao Cidadão	132
7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	132
7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	133
7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	133

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	134
8.1 Desempenho financeiro do exercício	134
8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	143
8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	144
8.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	145
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	168
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	168
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	172
9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	175
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	176
9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	177
9.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	179
10. ANEXOS E APÊNDICES	180
ANEXO I – Chamadas 2016	180
ANEXO II – Recursos FNDCT no CNPq	190
ANEXO III – Relatório de Atividades das Áreas	193

2. APRESENTAÇÃO

Este relatório, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154 de 19 de outubro de 2016, DN TCU nº 156 de 30 de Novembro de 2016, PORTARIA-TCU Nº 59 de 17 de janeiro de 2017 e ainda Portaria CGU nº 500 de 08 de Março de 2016, se propõe a prestar contas da gestão do CNPq no exercício de 2016.

Os itens 1 e 2 dizem respeito a aspectos introdutórios, como lista de siglas, abreviações, tabelas e quadros e à apresentação do relatório.

O **item 3** apresenta uma visão geral da unidade, com informações destinadas a melhor caracterizar o CNPq, sua estruturação, relações com o contexto de atuação, competências e macroprocessos relacionados.

O **item 4** trata, de forma abrangente, do planejamento da instituição e desempenho orçamentário. Apresenta o estágio de implementação de seu Plano Estratégico, a aderência desse plano a outros planos e estratégias do governo, além de informar sobre instrumentos de monitoramento da execução do Plano. Além disso, detalha restos a pagar, realização das receitas e execução das despesas. Por fim, apresenta e analisa os indicadores de desempenho institucional.

O **item 5** apresenta a estrutura orgânica de governança e de autocontrole da gestão do CNPq, explicitando os controles internos e mecanismos de gestão de risco adotados no exercício. Discorre também sobre as atividades de correição e atuação da unidade de auditoria interna.

O **item 6** detalha algumas áreas específicas da gestão: gestão de pessoas, gestão de patrimônio e infraestrutura, tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade.

O **item 7** demonstra a existência de estruturas que garantam um canal de comunicação com a sociedade, notadamente no que se refere à acessibilidade do cidadão e à avaliação e grau de satisfação dos serviços prestados, além da transparência de informações.

O **item 8** trata especificamente do desempenho financeiro do exercício de 2016 e das informações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64. O **item 9** aborda o nível de conformidade da gestão no que se refere ao atendimento de demandas oriundas de legislação específica e dos órgãos de controle, incluindo: tratamento de determinações/ recomendações do TCU e órgãos de controle interno, apuração de responsabilidades por danos ao erário, informações sobre revisão de contratos vigentes e ações de publicidade e propaganda.

Por fim, são apresentados os apêndices e anexos, contendo quadros, que ocupem mais de uma página, documentos digitalizados, documentos de comprovação ou demonstração de conteúdos,

além do Relatório de Atividades Institucional, padronizado, produzido pelas diferentes áreas do CNPq.

Embora 2016 tenha sido um ano atípico, com muitas mudanças no plano político e administrativo, a execução orçamentária e financeira do CNPq, no exercício, foi efetiva, com o empenho do total dos recursos orçamentários disponíveis - cerca de R\$ 1,6 bilhão, e uma execução financeira que passou de 1,9 bilhão, incluindo a quitação de compromissos assumidos em exercícios anteriores. Esta realizada no final do exercício com recursos provenientes da repatriação.

Vale frisar, no entanto, que o CNPq tem gerido recursos cada vez menores para enfrentar desafios cada vez maiores e mais complexos. Assim, torna-se essencial a recomposição do orçamento do CNPq, no sentido não só de alcançar os patamares anteriores do número de bolsas concedidas em diferentes modalidades e quantidade de projetos apoiados, como também de atender a uma enorme demanda qualificada por projetos ainda reprimida. O investimento no binômio ciência básica/ inovação cria condições de ampliar qualitativamente a competência brasileira em dois processos fundamentais para a inclusão do Brasil no milênio do conhecimento e para promover de forma sustentável o desenvolvimento socioeconômico do nosso País.

Destaques da gestão

- Gestão do Julgamento e Contratação dos projetos da Chamada INCT 16/2014, que envolveu a participação de cerca de 2.100 consultores estrangeiros, que passaram a compor um banco de consultores *ad hoc* no CNPq; Foram contratados 102 INCT.
- Articulação com o Ministério da Saúde e a CAPES no lançamento de Chamada Pública de projetos para combate ao vírus Zika, além de encomendas de projetos estratégicos;
- Lançamento da Chamada Universal 01/2016, com a expectativa de atingir um público que corresponde a cerca de 60% do total de grupos de pesquisa em atuação no país hoje.
- Inserção do item "busca em bases de propriedade intelectual" no formulário de solicitação de auxílio a projetos de pesquisa;
- Implementação dos projetos de validação da fosfoetanolamina sintética, emendas parlamentares e ações de interesse de Ministérios parceiros;
- Realização do 11º Censo dos Grupos de Pesquisa no Brasil, com aumento de instituições participantes e novos grupos de pesquisa;
- Desdobramento Operacional do Plano Tático (planejamento estratégico), com definição de 7 projetos transversais e 24 projetos específicos, a serem executados até 2019 (último ano do atual PPA), e elaboração de folder de divulgação interno;
- Novo sistema de registro e controle de frequência dos servidores, estagiários e bolsistas de iniciação ao trabalho implementado, o que gerou melhoria no controle de frequência;
- Reformulação da Política e do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, aprovada pela diretoria do CNPq e Aprovação de Projeto Piloto do Teletrabalho;
- Implantação do Serviço Eletrônico de Informações – SEI-CNPq, com o objetivo de integrar o CNPq ao projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN);

- Implantação do BB-Internet Banking, para pagamentos on-line no exterior. Trata-se de um avanço significativo nos pagamentos on line no Exterior, pois o sistema passa a permitir o acesso e a visualização dos extratos e saldos através de extração on-line;
- Articulação com a TAM para liberação do transporte de animais de laboratório de interesse da pesquisa científica.

No que se refere às dificuldades encontradas na gestão do CNPq em 2016, o destaque vai para três fatores: limitação de recursos orçamentários e financeiros, tanto para honrar compromissos assumidos, como para lançar ações inovadoras; número insuficiente de servidores frente às responsabilidades, e desafios, institucionais (situação agravada pelo crescente número de aposentadorias); e, ano de muitas mudanças no plano político e administrativo.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criado pela Lei no 1.310, de 15 de abril de 1951, e transformado em fundação pública pela Lei no 6.129, de 6 de novembro de 1974. Com sede e foro no Distrito Federal, personalidade jurídica de direito privado e prazo de duração indeterminado, tem por finalidade promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

De acordo com Decreto Nº 8.866, de 3 de outubro de 2016, compete ao CNPq, como entidade de fomento à pesquisa, participar com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e, especialmente:

- I - promover e fomentar o desenvolvimento e a manutenção da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento;
- II - promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e capacitação de recursos humanos voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional;
- III - promover e fomentar a inovação tecnológica;
- IV - promover, implementar e manter mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação;
- V - propor e aplicar normas e instrumentos de apoio e incentivo a atividades de pesquisa e desenvolvimento, de difusão e absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- VI - promover a realização de acordos, protocolos, convênios, programas e projetos de intercâmbio e transferência de tecnologia entre entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- VII - apoiar e promover reuniões de natureza científica e tecnológica ou delas participar;
- VIII - promover e realizar estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - prestar serviços e assistência técnica em sua área de competência;
- X - prestar assistência na compra e importação de equipamentos e insumos para uso em atividades de pesquisa científica e tecnológica, em consonância com a legislação em vigor; e
- XI - credenciar instituições para, nos termos da legislação pertinente, importar bens com benefícios fiscais destinados a atividades diretamente relacionadas com pesquisa científica e tecnológica.

3.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi criado pela Lei no 1.310, de 15 de abril de 1951, e transformado em fundação pública pela Lei no 6.129, de 6 de novembro de 1974. Com sede e foro no Distrito Federal, personalidade jurídica de direito privado e prazo de duração indeterminado, tem por finalidade promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

A última atualização no Estatuto da entidade e reformulação formal no quadro de cargos em comissão se deu por meio do Decreto Nº 8.866, de 3 de outubro de 2016, que segundo Art 1º: “Ficam aprovados o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq”.

De acordo com o decreto mencionado, em seu Art. 6º: “O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações deverá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes do Estatuto do CNPq, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de sessenta dias, contado da entrada em vigor deste Decreto”.

Foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), através da Portaria nº 275, com o objetivo de elaborar proposta de regimento interno do CNPq com base no Decreto nº 8.866. Esta proposta foi apreciada pela Diretoria Executiva e submetida à deliberação do Conselho Deliberativo, tendo sido enviada, dentro do prazo legal, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para fins de publicação.

3.3. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

A idéia de criar uma entidade governamental específica para fomentar o desenvolvimento científico no país surgiu bem antes da criação do CNPq. Desde os anos 20, integrantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC) falavam no assunto ainda como consequência dos anos que sucederam a Primeira Guerra Mundial. Em 1931, a ABC sugeriu formalmente ao governo a criação de um Conselho de Pesquisas. Em maio de 1936, o então Presidente Getúlio Vargas enviou a mensagem ao Congresso Nacional sobre a "criação de um conselho de pesquisas experimentais". Nesta proposta tinha-se por objetivo a concepção de um sistema de pesquisas que viesse a modernizar e a aumentar a produção do setor agrícola especificamente. Entretanto a ideia não foi bem recebida pelos parlamentares.

A partir da Segunda Guerra Mundial, os avanços da tecnologia bélica: aérea, farmacêutica e principalmente a energia nuclear, despertaram os países para a importância da pesquisa científica. A bomba atômica era a prova real e assustadora do poder que a ciência poderia atribuir ao homem. Com isso, diversos países começaram a acelerar suas pesquisas ou mesmo a montar estruturas de fomento à pesquisa, como no caso do Brasil. Apesar de detentor de recursos minerais estratégicos, o país não tinha a tecnologia necessária para seu aproveitamento.

Em maio de 1946, o Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva (engenheiro de formação), representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da recém-criada Organização da Nações Unidas (ONU), propôs ao governo, por intermédio da ABC, a criação de um conselho nacional de pesquisa. "Em maio de 1948 um grupo de cientistas e de amigos da ciência decidiu fundar, no Brasil, uma Sociedade para o Progresso da Ciência sem fins lucrativos nem cor político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil."

Álvaro Alberto tinha como empreitada a criação de uma instituição governamental, cuja principal função seria incrementar, amparar e coordenar a pesquisa científica nacional. Ainda em 1948, o projeto da criação do conselho era apresentado na Câmara dos Deputados, mas foi somente em 1949 que o Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou uma comissão especial para apresentar o anteprojeto de lei sobre a criação do Conselho de Pesquisas. Reunião da Comissão nomeada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra para elaborar o projeto que resultou na lei de criação do CNPq, em Abril de 1949. Depois de debates em diversas comissões, finalmente em 15 de janeiro de 1951, dias antes de passar a faixa presidencial a Getúlio Vargas, o Presidente Dutra sanciona a Lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisas como autarquia vinculada a Presidência da República.

A lei de criação do Conselho estabelecia como suas finalidades promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras. A missão do CNPq era ampla, uma espécie de "estado-maior da ciência, da técnica e da indústria, capaz de traçar rumos seguros aos trabalhos de pesquisas" científicas e tecnológicas do país, desenvolvendo-os e coordenando-os de modo sistemático.

Na década de 50 o Brasil vive um momento marcante no cenário político, econômico e social.

A necessidade e a importância da pesquisa científica ganham importância no âmbito dos governos federal e estaduais. Assim, o Ministério da Educação e Cultura cria a Comissão Supervisora dos Planos dos Institutos - Cosupi e o Programa de Expansão Tecnológica - Protec; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) cria o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec); e o estado de São Paulo institui a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp.

Em 1964, o CNPq teve seu estatuto alterado para incorporar a formulação da política científica e tecnológica nacional em conjunto com outras instituições do país. O governo militar estimula a formação de profissionais especializados para a indústria e o fortalecimento do aparato técnico-científico ao projeto modernizador do regime. Nesse ano, a lei de criação do CNPq foi alterada por meio da Lei N.º 4.533 de 8 de Dezembro de 1964 e a partir de então a área de competência da instituição passou a abranger o papel de formuladora da política científico-tecnológica nacional e atuar juntamente com os ministérios para resolução dos assuntos relacionados à área científica.

Assim, o CNPq teve ampliada sua área de competência, além da formulação e programação da política científica e tecnológica do País, passa a abranger a coordenação, com os vários Ministérios e demais órgãos do governo, da solução de problemas relacionados à ciência e suas aplicações.

Em 1972, o CNPq passou a ser o órgão central do chamado Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo objetivo era consolidar programas e projetos, bem como incentivar a pesquisa no setor privado e nas chamadas economias mistas. O I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND, reitera as intenções do PED que lhe antecedeu e acrescenta a tendência de uma "aceleração e orientação de transferência de tecnologia para o país", institui um sistema orientado pelo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCT, aprovado em julho de 1973. O sistema regido pelo PBDCT é integrado por todas as instituições de pesquisas científicas e tecnológicas, usuárias de recursos governamentais, e foi formalizado em 1975 como Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - SNDCT. Esse sistema previa a constituição de estruturas setoriais e, posteriormente, expandiu-se para estruturas estaduais.

Em 1974, no Governo do Presidente Ernesto Geisel, por meio da Lei N.º 6.129 - de 6 de Novembro de 1974, que transforma o "Conselho Nacional de Pesquisas" em "Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico".

O CNPq foi subordinado a Presidência da República até 15.03.1985 quando, então, passa a integrar o Ministério de Ciência e Tecnologia, como entidade vinculada. Foi uma fase de transição no CNPq, tendo em vista a transferência de várias de suas funções para o MCT.

Nesse contexto a instituição amplia esforços na atividade de fomento científico e tecnológico, abrindo campo para a iniciativa empresarial privada. Dessa forma, em 1995 foi instituída uma nova missão do CNPq: *Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas necessárias ao progresso social, econômico e cultural do País*

Em uma era caracterizada por constantes mudanças no cenário mundial, onde a ciência, a tecnologia e, de forma cada vez mais intensa, a inovação, assumem papel estratégico na busca do almejado desenvolvimento socioeconômico, a instituição com um olhar prospectivo, buscando transformar a sua visão de futuro em ações concretas, iniciou em 20/11/2012, um processo de Planejamento Estratégico, a partir do qual a missão do CNPq foi revisitada. Missão atual: *Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.*

3.4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O CNPq é uma agência vinculada ao MCTIC que tem como missão Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. A natureza sistêmica da CT&I, frente a mudanças globais cada vez mais amplas, demanda um repensar na forma de como fomentar a pesquisa e a inovação, exigindo novos arranjos, novas atividades, novos instrumentos de financiamento e fluxos de trabalho.

A complexidade do Sistema de C,T&I demanda da instituição uma forte interação com outros atores públicos e privados, no sentido de otimizar esforços e recursos e ampliar as possibilidades de ação a partir de um processo de construção conjunta. Demanda também estreita interação com a comunidade científica e sociedade como um todo.

A expectativa da sociedade é de o CNPq participe ativamente da construção de políticas públicas em C,T&I, e do processo de fomento que culmine na inovação, com um olhar sempre atento para o desenvolvimento sustentável, o que demanda cooperação, parcerias, e implica em estimular o diálogo dos pesquisadores com as empresas, com a definição clara de indicadores que orientem a direção certa a tomar.

Além da importância de atuar em parceria com atores internos ao contexto setorial da Instituição, quanto maior a interação do CNPq com o ambiente externo, melhor sua capacidade de percepção das ameaças, oportunidades e questões estratégicas que poderão afetar seus fatores-chave de sucesso. Uma vez identificadas as forças ambientais que afetarão o desempenho da instituição, mais fácil a tarefa de minimizar o impacto indesejado e otimizar aqueles favoráveis.

Dentre as ameaças que ainda precisam ser neutralizadas encontram-se: visão da C,T&I, pela sociedade, como um ambiente elitizado e desconhecimento; pouca flexibilidade dos marcos regulatórios; diminuição dos recursos próprios do CNPq para o fomento à C,T&I; pouca cultura de Inovação; falta de recomposição do quadro de servidores; e, visão relativamente conservadora do Sistema, privilegiando a disciplinaridade.

Por outro lado, oportunidades para uma atuação inovadora nos têm sido apresentadas, como por exemplo: cobrança social dos resultados das aplicações de recursos públicos em políticas públicas; perspectivas de alteração no marco regulatório; maior presença do Brasil no cenário internacional, favorecendo a ampliação das parcerias institucionais; pesquisas em rede e orientadas a problemas com abordagens multidisciplinares, além de novas metodologias de planejamento, voltadas para a transversalidade na gestão.

3.5. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O Presidente Substituto do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas, por meio da Resolução Normativa RN 024/2016, resolve estabelecer o detalhamento organizacional da estrutura básica do CNPq aprovada pelo Decreto nº 8.866/2016, de 03 de outubro de 2016.

I - Estrutura Organizacional

1. Conselho Deliberativo

2. Presidência

2.1. Gabinete da Presidência

2.1.1 - Coordenação da Secretaria da Presidência

2.1.1.1 - Serviço da Presidência e de Apoio Aos Órgãos Colegiados

2.1.2 - Coordenação de Estatística e Indicadores

2.1.3 - Coordenação de Comunicação Social

2.2. Procuradoria Federal

2.2.0.1 - Serviço de Contencioso, Cobrança e Recuperação de Créditos

2.2.1 - Coordenação de Matérias Administrativa e Finalística

2.2.1.1 - Serviço de Matéria Administrativa (1)

2.3. Auditoria Interna

3. Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação

3.0.0.1 - Serviço de Apoio Administrativo

3.1 - Coordenação-Geral de Administração e Finanças

3.1.1 - Coordenação de Recursos Logísticos

3.1.1.1 - Serviço de Gestão de Contratos

3.1.1.2 - Serviço de Gestão de Documentos

3.1.1.3 - Serviço de Infraestrutura e Patrimônio

3.1.1.4 - Serviço de Licitações

3.1.1.5 - Serviço de Passagens, Transporte e Telefonia.

3.1.1.6 - Serviço de Manutenção Predial

3.1.2 - Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira

3.1.2.1 - Serviço de Execução Orçamentária

- 3.1.2.2 - Serviço de Contabilidade
- 3.1.2.3 - Serviço de Execução Financeira
- 3.1.3 - Coordenação de Credenciamento à Importação e Incentivo Fiscal
 - 3.1.3.1 - Serviço de Credenciamento e Incentivo Fiscal
 - 3.1.3.2 - Serviço de Importação
- 3.1.4. - Coordenação de Prestação de Contas
 - 3.1.4.1 - Serviço de Análise Financeira
 - 3.1.4.2.- Serviço de Cobrança e Acompanhamento
 - 3.1.4.3 - Serviço de Tomada de Contas Especial
- 3.2. Coordenação-Geral de Recursos Humanos
 - 3.2.0.1 - Serviço de Cadastro, Aposentadoria e Pensão
 - 3.2.0.2 - Serviço de Folha de Pagamento
 - 3.2.1 - Coordenação de Capacitação e Gestão de Carreira
 - 3.2.1.1 - Serviço de Carreira e Acompanhamento
 - 3.2.1.2 - Serviço de Capacitação Institucional
 - 3.2.2 - Coordenação de Promoção da Qualidade de Vida e Competências
 - 3.2.2.1 - Serviço de Gestão de Competências
- 3.3. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
 - 3.3.1 - Coordenação de Projetos e Aplicações de Tecnologia da Informação
 - 3.3.1.1 - Serviço de Desenvolvimento e Integração de Aplicações
 - 3.3.1.2 - Serviço de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação
 - 3.3.2 - Coordenação de Gestão de Dados e Segurança da Informação
 - 3.3.2.1 - Serviço de Gestão de Dados
 - 3.3.2.2 - Serviço de Gestão de Segurança da Informação
 - 3.3.3 - Coordenação de Operação de Tecnologia da Informação
 - 3.3.3.1 - Serviço de Operação de Serviços de Data Center
 - 3.3.3.2 - Serviço de Operação de Serviços de Usuários
- 3.4. Coordenação-Geral de Apoio Operacional
 - 3.4.1 - Coordenação de Apoio à Execução de Bolsas no Exterior

- 3.4.1.1 - Serviço de Bolsas no Exterior
- 3.4.1.2 - Serviço de Acompanhamento de Bolsistas Egressos
- 3.4.2 - Coordenação de Apoio à Execução de Bolsas no País
 - 3.4.2.1 - Serviço de Bolsas de Pesquisa no País
 - 3.4.2.2 - Serviço de Bolsas de Formação no País
- 3.4.3 - Coordenação de Apoio à Execução dos Projetos Tecnológicos e de Pesquisa
 - 3.4.3.1 - Serviço de Projetos de Pesquisa e de Bolsas de Fomento Tecnológico
- 3.4.4 - Coordenação de Suporte às Atividades Operacionais
 - 3.4.4.1 - Serviço Central de Atendimento
- 4. Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais
 - 4.0.0.1 - Serviço de Apoio Administrativo
 - 4.1. Coordenação-Geral de Engenharia, Tecnologia e Inovação
 - 4.1.1 - Coordenação do Programa de Capacitação Tecnológica e Competitividade
 - 4.1.2 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Engenharias
 - 4.1.3 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Energia
 - 4.2. Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
 - 4.2.1. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais
 - 4.2.2. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação
 - 4.3. Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Exatas
 - 4.3.1. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Exatas
 - 4.3.2. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Químicas e Geociências
 - 4.3.3. Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicações.
- 5 - Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde.
 - 5.0.0.1 - Serviço de Apoio Administrativo
 - 5.1 - Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Saúde
 - 5.1.1 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Biociências
 - 5.1.2 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Saúde
 - 5.2 - Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Ciências da Terra e do Meio-Ambiente
 - 5.2.1 - Coordenação do Programa de Pesquisas Oceanográficas e Impactos Ambientais

5.2.2 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Gestão de Ecossistemas

5.3 - Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Agropecuária e Biotecnologia

5.3.1 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Agropecuária e Agronegócios

5.3.2 - Coordenação do Programa de Pesquisa em Biotecnologia e Recursos Genéticos

6 - Diretoria de Cooperação Institucional

6.0.0.1 - Serviço de Prêmios

6.0.0.2 - Serviço de Suporte à Propriedade Intelectual

6.1 - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional

6.1.1 - Coordenação de Negociação e Assessoramento Internacional

6.1.2 - Coordenação de Gestão de Programas Internacionais

6.1.3 - Coordenação de Informação e Estudos Internacionais

6.2 - Coordenação-Geral de Cooperação Nacional

6.2.1 - Coordenação de Apoio a Parcerias Institucionais

6.2.2 - Coordenação de Parcerias Estaduais

6.2.3 - Coordenação de Programas Acadêmicos

A Presidência e seu Gabinete estão vinculados às funções de Planejamento Estratégico, de Assessoramento Parlamentar, de Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão.

A Resolução Normativa 024/2016 entrou em vigor a partir de 25 de outubro de 2016, ficando revogadas as RN-007/2013, RN-007/2014, RN-016/2015 e demais disposições em contrário e estabeleceu o Quadro de Distribuição dos Cargos em Comissão, Funções Comissionadas e Total Geral de Cargos Das e de Funções, com base no item "b" do Anexo II do Decreto nº 8.866 de 03 de outubro de 2016.

As principais competências estão expressas na figura abaixo e ainda em função dos macroprocessos relatados na seção seguinte.

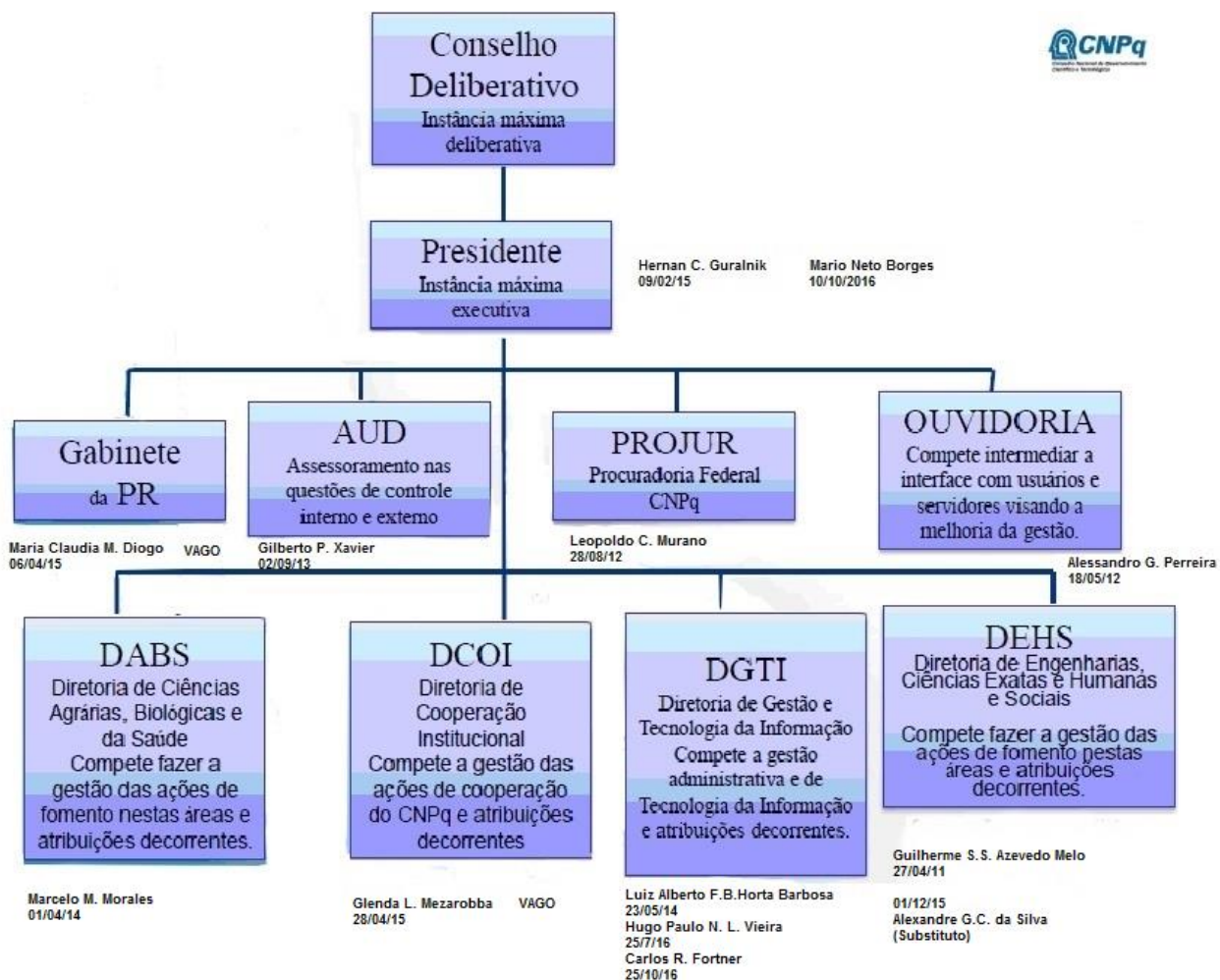


Figura 1. Organograma Funcional do CNPq

3.6. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A figura abaixo apresenta a lógica de estruturação dos macroprocessos institucionais, no exercício de 2016.



Figura 2 – Macroprocessos CNPq

MACROPROCESSOS DE DIREÇÃO

MACROPROCESSO 1:

GESTÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS, BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

Coordenação das atividades de desenvolvimento científico e tecnológico relacionadas às Ciências da Terra e Meio-ambiente, Saúde, Agropecuária e Biotecnologia, garantindo a implementação permanente de pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos qualificados para C,T,I nessas áreas, mediante negociação, elaboração de políticas, definição de parcerias, ações, mecanismos e instrumentos de fomento.

Processos de apoio:

Orientar e monitorar a implementação de programas, projetos, iniciativas e processos voltados ao fomento à pesquisa, formação de recursos humanos e inovação.

- **Gestão em Ciências da Terra e do Meio-Ambiente.**
- **Gestão de Pesquisa em Saúde**
- **Gestão de Pesquisa em Agropecuária e Biotecnologia**

Processos relacionados:

Lançamento e gestão de editais, análise, avaliação e monitoramento de projetos e programas de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, análise técnica de relatórios relativos ao cumprimento do objeto contratado.

Agropecuária e Agronegócios
Biotecnologia e Recursos Genéticos
Oceanografia e Impactos Ambientais
Gestão de Ecossistemas
Biociências
Saúde

Outro Processo associado ao macroprocesso principal: Acesso ao Patrimônio Genético

MACROPROCESSO 2

GESTÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA EM ENGENHARIAS E CIÊNCIAS EXATAS, HUMANAS E SOCIAIS

Processos de apoio :

Orientar e monitorar a implementação de programas, projetos, iniciativas e processos voltados ao fomento à pesquisa, formação de recursos humanos e inovação.

- **Gestão de Pesquisa em Engenharia, Tecnologia e Inovação.**
- **Gestão de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.**
- **Gestão de Pesquisa em Ciências Exatas.**

Processos relacionados:

Lançamento e gestão de editais, análise, avaliação e monitoramento de projetos e programas de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, análise técnica de relatórios relativos ao cumprimento do objeto contratado,

- Capacitação tecnológica e Competitividade;
- Engenharias

- Energia
- Ciências Exatas
- Ciências Químicas e Geociências
- Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicações.
- Ciências Humanas e Sociais
- Ciências sociais Aplicadas e Educação

MACROPROCESSO 3

GESTÃO ADMINISTRATIVA e DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Processos de apoio:

▪ **Gestão da Administração e das Finanças:**

- Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia institucional, realizar a execução financeira dos recursos orçamentários, repasses do MCTI e de outras instituições e dos Fundos Setoriais, fazer a gestão das atividades de pagamento e de prestação de contas, incluindo tomada de contas especial – orçamento e finanças.

- Coordenar, controlar e acompanhar contratos administrativos, as atividades de transporte, telefonia e reprografia, o serviço de terceirizados, as licitações, os serviços de material e patrimônio e os serviços de protocolo e manutenção predial. Coordenar as atividades de credenciamento à importação e incentivos fiscais; padronização de bens e serviços ofertados, seu processamento, aquisição, distribuição e guarda – infraestrutura e logística .

- Recursos logísticos;
- Gestão orçamentária e financeira;
- Prestação de Contas;
- Credenciamento à Importação e Incentivo Fiscal.

▪ **Operação de Apoio Operacional:**

Recebimento, tratamento, implementação, monitoramento, encerramento e prestação de contas de todos os processos abertos no CNPq para pagamento de auxílio financeiro e bolsas. Elaboração de planilhas com informações detalhadas sobre bolsistas em folha e andamento dos diferentes pagamentos aos projetos de pesquisa para subsidiar o trabalho das áreas técnico-científicas e de planejamento.

- Suporte ao fomento,
- Execução de projetos tecnológicos e de pesquisa,
- Execução de bolsas no país e
- Execução de bolsas no exterior.

▪ **Gestão da Tecnologia da Informação:**

Desenvolver, adequar e otimizar sistemas de apoio às atividades de fomento e administrativas da instituição. Realizar a manutenção de Sistemas em Gestão de Dados, em Segurança da Informação e em Infraestrutura; dar suporte a usuários de TI, internos e externos; promover a modernização do parque de equipamentos e recursos de informática.

- Projetos e Aplicações de Tecnologia da Informação;
- Operação da Tecnologia da Informação;
- Gestão de Dados e Segurança da Informação.

▪ **Gestão de Pessoas**

Promover o desenvolvimento e aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes; promover avaliação de desempenho por competências, desenvolver lideranças orientadas à estratégia e facilitar a estruturação de equipes. Promover a qualidade de vida no trabalho e gerenciar cadastros, aposentadorias e pensões.

- Capacitação e Gestão da Carreira de C&T;
- Promoção da Qualidade de Vida e Competências.

MACROPROCESSO 4

GESTÃO DA COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Processos de apoio:

▪ **Cooperação Nacional:**

Promover negociações de acordos e convênios de cooperação nacional de caráter técnico-científico; promover o intercâmbio com universidades, institutos de C&T e outras instituições relacionadas ao ensino e à pesquisa, nas ações relativas à execução de diferentes programas, incluindo: o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX, Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT, mestrado e doutorado, Iniciação científica e tecnológica, Desenvolvimento científico regional, suporte à propriedade intelectual e à gestão de diferentes prêmios concedidos pelo CNPq.

- Parcerias estaduais
- Parcerias institucionais
- Programas acadêmicos

▪ **Gestão da Cooperação Internacional:**

Fortalecer e aperfeiçoar a colaboração Internacional em C,T&I, mobilizando competências no Brasil e no exterior, contribuindo para a qualificação de pessoas e promovendo pesquisa, desenvolvimento e inovação.

- Negociação e Assessoramento Internacional
- Gestão de Programas Internacionais
- Informação e Estudos Internacionais.

Observação: as Diretorias relacionam-se aos macroprocessos principais. Os processos de apoio referem-se às Coordenações Gerais e os processos relacionados referem-se às Coordenações Técnicas.

MACROPROCESSOS DE ASSESSORAMENTO

- **Planejamento** (não existe na estrutura formal)

Promover e monitorar o processo de planejamento e execução da estratégia institucional, incluindo o alinhamento dos diferentes macroprocessos internos com a estrutura organizacional; desenvolver e/ou identificar metodologias que subsidiem diferentes etapas de planejamento; monitorar a execução de objetivos, iniciativas e ações do PPA e o cumprimento das metas relacionadas; elaborar o Relatório de Gestão Institucional anual, seguindo as orientações e diretrizes do TCU; coordenar a elaboração das propostas para os planos plurianuais do governo; assistir as diferentes áreas e setores do CNPq no que tange ao suporte metodológico e facilitação de processos de monitoramento e avaliação, buscando harmonia e coerência institucional interna e compatibilizando com o conjunto de políticas, diretrizes, planos e programas do governo federal.

Estatísticas e Indicadores (coordenação técnica - DAS-3 na estrutura formal). Considerado como processo relacionado ao Macroprocesso Planejamento. Funciona sob a mesma gestão.

Elaborar estatísticas mensais, anuais e séries históricas relacionadas aos Programas de Bolsas e Fomento, e aos investimentos gerais do CNPq; Gerenciar, propondo atualizações, melhoramentos, correções e incremento de conteúdo e de funcionalidades, o DataMart de Pagamento de Bolsas e Auxílios do CNPq, bem como o Sistema de Investimentos do CNPq em C&T; Gerenciar o sistema do Diretório de Instituições e de Grupos de Pesquisa; Manter/atualizar o cadastro de instituições e dar suporte aos usuários internos e externos.

- **Comunicação** (coordenação técnica - DAS-3 na estrutura formal)

Fortalecer a comunicação interna e externa, assessoria na organização de eventos, atendimento da imprensa, produção e divulgação de notícias, registro fotográfico, atualização de conteúdo de websites do Portal CNPq e da intranet, criação de peças gráficas e edição de publicações institucionais.

- **Assessoria Parlamentar** (não existe na estrutura formal).

Tratar dos assuntos concernentes ao relacionamento do CNPq junto ao Poder Legislativo Federal, enquanto ator do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação -SNCTI, em consonância com suas atribuições legais e missão institucional; acompanhar a tramitação de proposições legislativas, na sua apreciação e deliberação, e os debates de temas que se enquadrem ou repercutam, direta ou indiretamente, no leque de responsabilidades do CNPq; articular e interagir com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, com os órgãos federais e demais instituições, entes públicos e privados, além de conselhos e associações, em níveis hierárquica e operacionalmente compatíveis;

- **Auditoria** ('Assessoria, DAS-4' na estrutura formal)

Inspecionar, avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos instrumentos normativos das áreas contábeis, financeira, orçamentária, dos controles de bens patrimoniais, política de pessoal e salarial, folha de pagamento, verificar o cumprimento de disposições legais, regularidade das aplicações de recursos colocados à disposição do CNPq, expedir Ordens Internas sobre os assuntos de sua área de competência, assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso informação, de acordo com a Lei nº 12.527.

- **Ouvidoria** ('Assessoria', DAS-2 na estrutura formal)

Estabelecer um canal de diálogo entre a sociedade e os diversos atores internos do CNPq e oferecer condições para que a sociedade e os servidores e colaboradores do CNPq exerçam seus direitos e responsabilidades e favorecer o desenvolvimento de uma consciência crítica institucional das ações relativas às atividades do CNPq.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Tendo como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica, e a inovação, e formar pesquisadores, empreendedores e inovadores, o CNPq tem buscado se adaptar ao contexto de mudanças do mundo atual a fim de continuar contribuindo significativamente para a superação dos desafios presentes e futuros da C,T&I.

Nesse sentido, o CNPq vem desenvolvendo um processo de planejamento estratégico voltado para orientar a organização para atingir os melhores objetivos institucionais, em face das ameaças e oportunidades delineadas pela conjuntura. Dessa forma, esse planejamento se propõe a ser dinâmico e flexível, além de buscar antecipação e apropriação do futuro, no sentido de propiciar alternativas inéditas ao processo decisório.

O Planejamento Estratégico do CNPq se apresenta como um processo de aprendizagem institucional, a ser continuamente aperfeiçoado e ajustado à complexidade do ambiente nacional e internacional que envolve a formulação e a condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação.

Destaca-se o avanço do atual processo de planejamento estratégico do CNPq em relação ao seu antecessor, ocorrido em 1995, no que se refere ao seu desdobramento. O Plano Estratégico atual foi desdobrado em Planos Táticos e Planos Operacionais, buscando levar o planejamento ao cotidiano do maior número possível de servidores e assim, diminuir a distância em o que é pensado, planejado e colocado no papel, do que é efetivamente executado, gerando mudanças significativas na realidade e agregando valor aos resultados institucionais.

É preciso mencionar, no entanto, que fazer do planejamento um efetivo instrumento de gestão tem sido um obstáculo de difícil transposição para as instituições, especialmente as públicas, seja por uma conjuntura externa pouco favorável, seja por um contexto interno onde não exista uma cultura voltada para o planejamento e, conseqüentemente, a função de planejamento não esteja refletida na estrutura organizacional.

4.1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Os objetivos estratégicos delineados no Plano Institucional buscam impulsionar o investimento contínuo e sistemático do CNPq na sua atividade finalística e aumentar a racionalidade na sua atividade meio.

Os temas estratégicos, definidos desde a primeira etapa do planejamento são: modelo de gestão, monitoramento e avaliação, inovação, internacionalização, integração e interação com os parceiros, compromisso social e transversalidade.

As entregas a serem feitas à sociedade, numa visão de longo prazo (até 2025) são as seguintes: cidadãos qualificados em C,T&I; geração de conhecimentos, novas tecnologias, produtos e processos inovadores; mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores; Brasil em destaque entre os países inovadores; Transversalidade na promoção da pesquisa e na formação e capacitação de pessoas ; C,T&I impulsionando o desenvolvimento social, a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade.

No exercício de 2016 os objetivos institucionais, no que se refere ao planejamento estratégico estiveram voltados para a execução de um conjunto de projetos, alguns específicos de áreas e outros de caráter mais transversal à instituição, com potenciais ganhos de produtividades e efetividade no exercício da missão. A seguir são informados alguns desses projetos, os indicadores e as metas relacionadas, e o que ocorreu em 2016.

Projetos Transversais – aqueles que envolvem diferentes áreas da Instituição, na busca de benefícios diretos dos resultados que promovem ao serem executados.

T1: criar e implementar sistemática de Monitoramento e Avaliação do Plano Estratégico, subsidiando a DEX na condução das Reuniões de Análise da Estratégia.

Escopo do produto: Uma nova sistemática com disponibilização de recursos que facilitem à DEX a tomada de decisão em assuntos estratégicos do CNPq. Criação de processos de trabalho de monitoramento e avaliação da Estratégia.

Indicadores: Percentual de realização das ações dentro do prazo; Normativo de governança do software aprovado; Software em operação pelos usuários.

Metas: Atingir 100% de ações realizadas dentro do prazo; Normativo de governança de software aprovado até 30/06/2017; Software sendo operado pelos usuários até 30/06/2017.

Em 2016, no âmbito desse projeto, numa ação conjunta da APL com a área de Informática, foram levantados sistemas informatizados disponíveis, feitos alguns contatos e foi recebida uma proposta de um sistema customizado para o CNPq, a partir de seu Plano Estratégico. Pretende-se avançar nessa questão em 2017, apresentando a problemática para a DEX e ampliando a discussão de buscar o melhor caminho para a execução do projeto que permita o cumprimento das metas.

T2: Criar e implementar novo Modelo de Monitoramento, Avaliação e disponibilização de resultados de Bolsas, no País e no Exterior, de Auxílios Individuais, de Chamadas e Encomendas, e de Projetos de Pesquisa.

Escopo do produto: Método completo, mas passível de revisão periódica, que permita o monitoramento, a avaliação e a divulgação de resultados e impactos dos projetos, auxílios e bolsas

financiadas pelo CNPq a partir de chamadas, encomendas e ações do cronograma ordinário do CNPq.

Indicadores: Percentual de execução do cronograma; Percentual de utilização do tempo destinado ao desenvolvimento das etapas do projeto.

Metas: Cumprir, no mínimo, 80% dos prazos estabelecidos nos cronogramas; Dedicar à execução das etapas dos projetos, no mínimo, 90% do tempo previsto para cada etapa.

T7: Realizar mapeamento dos processos de trabalho do CNPq

Escopo do produto: Documento técnico contendo: o mapa dos processos validados, distinguindo processos prioritários e críticos; proposta metodológica de gestão de processos adequada ao CNPq, considerando inclusive aspectos de sustentabilidade e qualidade de vida no trabalho.

Indicadores: Processos críticos mapeados; Servidores facilitadores capacitados para mapear processos.

Metas: Mapear 4 processos críticos do CNPq até Maio/2015; 20 servidores capacitados até Dez/2015 para mapear processos.

As metas foram atingidas. No período de 07 a 18 de dezembro de 2015, realizou-se o curso "Capacitação em Gerenciamento de Processos" com 21 participantes, que foram nomeados "Facilitadores de Gerenciamento de Processos do CNPq", por meio de Portaria(025/2016).

Durante a capacitação, foram mapeados 4 processos: Lançamento de Chamadas, Bolsa de Fomento Tecnológico e Prestação de Contas . Além disso, a partir dos macroprocessos do CNPq, foi definida a Cadeia de Valor e detalhado o processo crítico "Gerir Fomento".

Projetos Específicos - embora possam ser de interesse da instituição como um todo, são menos complexos que os transversais e podem ser planejados e executados no âmbito de governabilidade de uma determinada área, com eventuais participações de outras, como fornecedoras de insumos ou informações.

E 17- Coordenar o desdobramento do Plano Estratégico do CNPq em Planos Táticos e Planos Operacionais. Sob responsabilidade da Assessoria de Planejamento - APL

Escopo do produto: concepção e implementação de um Modelo dinâmico e flexível de planejamento e gestão que propicie o envolvimento e o engajamento de todos os níveis e todas as áreas da instituição. As práticas devem favorecer a promoção de uma cultura que leve a organização a pensar e agir alinhada à estratégia.

Indicadores: Percentual de ações realizadas em relação às ações planejadas; Percentual de adesão das áreas convidadas; Modelo validado e pronto para implementação (Planos Táticos e Operacionais validados).

Metas: Atingir 100% de ações planejadas; Atingir o mínimo 80% de adesão às ações de desdobramento; Planos táticos e Planos operacionais validados pela DEX e modelo pronto para implementação.

Projeto inteiramente concluído, com 100% das metas alcançadas.

E27 – Implantar sistema informatizado de recebimento e gestão de demandas recebidas pela Ouvidoria, fornecido pela CGU (e-Ouvidoria). Sob responsabilidade da Ouvidoria.

Escopo do produto: implantação de canal eletrônico único para recebimento e gestão de demandas da Ouvidoria (e-ouvidoria)

Indicadores: Porcentagem de uso do sistema pelo servidores/colaboradores da Ouvidoria; Aumento do número da demanda interna recebida no e-ouvidoria.

Metas: 100% dos servidores/colaboradores da Ouvidoria utilizando o sistema até 01/11/2015; 100% das demandas eletrônicas encaminhadas ao CNPq recebidas via e-ouvidoria a partir de 15/02/2016.

Este projeto foi concluído, estando em operação via Sistema e-OUV. No que se refere às metas, a primeira foi completamente atingida. Em relação a meta que se refere às demandas encaminhadas para a Ouvidoria, a proporção hoje é 70% recebida via E-OUV e 30% via e-mail. Ou seja, a meta foi parcialmente atingida. Isso ocorre porque não foi barrado o recebimento de e-mails, uma vez que na fase inicial do E-OUV havia ainda algumas dificuldades de fluxo entre o sistema externo e nossa gestão interna.

A seguir são apresentados alguns projetos constantes do Plano Operacional que tinham início previsto para 2016, mas que, no entanto, não puderam ser iniciados (nesses casos não são informados aqui os indicadores e as metas, constantes do Plano).

E23 – Elaborar e implementar um Plano de Comunicação Social para o CNPq.

A formalização da Coordenação de Comunicação por meio da Resolução Normativa publicada foi um passo importante para dar autonomia e respaldo legal à área na formulação desse Plano. No entanto, esta iniciativa depende de uma maior interação com todas as áreas do CNPq, que ainda não foi estabelecida de forma eficiente.

E13 – Formalizar sistemática de acompanhamento de emendas parlamentares ao orçamento do CNPq ou a este repassado para execução por convênio e E14 – Criar sistemática de recepção e acompanhamento do atendimento de demandas parlamentares ao CNPq;

Esses projetos específicos deixaram de cumprir os indicadores e metas correspondentes no período. Tal situação justificou-se pela continuidade do não provimento de equipe mínima na Assessoria Parlamentar do CNPq que possibilitasse a execução desses projetos, o que ensejou o imperativo da sua reprogramação para prazos mais longos, realocados para o segundo semestre de 2017.

Numa atuação diretamente relacionada ao Plano Plurianual – PPA, os quadros apresentados a seguir descrevem a execução das metas relacionadas a dois Objetivos sob responsabilidade direta do CNPq em 2016.

OBJETIVOS DO PPA EXECUTADOS PELO CNPq – Metas alcançadas em 2016

Quadro 1 – Objetivo 0497 PPA

CNPq PPA 2016 - 2019				
Programa:	2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação			
Objetivo (0497):	Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.			
Metas:				
Descrição da Meta:	Meta Prevista:	Unidade de Medida	Metas Realizadas	
			2015	2016
Conceder anualmente 17.000 bolsas-ano de produtividade em pesquisa pelo CNPq no país	17.000	Bolsa-ano	18.327	15.064
Alcançar o número de 22.000 bolsas de mestrado e doutorado em pesquisa pelo CNPq no país.	22.000	Bolsa-ano	28.363	17.818
Conceder 5.100 bolsas voltadas para a internacionalização do Ensino Superior e da ciência, tecnologia e inovação brasileira pelo CNPq, prioritariamente pelo Programa Ciências Sem Fronteira.	5.100	Bolsa-ano	36.241	651
Conceder anualmente 41.000 bolsas-ano de iniciação à pesquisa pelo CNPq no país.	41.000	Bolsa-ano	45.054	33.757

Esse objetivo visa o investimento contínuo em formação, capacitação, atualização e fixação de recursos humanos capazes de responder aos desafios intrínsecos à construção de uma nação social e economicamente desenvolvida. Ele é perseguido a partir da concessão, por parte do CNPq, de um variado portfólio de bolsas, no país e no exterior, incluindo Bolsas de Estímulo à Pesquisa. Internacionalização, Formação e qualificação de pesquisadores, iniciação à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

O Programa de bolsas do CNPq tem sido executado, ao longo de décadas, não só repondo e ampliando diferentes categorias de profissionais envolvidos em C,T&I, como também agregando valor significativo ao processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade. O nível de eficiência de profissionais capazes de realizar pesquisa e desenvolvimento (P&D) implica diretamente na capacidade inovativa e nível de competitividade das empresas,

sobretudo no setor industrial. Daí a necessidade e importância de se prover recursos humanos cada vez mais qualificados. É preciso salientar, no entanto, que a formação desses profissionais não se dá da noite para o dia, fazendo-se necessário um investimento contínuo e de longo prazo.

Para os próximos anos do PPA, se considerarmos o cenário econômico atual, a ação institucional será no sentido de Ampliar a capacidade orçamentário-financeira do CNPq no sentido de uma atuação que permita, ao menos, manter uma execução histórica no que se refere ao número de bolsas concedidas anualmente.

Quadro 2 – Objetivo 0400 PPA

CNPq PPA 2016 - 2019				
Programa:	2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação			
Objetivo (0400):	Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.			
Metas:				
Descrição da Meta:	Meta Prevista:	Unidade de Medida	Metas Realizadas	
			2015	2016
Apoiar anualmente 7.000 projetos de pesquisa pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação (CNPq e Finep).	7.000	Projetos apoiados	3.201*	4.116

* Obs: A meta do PPA anterior (2012-2015) fazia referência apenas aos projetos apoiados pelo CNPq.

Mesmo num contexto de escassez de recursos e incertezas, tanto políticas como econômicas, que permitiu o alcance limitado das metas do objetivo, no exercício em análise, o apoio a projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e à inovação, por meio das agências de fomento do MCTIC – CNPq e FINEP – vem efetivamente contribuindo para o desenvolvimento do país, de forma regionalmente equilibrada, e com maior interação entre o sistema empresarial/produtivo e com a sociedade.

Cabe ressaltar, no entanto, a importância de se buscar, ao menos, o restabelecimento dos níveis históricos de investimento, no sentido de não haver prejuízo ao desenvolvimento da C,T&I a médio e longo prazo e retrocesso nos resultados alcançados ao longo dos anos.

4.1.2. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O ciclo de produção de documentos base do planejamento estratégico do CNPq encerrou-se com a elaboração, em final de 2015, dos Planos Operacionais. A estrutura de desenvolvimento do processo de planejamento desce do nível estratégico para o tático e deste para o operacional.

No nível operacional foram definidos 27 projetos específicos e 7 projetos transversais (detalhados no documento ‘ CNPq - desdobramento Operacional da Estratégia). Esses projetos foram definidos vislumbrando o período do atual PPA (2016-19).

A proposta é a definição de projetos para o período de cada PPA, com constante avaliação dos resultados, com oportunas correções de rumo e adequações, sempre com a finalidade de assegurar que o CNPq, até o horizonte temporal de 2025, alcance a visão estabelecida e cumpra, com excelência, sua missão.

Os atuais Planos Operacionais do CNPq são integrados pelos seguintes instrumentos de Gestão Operacional: síntese do Portfólio de Projetos, Alinhamento dos Projetos Estruturantes, Alinhamento dos Níveis Estratégico, Tático e Operacional, Alinhamento dos Indicadores e Metas, Planos de Ação dos Projetos, Cronograma de Execução - modelo GANTT e recomendações sobre a prática das Reuniões de Monitoramento e Avaliação – Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs), antecedidas por Reuniões de Avaliação Tática (RATs) e Reuniões de Avaliação Operacional (RAOs).

Em 2016, parte dos projetos esteve em andamento, alguns deles apresentaram resultados parciais e outros resultados finais, com o cumprimento das metas estabelecidas, conforme apresentado no item anterior, voltado para os objetivos estratégicos do exercício..

Em 2016, no que se refere aos projetos transversais, foi feita uma proposta, pelo Fórum de Coordenadores Gerais, de priorização de 3 projetos (T3, T4 e T5) para terem sua execução iniciada em 2017. São eles:

T3: Reunir, rever, alinhar e formalizar parâmetros de negociação, para identificar, prospectar, atrair e estabelecer novos Acordos de Cooperação, nacionais e internacionais.

T4: Avaliar e propor a reestruturação do Modelo de Fomento, contemplando inovação, transversalidade e transdisciplinaridade na promoção da pesquisa e desenvolvimento tecnológico, considerando os subprojetos: fomentar projetos inovadores em PD&I de alto risco por meio de chamadas específicas; criar e/ou adequar ferramentas para recebimento e incentivo de propostas em rede; avaliar e propor a reestruturação da lógica de organização dos Comitês de Assessoramento; e, realizar revisão da lógica de distribuição de recursos orçamentários de fomento à pesquisa e bolsas.

T5: Implementar Plano de Monitoramento e Avaliação de Convênios e Acordos de Cooperação Nacionais.

No entanto, essa proposta de priorização não passou pelo crivo da Diretoria Executiva no exercício de 2016 (ficando para 2017), tendo em vista contexto de incertezas do segundo semestre do ano, que culminou na mudança do presidente do CNPq, e de parte da diretoria executiva. Outros fatores intervenientes, que prejudicaram o início do processo de execução dos projetos transversais foi tanto a inadequada estrutura da área de Planejamento, facilitadora do processo, como a limitação do quadro de pessoal do CNPq, tendo em vista a necessidade de formação dos grupos de trabalho para execução dos projetos.

4.1.3. VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

O Mapa Estratégico do CNPq, peça fundamental do Plano Estratégico, mostra a visão e a missão para a qual a instituição foi criada e permite visualizar o caminho traçado para concretizar a visão e cumprir a missão. Além de apresentar os valores que devem ser praticados por todas as pessoas que integram a instituição, o mapa também apresenta a perspectiva dos recursos envolvidos na execução da missão e, na perspectiva ‘processos’, os temas estratégicos e respectivos objetivos que, alcançados, irão possibilitar as entregas a serem feitas para a Nação brasileira, destacadas na perspectiva ‘resultados’ do Mapa. Esses objetivos internalizam as competências institucionais.

O Plano Tático se caracterizou como o desdobramento dos objetivos maiores da instituição em objetivos menores, definidos para cada Diretoria e Assessoria do CNPq. Esses objetivos foram criados a fim de garantir que os Objetivos Estratégicos da Instituição, demonstrado no Mapa Estratégico, sejam alcançados e, assim, a missão seja cumprida de forma efetiva. Esse desdobramento gerou os Mapas de contribuição que, inclusive, mostram a que objetivo do Mapa Estratégico os objetivos de contribuição de cada área está relacionado.

A partir daí foi construído o Plano Operacional, como um instrumento voltado para fazer as coisas acontecerem na organização, a partir de sua base operacional. Esse plano apresenta um portfólio de projetos e iniciativas.

Dessa forma, todos os três níveis (estratégico, tático e operacional) se relacionam com os objetivos estratégicos da organização e, conseqüentemente, com a missão institucional e competências relacionadas, diferenciando-se apenas em termos de amplitude (espaço organizacional) e de horizonte. A figura abaixo reinterpreta a árvore de desdobramento da Estratégia Institucional.

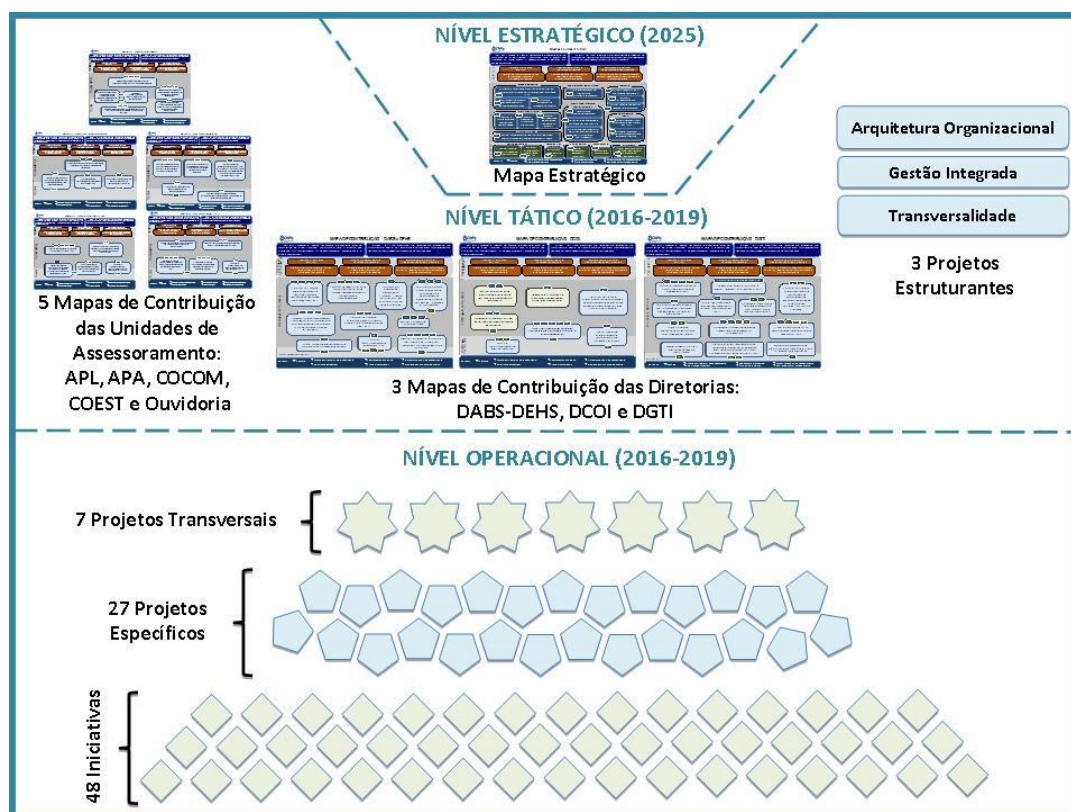


Figura 3 – Árvore de desdobramentos

4.1.4 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

A ação institucional no que se refere a possuir um Sistema informatizado adequado às necessidades da gestão da Estratégia permaneceu a mesma apresentada no relatório de 2015. No âmbito da Assessoria de Planejamento, em conjunto com a área de Informática, foi dado início a uma pesquisa sobre Software de Gestão adequado. Houve uma proposta, de uma licença de software de gestão e acompanhamento do planejamento estratégico, customizado para o CNPq, baseado na ferramenta iterativa PDCA. No entanto, essa negociação não avançou tendo em vista impedimentos burocráticos e orçamentários. Foi apresentada a ideia de se trabalhar com um software. Livre – GPWEB que se propõe a trabalhar nos três níveis da Gestão: Planejamento, Tático e Operacional, incluindo módulos de comunicação e tramitação de documentos. A adequação e pertinência desse software às necessidades do CNPq ainda não foram analisadas.

Importante reforçar que nas informações acima o foco é um sistema específico de gestão da Estratégia. No que se refere à ação de financiamento de projetos, todos os projetos financiados pelo CNPq, são monitorados por meio de Sistema Informatizado e passam por algum tipo de avaliação, tanto do ponto de vista financeiro como dos resultados alcançados. Prática mantida em 2016.

No que se refere, especificamente, ao gerenciamento dos convênios com as fundações de amparo à pesquisa (FAPs), que são os principais clientes do serviço público prestado pelo CNPq por meio de transferências voluntárias, cabe destacar a prática da visita ‘in loco’, pela equipe técnica do CNPq. Infelizmente, essa prática que apresentou resultados bastante interessantes em exercícios anteriores, foi descontinuada em 2015 e também em 2016, por duas questões: a quantidade de demandas para a área técnica, tendo em vista novas ações, e a limitação de recursos para passagens e diárias. De qualquer forma, a retomada desse acompanhamento continua como meta para 2017.

Importante fazer referência ao o monitoramento e avaliação das ações e metas executadas pelo CNPq, no âmbito do Plano Plurianual, que são realizados de forma sistemática, culminando na inserção de informações em Sistema de Informações específico – SIOP, gerenciado pelo MP.

O CNPq também dispõe de instâncias de governança que, dentre outras atribuições, se ocupam de monitorar a execução das ações constantes do Plano Estratégico Institucional. São elas: Fórum de Coordenadores Gerais e Diretoria Executiva.

Por fim, a não existência, na estrutura organizacional formal, de uma área de planejamento no CNPq é também um fator crítico para o processo de execução e monitoramento da estratégia, que precisa ser destacado; mesmo considerando todo esforço e comprometimento das pessoas envolvidas nessa área. . Uma área que precisa ser legítima na instituição porque tem um papel central de ‘ativista da estratégia’.

4.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO –

4.2.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE –

Quadro 3 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	00LV		Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Título	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para C, T&I					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.579.961.300	1.255.776.031	1.238.050.846	957.606.471	956.790.515	815.956	280.444.375
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Bolsa concedida		Unidade	79.014	79.014	75.291	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
363.692.220	248.638.134	50385.417	Bolsa concedida	Unidade	1	

FONTE: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Quadro 4 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00LV			Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Descrição	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para C, T&I						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7000	150.000	150.000	113.361	31.650	31.650	0	81.711
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Bolsa Concedida		Unidade	10	10	10	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

FONTE: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Nota: Refere-se a Emenda Parlamentar.

Quadro 5 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20US		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores.					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.441.366	77.756.047	74.648.935	63.582.387	61.809.716	1.772.671	11.066.549
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	5.532	5.532	4.073	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
21.586.731	20.152.449	1.182.377	Projeto apoiado	Unidade	1	

FONTE: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Quadro 6 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20US			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0041	200.000	200.000	200.000	0	0	0	200.000
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0041	Projeto Apoiado		Unidade	01	0	01	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

FONTE: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Nota: Refere-se a Emenda Parlamentar.

Quadro 7 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20US			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7024	200.000	200.000	0	0	0	0	0
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
7024	Projeto Apoiado		Unidade	01	0	01	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

FONTE: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Nota: Refere-se a Emenda Parlamentar.

Quadro 8 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20US			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7026	500.000	500.000	450.000	450.000	450.000	0	0
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
7026	Projeto Apoiado		Unidade	01	0	01	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

FONTE: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Nota: Refere-se a Emenda Parlamentar.

Quadro 9 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	6147		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Cooperação Internacional em C, T&I					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000	2.000.000	1.974.350	464.972	464.972	0	1.509.378
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Cooperação Internacional Realizada		Unidade	20	20	18	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.187.264	1.071.038	0	Cooperação Internacional Realizada	Unidade	1	

FONTE: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Quadro 10 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	6702		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Apoio a projetos e eventos de educação, divulgação e popularização da C, T&I					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Ciência, Tecnologia e Informação		Código: 2021		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24201 - CNPq					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.149.155	11.649.155	11.649.155	10.707.655	10.420.655	287.000	941.500
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Evento realizado		Unidade	100	100	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.007.000	997.000	0	Evento realizado	Unidade	1	

FONTE: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

4.2.2.FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Podemos considerar a **eficiência da execução orçamentária (97%) do CNPq** durante o ano de 2016 alcançando o **total de R\$ 1,67 bilhão** abrangendo não somente os recursos do órgão, como também os do FNDCT, MCTIC e de outros órgãos (Convênios).

No exercício de 2016, o CNPq se deparou com um **contingenciamento no valor de R\$ 479.745.616,00** junto à **ação de bolsas 00LV - PO 0002 / Programa Ciência sem Fronteiras**.

Diante da situação e como já havia sido identificado um déficit orçamentário para atendimento de despesas inerentes à outras modalidades de bolsas até o fim de 2016 , o CNPq conduziu entendimentos com o MCTIC para que aquele Ministério procedesse ao **descontingenciamento** do valor total de R\$ 135.414.731,00 do total acima (CsF), **cujo atendimento permitiu ao órgão proceder à solicitações de créditos suplementares destinados à remanejamentos** (troca de PO's) junto à SOF - Secretaria de Orçamento Federal, que foram liberados, conforme valores abaixo:

PO – 0001 Estímulo à Pesquisa - R\$ 38.767.114,00

PO – 0003 Formação e Qualificação – R\$ 69.295.319,00

PO – 0004 Iniciação Científica – R\$ 24.299.793,00

PO – 0005 Desenvolvimento Tecnológico – R\$ 3.052.505,00

De igual maneira, foi solicitado também o remanejamento no valor de **R\$ 30 milhões** para a ação **20US PO-0001-Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia-INCTs** que possibilitou ao CNPq atender despesas essenciais no âmbito do **Edital 16/2014/INCT**.

Cumpre-nos destacar que, diante da disponibilidade orçamentária no âmbito das modalidades de bolsas (AÇÃO OOLV), alcançada através dos remanejamentos acima mencionados, o CNPq resolveu adotar providências quanto à preservação de **saldos orçamentários para 2017 (RP)**, procedimento este revestido de vital importância já que a FINEP/FNDCT considerava como certo o **não repasse de recursos em 2017 do valor de R\$ 52 milhões, objeto de disponibilização anual ao CNPq , destinado à pagamentos de bolsas de Estímulo à Pesquisa-PQ**.

Considerando o mesmo contexto acima e diante do fato de que o órgão havia procedido à um **corte no quantitativo de aprovações em bolsas na modalidade de IC/Iniciação Científica em meados de 2016**, situação esta que havia sido objeto de críticas contundentes por parte da comunidade científica nacional, julgou-se necessário preservar também recursos para Iniciação Científica(RP) com o propósito de permitir uma reavaliação desses processos visando a implementação dos mesmos ainda no fim do ano ou no início de 2017.

Diante do acima exposto, restou registrado em Restos a Pagar inscritos em 2017 os valores de R\$ 45 milhões p/ PO-0001(Estímulo à Pesquisa) e R\$ 26 milhões para o PO – 0004(Iniciação Científica).

Registrou-se também que o valor correspondente à **R\$ 1.700.000,00, remanejado da rubrica Custeio para Capital na Ação 2000 (Administração)**, não pôde ser objeto de execução pois, de acordo com justificativa apresentada através da área de TI , não havia tido tempo hábil para a conclusão do processo licitatório até a data limite para empenhamento de recursos .

Nesse sentido e em prol de otimizar os recursos disponibilizados ao CNPq, foi conduzida uma nova solicitação de Crédito Suplementar p/ remanejamento, desta vez considerando o **valor de R\$ 1.815.681,00 oriundo da Ação 2000 junto à Ação 20US que, após sua liberação,** possibilitou a utilização dos recursos junto à **Chamada Universal 2014** , demanda esta que se encontrava em situação de pendência bastante alongada.

4.2.3. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO

No ano de 2015 não foi registrado tempestivamente nenhum passivo por insuficiência de créditos.

No início de 2016 é que foram encaminhadas despesas que não foram processadas na época própria, e os compromissos foram reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. As despesas foram pagas com elemento de despesa 92- Despesa de Exercícios Anteriores, em cumprimento a Portaria Interministerial STN/SOF n 163/01 e ao art. 37 da Lei n 4.320/64, que dispõe:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processados na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

O reconhecimento dessas obrigações de pagamento das despesas com exercícios anteriores foi feito conforme modelo abaixo .

Para o reconhecimento do passivo deverá ser aberto processo contendo as seguintes informações:

- ⇒ importância a pagar;
- ⇒ dados do credor (nome, CPF ou CNPJ e endereço)
- ⇒ data de vencimento do compromisso (se for o caso);
- ⇒ causa da inobservância do empenho;
- ⇒ relatório da despesa ocorrida;
- ⇒ documentação que originou tal situação (se for o caso).
- ⇒ termo de reconhecimento de dívida, elaborado pelo ordenador de despesa, conforme
- ⇒ modelo:

Termo de Reconhecimento de Dívida	
Em conformidade com o art. 100 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, reconheço a dívida no valor de R\$ _____ (por _____ extenso) junto a _____ (especificar o credor),	
CNPJ/CPF n.º _____, situada à _____ (especificar endereço comercial) pelos _____ (especificar os serviços/aquisições que motivaram o pagamento).	
Informo que o passivo foi reconhecido sem o correspondente recurso orçamentário devido _____	
_____ (justificativa dos motivos pela ausência de cobertura orçamentária).	
Memória de cálculo da estimativa do valor contábil do passivo (se for o caso) _____	

Local, ____ de _____ de _____.	

Ordenador de Despesas	
Assinatura e Carimbo	

Quadro 11 - Obrigações assumidas por credor

Natureza Detalhada	Credor	EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RPNP	EMPENHADO	PAGOS
3190.92.01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS		0,00	216.717,61	216.717,61
	364102/36201 - CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	0,00	216.717,61	216.717,61
3190.92.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		0,00	317.714,68	317.714,68
	364102/36201 - CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	0,00	317.714,68	317.714,68
3380.92.41 - CONTRIBUICOES		0,00	195.546,00	195.546,00
	EX3640320 - FUNDACION OBSERVATORIO PIERRE AUGER	0,00	195.546,00	195.546,00
3390.92.01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS		0,00	100,00	100,00
	364102/36201 - CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	0,00	100,00	100,00
3390.92.18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		1.600,00	109.817,00	108.217,00
	013.237.491-95 - ROBER FRANKLYN CARVALHO LARANJEIRA CORREA	0,00	1.600,00	1.600,00
	014.141.666-13 - LIVIA CRISTINA GOMES	0,00	2.594,00	2.594,00
	017.241.681-77 - OHANA YONARA DE ASSIS COSTA	0,00	2.200,00	2.200,00
	023.731.636-67 - ELIZIANE GONCALVES ARREGUY	0,00	3.000,00	3.000,00
	025.188.171-74 - MICHEL MARQUES DE LIMA	0,00	1.200,00	1.200,00
	025.304.431-65 - ALANDERSON RODRIGUES DA SILVA	0,00	400,00	400,00
	052.811.329-11 - LUAN SALLES PASSOS	0,00	400,00	400,00
	060.986.887-02 - EDUARDO GONZALEZ GORBENA EISENMANN	0,00	4.500,00	4.500,00
	061.736.457-50 - SOFIANE FACI	0,00	4.100,00	4.100,00
	076.408.767-37 - MARCELO ANDRADE AMORIM	0,00	4.500,00	4.500,00
	081.537.156-07 - LETICIA APARECIDA DE CASTRO LARA	0,00	2.594,00	2.594,00
	089.243.246-24 - LANA IVONE BARRETO CRUZ	0,00	788,00	788,00
	091.931.126-10 - ISABELLA DO COUTO REIS	0,00	550,00	550,00
	095.428.845-91 - ISABEL CRISTINA FEITOSA VILLELA	0,00	2.594,00	2.594,00
	135.901.257-56 - JESSICA DE OLIVEIRA CRUZ	0,00	1.200,00	1.200,00
	298.951.158-06 - VANESSA SIMAO DO AMARAL	0,00	4.200,00	4.200,00
	312.908.558-03 - ANA PAULA RESENDE SIMIQUELI	0,00	4.100,00	4.100,00
	364102/36201 - CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	1.600,00	52.397,00	50.797,00

613.312.463-69 - GISELLE ILEANA AUTIE CASTRO	0,00	4.500,00	4.500,00
789.773.207-04 - ALUISIO ALVES DE MELO BENTO	0,00	8.200,00	8.200,00
997.157.081-53 - LUZIA DA SILVA LOURENCO	0,00	4.200,00	4.200,00
3390.92.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	0,00	873.693,90	873.693,90
364150/36201 - CNPQ - ATIVIDADES NO EXTERIOR	0,00	539.622,91	539.622,91
806030/17205 - SERPRO - REGIONAL BRASILIA	0,00	31.111,35	31.111,35
EX3643221 - UNIVERSIDADE DE EVORA	0,00	3.660,98	3.660,98
EX3643388 - UNIVERSIDADE DE COIMBRA	0,00	4.730,88	4.730,88
EX3643393 - UNIVERSIDADE DE LISBOA	0,00	10.237,55	10.237,55
EX3645368 - MCGILL UNIVERSITY	0,00	19.092,88	19.092,88
EX3645376 - NORTH CAROLINA STATE UNIVERSITY	0,00	1.037,01	1.037,01
EX3645396 - UNIVERSITY OF MANCHERSTER-GREATER MANCHESTER	0,00	18.441,65	18.441,65
EX3645429 - SWANSEA UNIVERSITY	0,00	79.171,20	79.171,20
EX3645595 - UNIVERSITY OF KANSAS	0,00	4.128,20	4.128,20
EX3645657 - UNIVERSITY OF QUEENSLAND/UQ	0,00	101.146,85	101.146,85
EX3645891 - UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA/UBC	0,00	7.166,08	7.166,08
EX3646118 - UNIVERSITY OF MANITOBA/U.M	0,00	14.664,39	14.664,39
EX3646439 - ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA - CATOLICA PORTO/ESB/	0,00	18.513,74	18.513,74
EX3649082 - UNIVERSITY OF OXFORD/OX- OXFORDSSHIRE-INGLATERRA	0,00	20.968,23	20.968,23
TOTAL		1.600,00	1.713.589,19

Quadro 12 –Total empenhado na UG 364102 e 364150 com elemento de despesa 92

Natureza Detalhada	TOTAL EMPENHADO
3190.92.01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	216.717,61
3190.92.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	317.714,68
3380.92.41 - CONTRIBUICOES	195.546,00
3390.92.01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS	100,00
3390.92.18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	109.817,00
3390.92.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	873.693,90
TOTAL	1.713.589,19

Com referência aos maiores valores apresentados nessa tabela, os empenhos emitidos na conta 33909239-Taxas Escolares pagas no Exterior, quase em sua maioria foram de faturas do ano anterior das Universidades do Exterior que só foram apresentadas para pagamento no ano seguinte.

Com relação a conta de salários rubricas 31909201 e 31909211, temos rubrica na folha de pagamento que referem-se a pagamentos á servidores de anos anteriores .

Fundamentação Legal

Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício. A Administração do CNPq reconheceu um direito a pagar, previsto em lei, mas exigido em exercício posterior ao de início de vigência deste direito..

As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercícios financeiros anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Assim, conforme especifica o Art. 37 da Lei nº 4.320/64, poderão ser pagas a conta de dotação específica consignada no orçamento da entidade devedora e discriminadas por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica:

- ⇒ as despesas de exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignou crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- ⇒ Os restos a pagar com prescrição interrompida;
- ⇒ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro.

De acordo com o § 2º do Art 22 do Decreto 93.872/86, considera-se:

- despesas que não tenham sido empenhadas em época própria – aquelas cujo o empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido o credor tenha cumprido sua obrigação;
- Restos a Pagar com prescrição interrompida – a despesa cuja inscrição em Restos a Pagar tenha sido cancelada, mas em relação à qual ainda vige o direito do credor;
- Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício – a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Aquelas dívidas que dependem de requerimento do favorecido para reconhecimento do direito do credor, prescreverão em cinco anos, contados da data do ato ou fato que tiver dado origem ao respectivo direito.

O reconhecimento da dívida a ser paga a conta de despesas de exercícios anteriores cabe à autoridade competente para empenhá-la, devendo o processo conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- ⇒ importância a pagar;
- ⇒ nome, CPF ou CGC e endereço do credor;
- ⇒ data do vencimento do compromisso;
- ⇒ causa da inobservância do empenho, se for o caso.

“A autorização de pagamento de despesas de exercícios anteriores deverá ser dada no próprio processo de reconhecimento de dívida”. (IN/DTN nº 10/91)

4.2.4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES –

Tabela 1 – Restos a pagar processados e não processados por ano.

Restos a pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 12/2016
2012	55.280.824,42	2.862.069,35	4.013.384,80	48.405.370,27
2013	95.890.295,71	17.141.771,77	2.516.681,15	76.231.842,79
2014	50.807.555,07	16.349.121,68	119.760,54	34.338.672,85
2015	189.549.053,63	185.032.878,00	653.332,33	3.863.704,03

Restos a pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016
2012	279.406,42	2.638,88	276.767,56	0,00
2013	67.622.475,97	9.699.099,76	9.605.387,21	48.317.988,99
2014	290.590.230,76	167.523.448,75	51.599.755,40	71.468.132,94
2015	797.680.754,10	478.789.846,74	4.690.956,88	314.226.277,06

A inscrição de despesas em restos a pagar -RAP obedece ao disposto na Lei 4.320/1994, na qual determina que pertençam ao exercício financeiro as despesas nele legalmente realizadas. Assim, as despesas legalmente realizadas, mas não pagas, são inscritas em restos a pagar, dividindo-as em processadas –despesas liquidadas -, e as não processadas –despesas ainda não liquidadas.

Por definição legal, restos a pagar processados referem-se às despesas já liquidadas, ou seja, obrigações cumpridas pelos fornecedores de bens ou serviços e já verificadas pela Administração, mas ainda não pagas.

Diante deste contexto, o CNPq, em virtude da complexidade e da especificidade das ações desempenhadas por esta Fundação, observa-se um crescimento nominal de valores inscritos em RAP, contudo, nota-se uma contínua efetividade nos pagamentos dos valores inscritos.

Percebeu-se que os valores inscritos em 2015 foi muito maior que os anos anteriores, sendo 274,50% superior ao do ano anterior. Os restos a pagar não processados em 2015 reflete em sua maioria ao Edital Universal 2014 lançado no final do ano, bem como ao Programa de CsF parte do FNDCT, liberado também em meados de dezembro. Para melhor compreender o quanto realmente importam essas inscrições a cada ano, é necessário realizar a comparação dos valores inscritos em restos a pagar não processados com as despesas empenhadas em cada exercício.

Tabela 2 – Inscrição de restos a pagar não processados x despesas empenhadas:

Ano de Inscrição	Valor Empenhado	Despesa Empenhada	Inscrito em RP Não processado	Inscrição de RP's Não Processados
2012	2.170.325.160,80	14,94%	446.709.277,26	12,77%
2013	3.465.470.653,83	23,86%	827.412.038,43	23,65%
2014	3.732.532.995,49	25,70%	927.619.094,34	26,52%
2015	3.215.485.037,09	22,14%	874.805.571,35	25,01%
2016	1.939.401.134,82	13,35%	421.431.101,1	12,05%
TOTAL	14.523.214.982,03	100,00%	3.497.977.082,52	100,00%

A Tabela 2 demonstra que, com relação à despesa empenhada, a inscrição dos restos a pagar não processados representou em 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 : 12,77%; 23,65%; 26,52% ,25,01% e 12,05% respectivamente. Esses percentuais mostram que, em média, 20,00% das despesas empenhadas não foram liquidadas até o final do exercício. Destaca-se o fato desse percentual ter sido maior em 2014, devido a crise econômica do País, mas também devido a uma dotação liberada bem maior nesse ano.

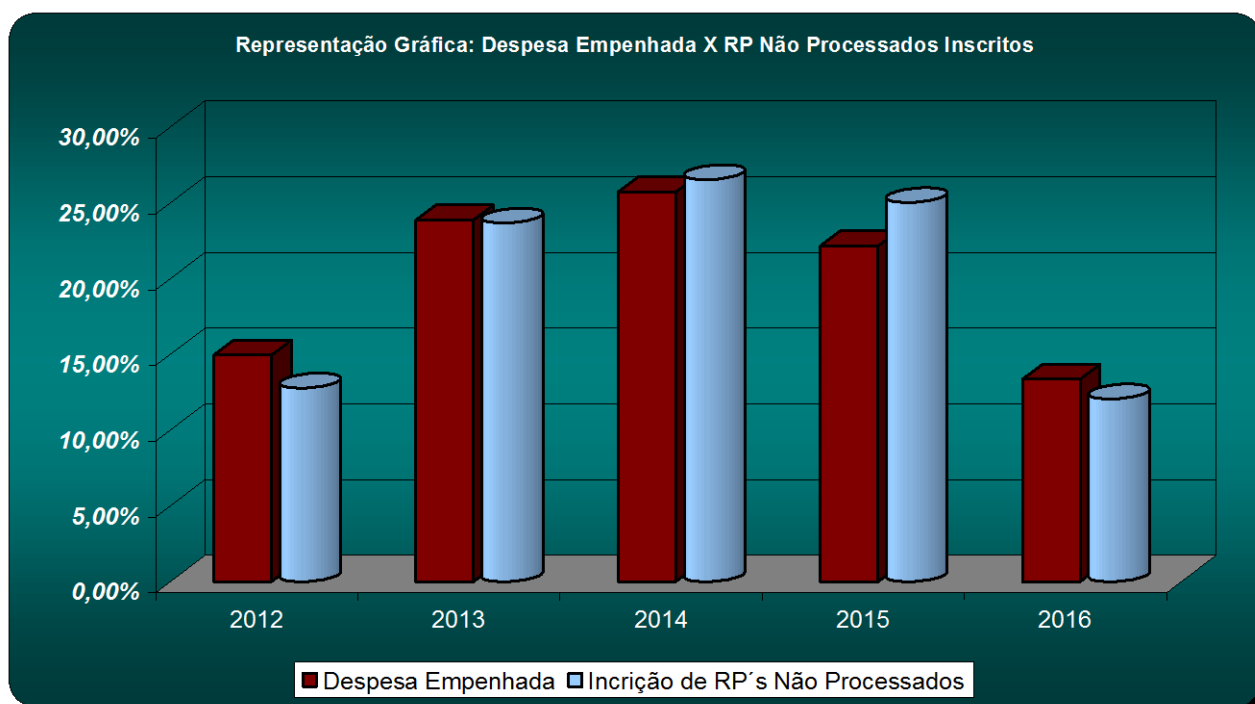


Gráfico 1 – Inscrição de restos a pagar não processados x despesas empenhadas

Tabela 3 – Cancelamento de restos a pagar não processados por ano.

Restos a Pagar Não Processados		
Ano de Inscrição	Cancelamento	RP Não Processados - Cancelados
2012	276.767,56	0,42%
2013	9.605.387,21	14,52%
2014	51.599.755,40	77,98%
2015	4.690.956,88	7,09%
TOTAL	66.172.867,05	100,00%

Os dados constantes na tabela 3, representam os valores de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e cancelados em 2012, 2013, 2014 e 2015. Para uma melhor evidência, é importante comparar esses cancelamentos com os totais inscritos.

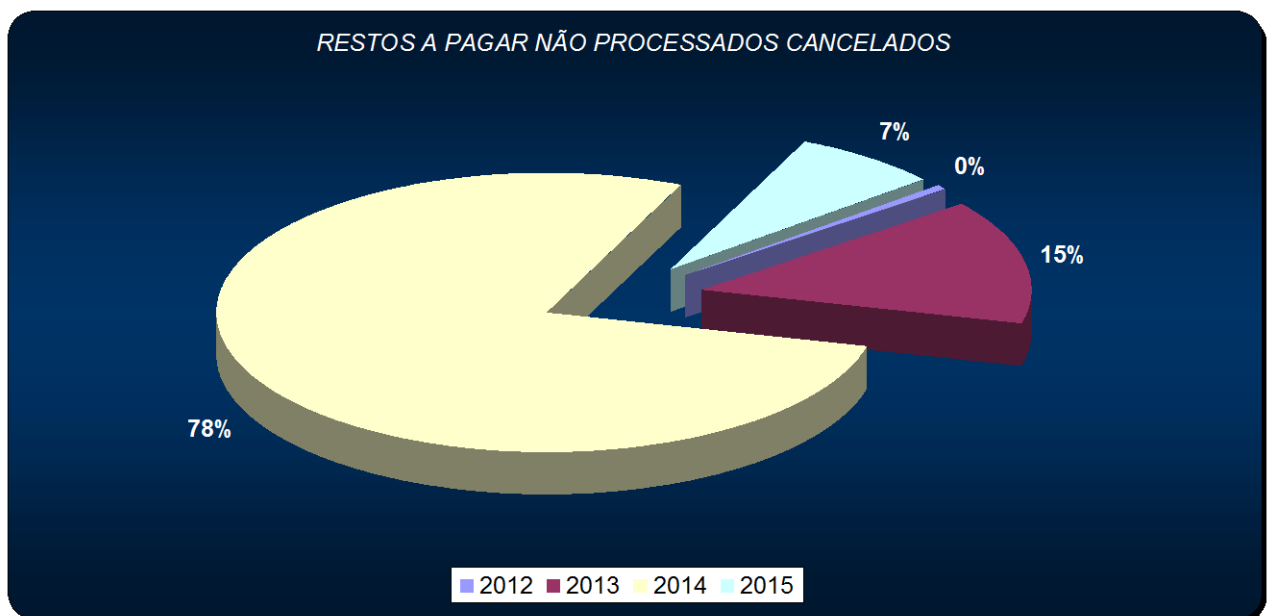


Gráfico 2 – Cancelamento de restos a pagar não processados por ano.

Tabela 4– Cancelamento de restos a pagar não processados x valores totais de restos a pagar não processados de exercícios anteriores

Restos a pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	RP Não Processamentos - Cancelamento	RP Cancelado	RP Não processado Insc. de Exerc. Anteriores	Insc.de RP Não Proc. de Exec. Anteriores
2012	276.767,56	0,42%	279.406,42	0,02%
2013	9.605.387,21	14,52%	67.622.475,97	5,85%
2014	51.599.755,40	77,98%	290.590.230,76	25,13%
2015	4.690.956,88	7,09%	797.680.754,10	68,99%
TOTAL	66.172.867,05	100,00%	1.156.172.867,25	100,00%

A Tabela 4 demonstra que, comparado com os demais exercícios em análise, 2014 foi o ano no qual ocorreu o maior volume de cancelamento de restos a pagar não processados. Os cancelamentos foram de 0,42% em 2012, 14,52% em 2013, 77,98% em 2014 e 7,09% em 2015.

Esse percentual de cancelamentos em 2014 tão elevado referiu-se a maioria de empenhos que completaram 5 anos .

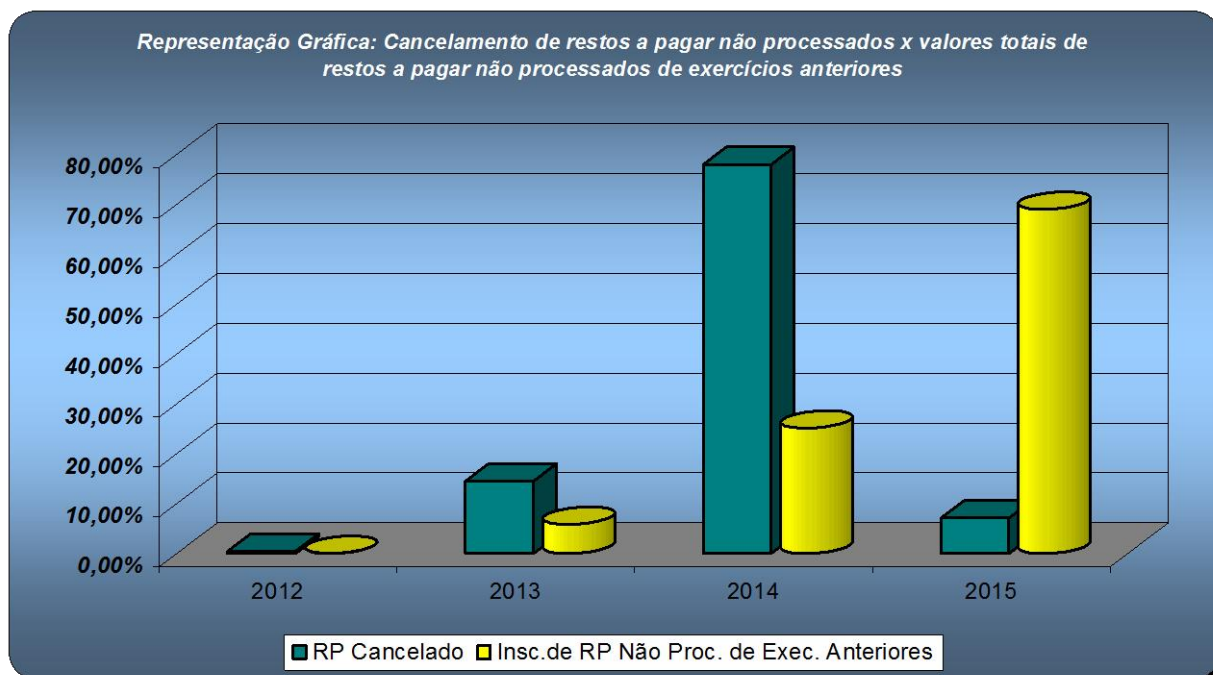


Gráfico 3 – RP Cancelados e Inscrição RP não processados de exercícios anteriores

Tabela 5 – Pagamento dos restos a pagar não processados por ano

Restos a pagar Não Processados		
Ano de Inscrição	Pagamentos	RP Não Processados - Pagamentos
2012	2.638,88	0,00%
2013	9.699.099,76	1,48%
2014	167.523.448,75	25,54%
2015	478.789.846,74	72,98%
TOTAL	656.015.034,13	100,00%

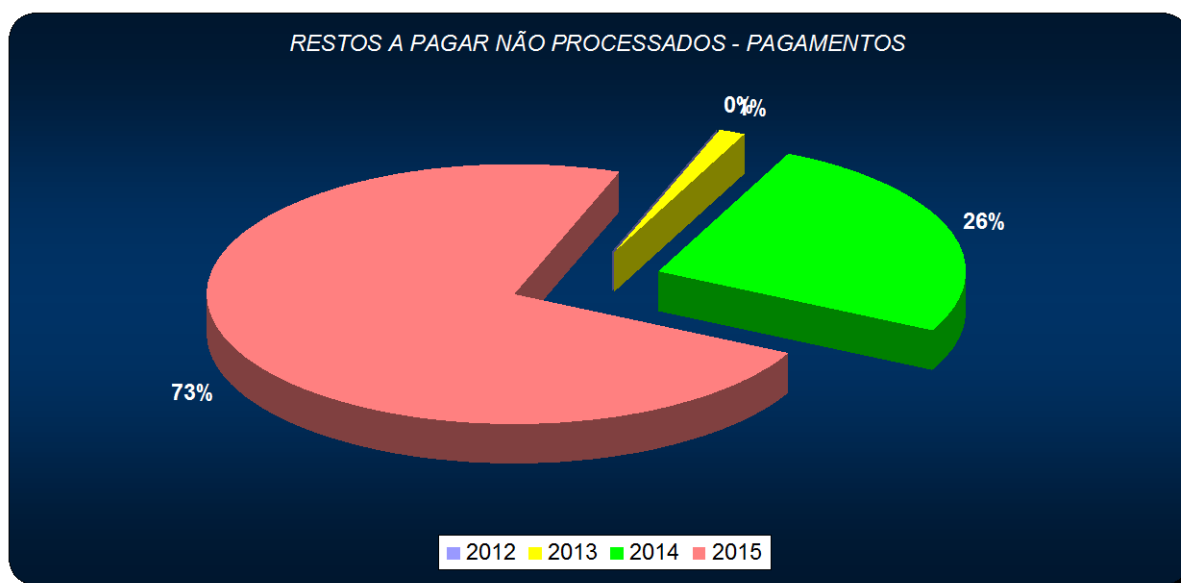


Gráfico 4 – Pagamento dos restos a pagar não processados por ano

Na tabela 5, são apresentados os valores pagos, em cada exercício, de restos a pagar não processados, sendo possível apurar que 2015 foi o ano em que houve o maior desembolso de recursos com pagamento de restos a pagar não processados.

Em percentuais, eles representaram em 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente, o pagamento de 0,00%, 1,48%, 25,54% e 72,98% dos valores de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Pode-se concluir que a média de pagamento dos restos a pagar não processados do CNPq é de 33,33%.

Tabela 6 – Restos a pagar não processados não pagos x valores de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Restos a pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	RP Não Processados - Não pagos	RP Não Pagos	RP Não processado Insc. de Exerc. Anteriores	Insc.de RP Não Proc. de Exec. Anteriores
2012	0,00	0,00%	279.406,42	0,02%
2013	48.317.988,99	11,13%	67.622.475,97	5,85%
2014	71.468.132,94	16,46%	290.590.230,76	25,13%
2015	314.226.277,06	72,41%	797.680.754,10	68,99%
TOTAL	395.299.797,21	100,00%	1.156.172.867,25	100,00%

A Tabela 6 representa quanto por cento dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores não foram pagos no período de 2012 a 2015. O maior índice foi em 2015, onde R\$ 314.226.277,06, ou 72,41% dos restos a pagar não processados não foram pagos.

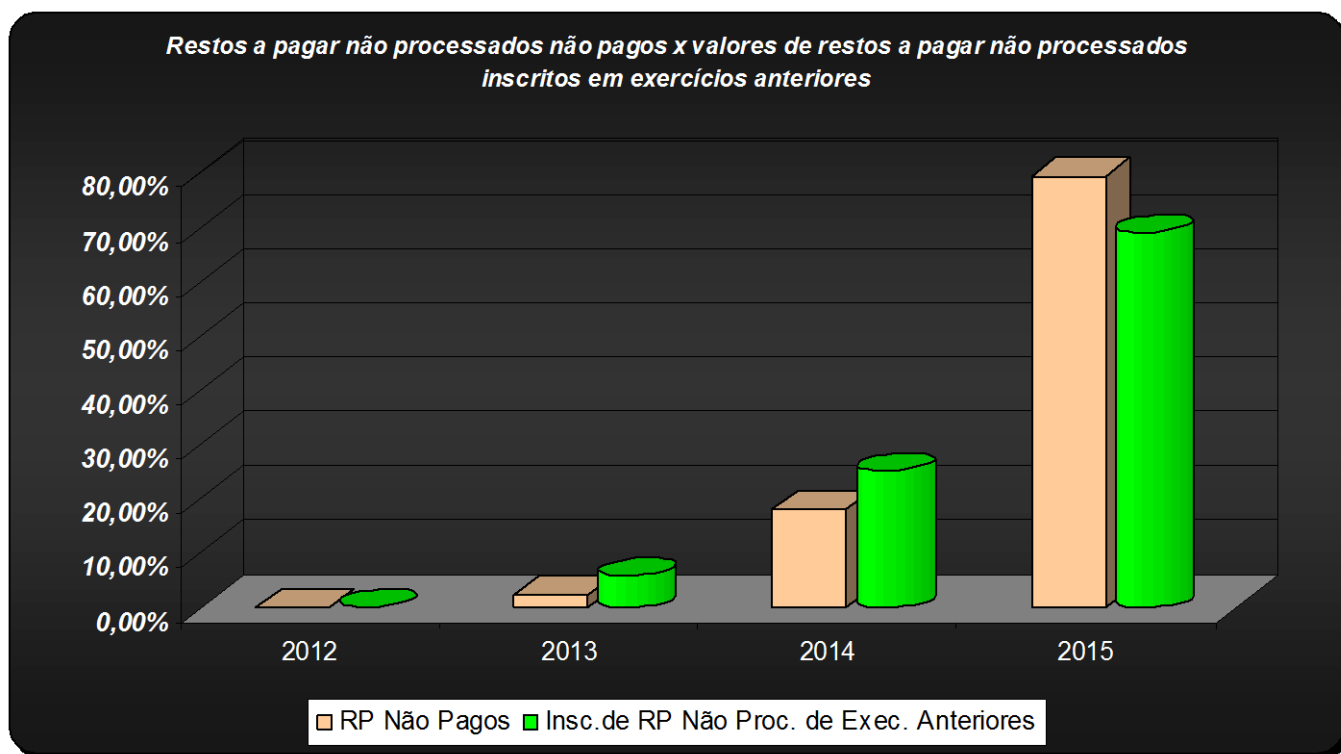


Gráfico 5 – RP's inscritos em exercícios anteriores

ANALISE DOS RESTOS A PAGAR POR FONTE

As fontes que mais impactaram os Restos a Pagar foram :

2012

0100 –Tesouro – Refere-se a empenhos do Programa Ciência sem Fronteiras e diversos Editais lançados em dezembro .

0296-Doações de Empresas parceiras- Refere-se a empenhos do Programa Ciência sem Fronteiras

0142- Compen.Financ.p/Expl.de Petr.ou Gás Natural – Refere-se a empenhos da chamada Universal 2012 do FNDCT.

2013

0100-Tesouro – Refere-se a empenhos de vários Editais, inclusive o Universal 2013.

0172- Outras Contribuições Econômicas- Refere-se a empenhos de diversos Editais do FNDCT.

0372- Outras Contribuições Econômicas - Refere-se a empenhos do Programa Ciência sem Fronteiras do FNDCT.

2014

0100-Tesouro- Refere-se a empenhos da chamada ARC 2014, Edital Universal 2014 e Mensalidades de bolsistas

0342- Compen.Financ.p/Expl.de Petr.ou Gás Natural –Refere-se a empenhos do Program Ciência sem Fronteiras do FNDCT

0281- Recursos de Convênios- Refere-se a mensalidades de bolsistas do SEBRAE.

2015

0100- Tesouro- Refere-se ao Edital Universal 2014 e Mensalidades de Bolsistas

0342- Compen.Financ.p/Expl.de Petr.ou Gás Natural- Refere-se ao Programa Ciência sem Fronteiras do FNDCT.

0281-Recursos de Convênios- Refere-se a mensalidade de bolsistas do SEBRAE.

2016

0100- Tesouro- Refere-se ao Edital Universal 2014, Mensalidades de bolsistas , outras Editais e Auxílios.

0172-Outras Contribuições Econômicas-Refere-se ao INCT's 2014 do FNDCT.

0281-Recursos de Convênios- Refere-se a maioria em mensalidades de bolsistas do SEBRAE.

Quadro 13 - Fonte de recursos mais impactantes nos RP's por ano

Ano Emissão	Fonte de Recurso	VALORES EMPENHADOS	VALORES PAGOS	EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR
2012				
	0100 – TESOURO	1.312.024.103,25	1.186.120.678,54	91.132.422,95
	0112 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	20.000.397,01	8.499.988,81	4.710.509,08
	0134 - COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	22.590.647,88	17.026.072,78	2.069.167,07
	0135 - COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	4.499.380,80	2.375.361,70	1.038.623,14
	0141 - COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	3.770.101,85	1.059.090,32	1.253.453,43
	0142 - COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	370.833.863,55	156.430.928,91	86.416.621,03
	0150 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	388.868,64	0,00	388.868,64
	0151 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	74.223.692,61	18.711.101,11	50.837.734,64
	0172 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	137.718.655,93	60.208.817,81	50.619.008,12
	0174 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	1.477.000,00	773.571,30	604.748,30
	0176 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	5.832.100,35	137.729,30	4.633.232,94
	0178 - FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	1.256.973,04	336.892,00	642.881,04
	0195 - DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	100.208,00	100.208,00	0,00
	0250 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	7.556.815,72	6.586.136,70	926.839,02
	0281 - RECURSOS DE CONVENIOS	66.917.095,00	8.813.708,09	58.037.186,91
	0296 - DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	89.732.929,66	4.924.243,17	84.808.686,49
	0300 - TESOURO	42.629.042,00	40.413.079,00	2.211.263,00
	0312 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	8.000.000,00	0,00	5.781.444,94
	0388 - REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	704.259,52	78.487,40	596.586,53
	5100 - TESOURO	69.026,00	69.026,00	0,00
TOTAL		2.170.325.160,81	1.512.665.120,94	446.709.277,27
2013				
	0100 - TESOURO	1.745.153.044,99	1.581.335.538,62	147.441.271,66
	0112 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	32.659.191,86	5.448.723,21	22.877.692,50
	0118 - CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	2.885.300,72	300.424,50	2.119.035,05
	0134 - COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	22.559.128,58	2.458.691,10	7.296.147,42
	0135 - COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	5.393.049,37	1.320.401,10	1.812.477,91
	0141 - COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	10.796.864,06	783.699,65	7.022.265,79
	0142 - COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	166.286.188,65	93.277.731,75	30.115.355,09

0150 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	289.090,00	0,00	289.090,00
0151 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	3.934.674,94	115.124,00	3.404.385,60
0156 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	11.350.383,92	11.349.161,57	0,00
0169 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	15.495.696,00	15.495.696,00	0,00
0172 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	480.303.050,72	83.284.473,15	231.187.566,24
0174 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	4.163.865,98	45.183,92	3.963.644,54
0176 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	21.156.846,32	10.354.146,64	10.017.766,37
0178 - FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	287.193.178,43	279.783.324,06	6.036.510,65
0195 - DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	150.444,00	0,00	0,00
0250 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	10.382.811,28	9.503.131,46	879.679,82
0280 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.324.088,00	381.957,17	942.130,83
0281 - RECURSOS DE CONVENIOS	83.016.000,00	850.412,00	82.165.588,00
0296 - DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	139.451.087,05	74.522.717,61	64.928.369,44
0312 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	14.214.039,72	0,00	8.414.107,25
0372 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	303.537.243,30	137.730.985,73	150.650.564,91
0376 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	83.224,00	0,00	83.224,00
5100 - TESOURO	119.261,50	0,00	0,00
6151 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	103.572.900,45	50.883.391,30	45.765.165,36
TOTAL	3.465.470.653,84	2.359.224.914,54	827.412.038,43

Ano Emissão	Fonte de Recurso	VALORES EMPENHADOS	VALORES PAGOS	EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR
2014				
	0100 - TESOURO	1.736.153.790,82	1.509.588.126,88	189.829.690,30
	0112 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	5.521.786,58	2.228.687,94	3.293.098,64
	0134 - COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	21.513.415,17	3.034.263,29	5.661.492,36
	0135 - COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	5.764.147,62	1.297.330,00	2.067.080,24
	0141 - COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	15.793.185,11	1.940.003,89	13.853.181,22
	0150 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	42.000,00	42.000,00	0,00
	0151 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	1.571.108,62	1.121.088,62	450.020,00
	0156 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	12.974.859,09	12.946.242,46	28.616,63
	0169 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	18.074.513,00	18.074.099,84	413,16
	0172 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	289.547.150,66	223.993.783,76	55.081.908,96
	0174 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	5.874.269,97	617.734,37	5.254.870,60

0176 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	20.570.026,78	7.854.475,30	12.609.551,48
0180 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	9.009.910,21	4.795.149,09	4.208.761,12
0250 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11.280.800,07	8.241.768,67	3.039.031,40
0280 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.500.000,00	1.088.077,99	1.411.922,01
0281 - RECURSOS DE CONVENIOS	95.000.000,00	0,00	95.000.000,00
0296 - DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	162.183.706,10	131.058.948,66	31.124.757,45
0300 - TESOURO	242.062.895,33	241.375.401,00	687.494,33
0342 - COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	965.862.460,52	502.672.061,37	459.006.826,24
0372 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	12.838.361,80	5.046.169,49	7.787.292,31
6151 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	96.283.324,91	58.305.371,25	37.207.509,08
6174 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	2.111.283,12	2.095.706,31	15.576,81
TOTAL	3.732.532.995,48	2.737.416.490,18	927.619.094,34

2015

0100 - TESOURO	1.978.772.613,47	1.555.428.929,43	271.176.029,24
0108 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.994.200,00	1.905.670,00	48.920,00
0112 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	33.446.756,27	9.861.480,85	7.511.852,76
0134 - COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.657.508,43	992.939,12	514.209,31
0135 - COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	1.419.453,22	1.260.587,11	25.146,11
0141 - COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	166.200,00	149.000,00	13.200,00
0156 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	13.799.948,00	13.780.799,29	19.148,71
0169 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	18.487.623,00	18.465.901,86	21.721,14
0172 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	31.822.584,47	21.844.794,38	7.096.607,54
0174 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	6.499.155,35	1.717.282,56	4.759.807,79
0176 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	9.674.956,00	1.175.420,00	7.768.066,00
0178 - FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	268.073,54	233.700,00	9.073,54
0180 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.173.904,71	1.993.555,65	160.849,06
0183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	4.255.079,85	0,00	2.362.705,73
0188 - REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	11.462.805,00	9.478.655,04	1.983.259,59
0250 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	7.099.437,88	6.644.115,45	455.259,14
0280 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	20.328.042,27	11.942.111,94	8.364.810,33
0281 - RECURSOS DE CONVENIOS	140.730.506,48	2.945.907,07	137.767.005,41
0296 - DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	103.190.383,81	43.975.233,77	59.215.150,05
0342 - COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	805.853.896,77	437.164.758,39	353.374.947,39

	6151 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	21.872.108,58	9.845.339,34	11.910.749,39
	6174 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	509.800,00	246.746,87	247.053,13
TOTAL		3.215.485.037,10	2.151.052.928,12	874.805.571,36
Ano Emissão	Fonte de Recurso	VALORES EMPENHADOS	VALORES PAGOS	EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR
2016				
	0100 - TESOURO	1.382.832.430,20	1.242.899.989,37	136.043.701,16
	0112 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	6.406.236,40	3.499.481,50	2.906.754,90
	0115 - CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	2.052.168,75	2.052.168,75	0,00
	0134 - COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	660.881,79	306.420,00	350.861,79
	0135 - COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	238.570,22	201.116,63	37.453,59
	0141 - COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	65.586,00	50.118,76	15.467,24
	0150 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	203.482,00	202.616,97	865,03
	0156 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	14.977.128,49	14.976.238,12	0,00
	0157 - RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	23.425,00	0,00	23.425,00
	0169 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	19.814.296,42	19.809.885,35	4.411,07
	0172 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	219.308.738,76	168.667.227,43	48.247.759,18
	0176 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	7.153.000,00	4.935.958,00	1.816.042,00
	0178 - FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	181.600,00	181.600,00	0,00
	0180 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	377.199,50	57.550,00	319.649,50
	0186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	663.866,10	202.601,18	461.264,92
	0250 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.048.885,00	299.982,34	735.539,86
	0280 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	35.374.862,00	30.245.386,62	4.449.940,03
	0281 - RECURSOS DE CONVENIOS	195.469.490,68	5.101.805,65	190.360.685,03
	0300 - TESOURO	4.202.345,32	4.202.345,32	0,00
	6100 - TESOURO	44.976.526,48	9.470.365,25	35.506.161,23
	6151 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	3.232.615,71	2.517.537,12	54.419,61
	6174 - TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	137.800,00	41.100,00	96.700,00
TOTAL		1.939.401.134,82	1.509.921.494,36	421.431.101,14
TOTAL GERAL		14.523.214.982,05	10.270.280.948,14	3.497.977.082,54

4.2.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

A Execução Orçamentária da Receita define-se, basicamente, como os ingressos financeiros aos cofres públicos. Dividem-se em dois grupos denominados categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As Receitas Correntes correspondem a ingressos financeiros destinados a financiar os objetivos definidos nos planos de governo, sejam através de programas ou ações orçamentárias, visando satisfazer as necessidades públicas. São exemplos de Receitas Correntes os ingressos provenientes de tributos, contribuições, exploração do patrimônio estatal, exploração das atividades econômicas, dentre outros.

As Receitas de Capital são provenientes do recebimento de recursos oriundas da constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos (venda), e demais recursos recebidos destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

As Receitas orçamentárias são aquelas pertencentes ao ente público, arrecadados exclusivamente para aplicação em programas e ações governamentais.

Desempenho de receitas financeiras e arrecadação de receitas Patrimoniais

A tabela abaixo ilustra a participação de cada uma das receitas que compõem a Receita Orçamentária.

Percebe-se que as Receitas Correntes corresponde a 100 % do total das receitas arrecadadas, em 2016, pois não tivemos Receitas de Capital. Portanto, apenas com a soma das três receitas correntes alcança-se o percentual de 100 % da receita total.

A Tabela abaixo apresenta de forma detalhada as categorias econômicas de Receitas Correntes e Receitas de Capital constante da LOA/2016. Com uma previsão inicial de: R\$ 223.525.773,00, ao término do exercício foi registrado o montante de valor negativo de: R\$ 124.987.249,78.

As participações mais expressivas, no conjunto das receitas, couberam as receitas correntes, no grupo Receita Patrimonial, valores imobiliários que somaram R\$ 53.995.195,05, essas Receitas são rendimentos de aplicações financeiras com uma previsão inicial de R\$ 34.424.412,00 ao final teve um saldo positivo no montante de R\$ 19.570.783,05.

Na receita de serviços tivemos uma variação positiva com uma previsão de R\$ 46.180,00 obtivemos uma receita de R\$ 100.099,50.

Na receita de indenizações, restituições e ressarcimentos, que são receitas arrecadadas que vão direto para o Tesouro Nacional, também tivemos uma previsão de R\$ 737.032,00 mas arrecadamos o montante de R\$ 30.833.266,61, valor bem acima do previsto.

Já na receita de multas e juros, o CNPq, tivemos uma variação positiva entre a previsão inicial de o R\$ 43.313,00 arrecadamos R\$ 180.791,76.

Do montante das transferências correntes a previsão inicial era de R\$ 188.274.836,00, mas o CNPq arrecadou um valor de R\$ 13.429.170,30 ficando com um saldo negativo a arrecadar no montante de R\$ 174.845.665,70.

RECEITAS CORRENTES	223.525.773,00	223.525.773,00	98.538.523,22	-124.987.249,78
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial	34.424.412,00	34.424.412,00	53.995.195,05	19.570.783,05
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		34.424.412,00	34.424.412,00	53.995.195,05
Valores Mobiliários				19.570.783,05
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária		46.180,00	46.180,00	100.099,50
Receita Industrial	46.180,00	46.180,00	100.099,50	53.919,50
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	188.274.836,00	188.274.836,00	13.429.170,30	-174.845.665,70
Serviços e Atividades Financeiras	780.345,00	780.345,00	31.014.058,37	30.233.713,37
Outros Serviços	43.313,00	43.313,00	180.791,76	137.478,76
	737.032,00	737.032,00	30.833.266,61	30.096.234,61
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens Alienação de				
Bens Móveis Alienação de				
Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital Outras				
Receitas de Capital				

Figura 4 - Execução Orçamentária da Receita

Comportamento da Receita ao longo do exercício e em comparação com exercícios anteriores e principais fatores que impactaram as receitas.

Tabela 7 - Receita Realizada 2015

2015-RECEITA REALIZADA	
Remuneração de Dep. Bancários	8.999.638,76
Transf. de Instituições Privadas	174.838.716,94
Restituições de Convenios - Primários	17.128.133,32
Recuperação de Desp. de Exerc. Ant.	2.151.009,80
Outras Receitas	1.223.384,72

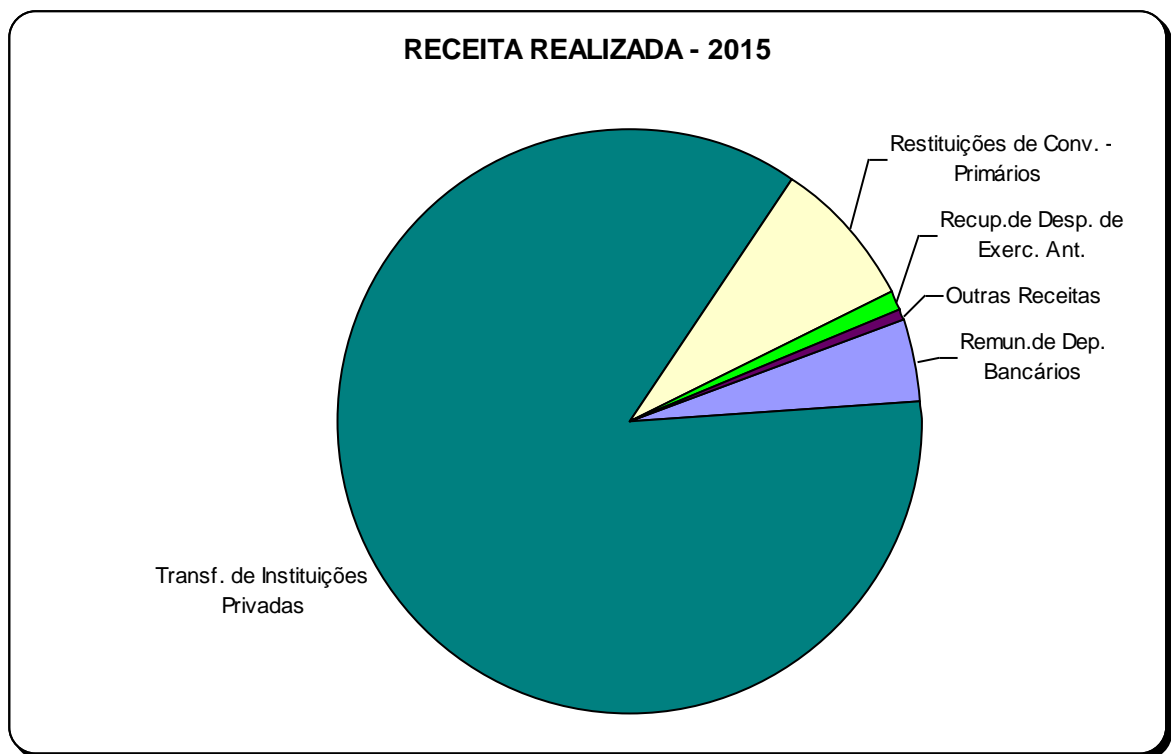


Gráfico 6 - Receita Realizada 2015

Tabela 8 - Receita Realizada 2016

2016-RECEITA REALIZADA	
Remuneração de Dep. Bancários	53.995.195,05
Transf. de Instituições Privadas	13.429.170,30
Serviços	100.099,50
Recuperação de Desp. de Exerc. Ant.	30.833.266,61
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	180.791,76

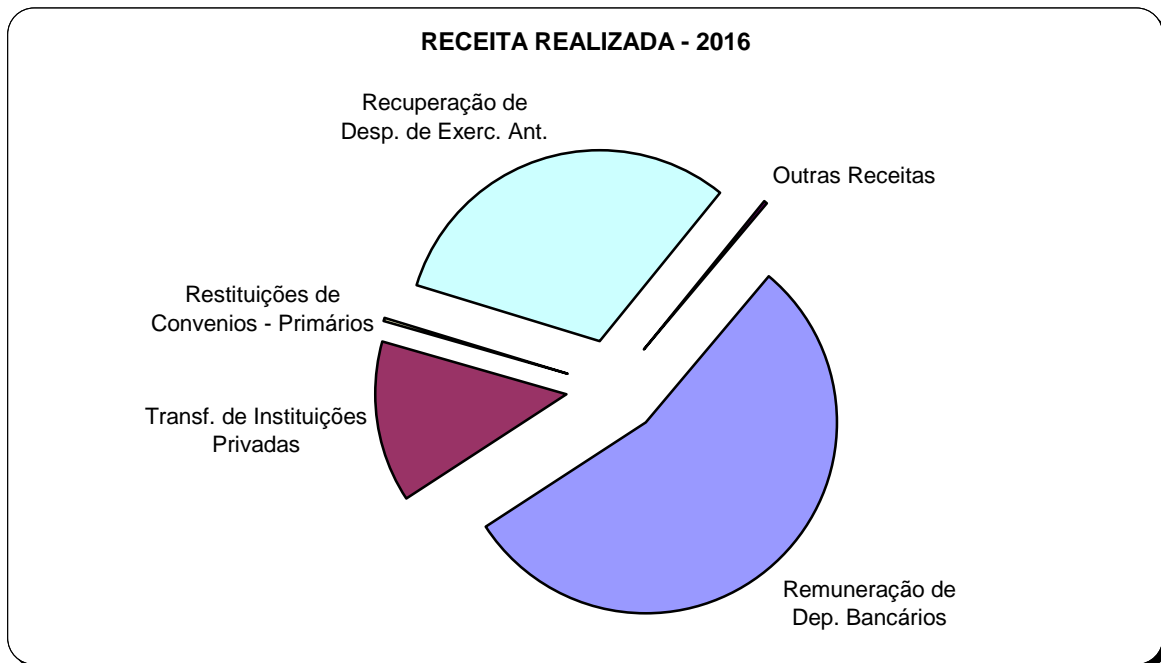


Gráfico 7 - Receita Realizada 2016

MAIORES VARIAÇÕES:

As receitas de valores mobiliários teve um comportamento positivo comparado a 2015 no montante de R\$ 44.995.556,29 positivo.

As receitas de transferência de Instituições Privadas, teve um comportamento negativo comparado a 2015 no montante de R\$ 161.409.546,64. As outras receitas arrecadadas também teve o seu valor negativo com referência a 2015 de R\$ 1.223.384,72 para R\$ 280.891,26 respectivamente. As restituições a título de despesas de exercícios anteriores são todas devolvidas para o Tesouro Nacional.

A principal fonte de receita em 2016 foi a Receita de Remuneração de Depósitos bancários financeiro (0280).

4.2.6. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Quadro 14 – Despesa por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			Despesa paga		
	2016	2015	%	2016	2015	%
1. Modalidade de Lic. (a+b+c+d+e+f+g)	27.700.373,43	32.678.859,10	-15,23%	27.696.794,22	31.025.196,44	-10,73%
d) Pregão	27.700.373,43	32.678.859,10	-15,23%	27.696.794,22	31.025.196,44	-10,73%
2. Contratações Diretas (h+i)	22.856.915,46	21.176.912,38	7,93%	22.843.385,66	19.383.182,23	17,85%
h) Dispensa	20.664.626,42	19.153.325,46	7,89%	20.664.626,42	17.374.092,32	18,94%
i) Inexigibilidade	2.192.289,04	2.023.586,92	8,34%	2.178.759,24	2.009.089,91	8,45%
3. Regime de Execução Especial	13.254,89	15.283,00	-13,27%	13.254,89	15.283,00	-13,27%
j) Suprimento de Fundos	13.254,89	15.283,00	-13,27%	13.254,89	15.283,00	-13,27%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	197.863.400,50	194.003.733,07	1,99%	197.861.743,19	194.002.075,76	1,99%
k) Pagamento em Folha	197.754.065,32	193.840.200,16	2,02%	197.752.408,01	193.838.542,85	2,02%
l) Diárias	109.335,18	163.532,91	-33,14%	109.335,18	163.532,91	-33,14%
5. Outros	1.269.536.089,40	2.092.804.678,19	-39,34%	1.261.506.316,40	1.906.627.190,68	-33,84%
6. Total (1+2+3+4+5)	1.517.970.033,68	2.340.679.465,74	-35,15%	1.509.921.494,36	2.151.052.928,11	-29,81%

Análise crítica da execução da despesa (quadro acima)

A modalidade “não aplicável” (itens 3-4-5) correspondeu a 93,66% do total das despesas liquidadas em 2016, tendo seu valor diminuído 50,62% em relação a 2015. Nesta categoria estão contabilizados, além de outros itens de maior impacto, os gastos com pessoal, os quais aumentaram sua participação relativa no total das despesas, uma vez que houve queda significativa dos gastos de custeio e capital.

As dispensas de licitação corresponderam em 2016 a 1,36% do total de despesas pagas, os pregões eletrônicos corresponderam a 1,85%, as inexigibilidade a 0,14 % das despesas pagas.

As despesas ocorridas por meio de inexigibilidade de licitação tiveram alta de 8,45% em relação a 2015, bem como aquelas realizadas por dispensa de 18,94%, enquanto que a modalidade de pregão teve uma baixa de 10,73% em relação a 2015.

Quadro 15 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES

Grupos de Despesa	Empenhada			Liquidada			RP não processados			Valores Pagos		
	2016	2015	%	2016	2015	%	2016	2015	%	2016	2015	%
1. Pessoal	197.835.360,45	199.676.429,00	-0,92%	197.754.065,32	193.840.200,16	2,02%	81.295,13	5.836.228,84	-98,61%	197.752.408,01	193.838.542,85	2,02%
3190.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.536.431,51	87.421.180,37	-7,88%	80.513.006,51	83.462.564,57	-3,53%	23.425,00	3.958.615,80	-99,41%	80.512.239,57	83.461.797,63	-3,53%
3190.01 - APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	86.954.456,22	80.909.774,90	7,47%	86.922.232,83	80.800.613,24	7,58%	32.223,39	109.161,66	-70,48%	86.921.342,46	80.799.722,87	7,58%
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	30.344.472,72	31.345.473,73	-3,19%	30.318.825,98	29.577.022,35	2,51%	25.646,74	1.768.451,38	-98,55%	30.318.825,98	29.577.022,35	2,51%
3. Outras Despesas Correntes	1.673.250.471,65	2.930.401.364,89	-42,90%	1.270.003.373,97	2.074.349.988,26	-38,78%	403.247.097,68	856.051.376,63	-52,89%	1.262.821.410,22	1.927.288.113,05	-34,48%
3390.18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.341.051.846,03	2.267.151.551,00	-40,85%	1.021.306.565,57	1.614.623.898,07	-36,75%	319.745.280,46	652.527.652,93	-51,00%	1.020.700.899,69	1.516.652.768,72	-32,70%
3390.20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	181.723.050,20	144.542.986,78	25,72%	158.066.162,04	127.369.002,95	24,10%	23.656.888,16	17.173.983,83	37,75%	151.506.973,18	82.194.232,25	84,33%
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	150.475.575,42	518.706.827,11	-70,99%	90.630.646,36	332.357.087,24	-72,73%	59.844.929,06	186.349.739,87	-67,89%	90.613.537,35	328.441.112,08	-72,41%

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada			Liquidada			RP não Processados			Valores Pagos		
	2016	2015	%	2016	2015	%	2016	2015	%	2016	2015	%
4. Investimentos	68.315.302,71	85.407.243,21	-20,01%	50.212.594,38	72.489.277,33	-30,73%	18.102.708,33	12.917.965,88	40,14%	49.347.676,12	29.926.272,22	64,90%
4490.20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	43.349.474,01	76.729.916,45	-43,50%	34.644.265,68	71.144.184,57	-51,30%	8.705.208,33	5.585.731,88	55,85%	33.779.347,42	29.925.813,22	12,88%
4432.20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	9.297.500,00	8.674.241,76	7,19%	0,00	1.344.633,76	-100,00%	9.297.500,00	7.329.608,00	26,85%	0,00	0,00	0,00%
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	15.668.328,70	3.085,00	507787,48%	15.568.328,70	459,00	3391692,75%	100.000,00	2.626,00	3708,07%	15.568.328,70	459,00	3391692,75%

Análise Crítica da Realização da Despesa

Em 2016 como pode ser observado no gráfico acima, as despesas empenhadas com aposentados aumentou em 7,47%, diminuindo em 7,88% os gastos com Ativos. É evidente uma crise de recursos humanos. O CNPq perdeu cerca de 120 funcionários nos últimos cinco anos, com uma média de 15 a 20 aposentadorias por ano e sem perspectiva de novas contratações.

A liberação de novos limites para execução do orçamento, nos últimos dias do ano, também traz sem dúvidas grandes dificuldades na execução, pois a motivação e a tramitação dos processos até a efetiva celebração das parcerias e execução do orçamento muitas vezes não se confirma em função de falta de tempo hábil.

Outro destaque é o crescimento tanto na execução orçamentária como na execução financeira, contudo não na mesma proporção, pois com as celebrações confirmadas ao fim do ano muitos empenhos foram inscritos em Restos a Pagar para 2016 e por isso a execução financeira foi inferior a execução orçamentária.

O Item de auxílio financeiro a estudantes teve uma queda significativa de 40,85% com relação a 2015, o CNPq foi obrigado a suspender a concessão de bolsas de pós-graduação no exterior e cortar 20% das bolsas de iniciação científica previstas para os próximos dois anos..

Os auxílios de fomento teve uma alta de 25,72%, isso se deve em grande parte aos pagamentos da chamada Universal no final do ano,mas os demais itens do grupo teve uma queda de 70,99% com relação da 2015.

O itens de investimentos em 2016 teve uma queda de 43,50 no item 449.0.20 . Em 2015, o valor investido em fomento pelo CNPq já havia caído 46% em relação a 2014, passando de R\$ 104,8 milhões para R\$ 56,4 milhões. Em comparação com 2010, essa queda foi de quase 80%, em valores corrigidos

4.2.7 – SUPRIMENTOS DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Quadro 16 – Utilização de Suprimentos de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	364102	CNPq/AC			28	1.232,02	12.422,63	13.654,65
2015	364102	CNPq/AC			27	610,00	14.481,64	15.091,64

Fonte: SIAFI Operacional

Quadro 17 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
	Código	Nome ou Sigla	Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
			Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	364102	CNPq/AC			1	13.654,65	8.000,00
2014	364102	CNPq/AC			2	15.091,64	8.000,00

Fonte: SIAFI Operacional

Quadro 18 - Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos

Código	Nome	Natureza da Despesa	Natureza Detalhada	EMPENHOS PAGOS
364102	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3390.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.09 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	232,30
			3390.30.10 - MATERIAL ODONTOLÓGICO	909,40
			3390.30.16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	700,65
			3390.30.17 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	482,89
			3390.30.19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E	121,70
			3390.30.22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	99,00
			3390.30.24 - MATERIAL P/ MANUT. DE BENS	4.804,24
			3390.30.25 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	452,71
			3390.30.26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	2.004,95
			3390.30.28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	115,00
			3390.30.29 - MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	135,00
			3390.30.36 - MATERIAL HOSPITALAR	282,80
			3390.30.42 - FERRAMENTAS	31,60
		3390.30.44 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	30,00	
		3390.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	3390.39.17 - MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E	1.220,00
			3390.39.59 - SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	8,00
			3390.39.63 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	923,66
			3390.39.66 - SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	410,00
			3390.39.83 - SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE	290,99

Fonte: Siafi Operacional

Análise Crítica – Suprimento de Fundos

Os recursos geridos pelos suprimentos que utilizaram o CPGF no exercício de 2016 e anteriores demonstrados nos Quadros do item 4,3.10, as prestações de contas apresentadas estão em conformidade com a legislação vigente, bem como aos controles internos de acompanhamento, as quais foram e analisadas nos prazos devidos e aprovadas, não havendo prestações de contas vencidas e não analisadas.

Esclarecemos que a UJ somente utilizou para os suprimentos de Fundos concedidos o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

No que se refere à utilização do Suprimento de Fundos/Cartão de Pagamentos ocorre diante de uma necessidade emergencial, com despesas caracterizadas pela sua **excepcionalidade**.

É importante ressaltar que não é prática deste Órgão extrapolar ou usar os valores permitidos na sua totalidade.

4.2.8 RENÚNCIA DE RECEITAS

Abaixo constam os quadros relativos a renúncia de receitas e respectivas contrapartida conforme lei 8.010/1990 e suas alterações e Lei 8.032/1990:

Quadro 19 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Gasto Tributário: Leis 8.010/1990 e 10.964/2004						
Valores	2016		2015		2014	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia (R\$ milhões)	499,1	216,9	545,9	350,7	374,6	342,8
Contrapartida	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas de Compensação	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

Quadro 20 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Gasto Tributário: Lei 8.032/1990						
Valores	2016		2015		2014	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia (R\$ milhões)	1,3	0,6	2,5	1,9	2,3	4,1
Contrapartida	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas de Compensação	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

No que se refere aos “Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida” o TCU exige ainda esclarecimento sobre:

- Quantificação e análise crítica dos benefícios financeiros e creditícios:

A questão relativa a benefícios financeiros e creditícios não se aplica no caso das importações autorizadas pelo CNPq ao amparo da Lei 8.010, de 29 de março de 1990 e suas alterações, que trata apenas da renúncia fiscal em prol da pesquisa científica.

-Contribuintes beneficiados pela Renúncia

Renúncia de receitas pessoas físicas e jurídicas

Lei 8.010/90 e suas alterações – (R\$ - milhões)

Quadro 21 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

Gasto Tributário: leis 8.010/1990 e 10.964/2004 (R\$ milhões)						
UF	2016		2015		2014	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,0
AL	1	0,00	2	0,00	3	0,0
AP	2	0,00	0	0,00	0	0,0
AM	2	0,01	3	0,02	7	0,1
BA	12	0,23	11	0,1	14	0,1
CE	6	0,02	5	0,00	7	0,0
DF	6	0,02	5	0,02	11	0,
ES	7	0,07	10	0,2	13	0,1
GO	7	0,04	5	0,02	5	0,1
MA	3	0,06	7	0,2	5	0,2
MT	3	0,01	2	0,01	2	0,0
MS	3	0,02	4	0,1	5	0,3
MG	24	0,12	34	0,2	25	0,2
PA	0	0,00	0	0,00	4	0,0
PB	8	0,03	9	0,4	10	0,0
PR	13	0,26	9	0,1	24	0,5
PE	10	0,06	11	0,2	14	0,2
PI	0	0,00	2	0,00	0	0,0
RJ	50	1,10	56	1,2	83	1,8
RN	5	0,01	6	0,03	7	0,0
RS	27	0,07	15	0,04	36	0,2
RO	0	0,00	0	0,00	1	0,0
RR	0	0,00	0	0,00	1	0,0
SC	23	0,11	13	0,1	27	0,2
SP	65	1,82	71	4,9	76	1,7
SE	3	0,01	2	0,00	7	0,0
TO	1	0,00	0	0,00	0	0,0
Σ						

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

Quadro 22 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

Gasto Tributário: Leis 8.010/1990 e 10.964/2004 (R\$ milhões)						
UF	2016		2015		2014	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,0
AL	2	0,6	2	1,0	3	3,2
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,0
AM	7	2,0	8	5,1	9	3,2
BA	5	5,1	7	8,9	6	20,8
CE	5	2,2	6	3,3	7	4,4
DF	5	15,5	6	29,7	6	19,3
ES	3	0,6	3	2,2	4	1,8
GO	3	1,6	6	6,9	6	3,6
MA	3	2,2	2	1,1	1	0,8
MT	2	1,7	3	1,5	3	1,3
MS	2	0,8	5	2,2	5	0,9
MG	30	20,8	32	34,8	35	19,3
PA	3	1,5	7	3,3	5	3,6
PB	4	3,6	4	3,9	5	3,0
PR	17	13,6	14	19,3	19	16,6
PE	7	4,1	9	9,5	9	5,5
PI	2	1,7	4	1,1	3	1,0
RJ	21	38,1	26	66,6	27	94,2
RN	4	3,0	5	5,5	6	5,1
RS	19	18,2	18	24,1	18	17,9
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,0
RR	0	0,00	0	0,00	1	0,2
SC	9	10,7	10	9,1	10	10,7
SP	58	65,2	63	101,9	65	99,1
SE	3	1,1	2	0,6	3	1,4
TO	1	0,2	1	0,2	1	0,0
Σ						0

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

Quadro 23 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

Gasto Tributário: Leis 8.032/1990 (R\$ milhões)						
UF	2016		2015		2014	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,0
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,0
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,0
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,0
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,0
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,0
DF	0	0,00	0	0,00	0	0,0
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,0
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,0
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,0
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,0
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,0
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,0
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,0
PB	0	0,00	0	0,00	0	0,0
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,0
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,0
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,0
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,0
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,0
RS	0	0,00	1	0,00	1	1,1
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,0
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,0
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,0
SP	1	0,6	1	1,9	1	2,9
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,0
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,0
Σ	0	0,00	0	0,00	0	0,0

Fonte: COCIF/CGADM/DGTI/CNPq

- Comunicações à RFB

Não há registros a serem reportados de que entidades e pesquisadores credenciados neste Conselho nos termos da Lei 8.010/90 e suas alterações descumpriram a legislação na utilização dos bens importados, portanto não foram realizadas comunicações à Receita Federal do Brasil.

- Indicadores de Gestão da renúncia de receitas

No que se refere aos indicadores de gestão, o CNPq acompanha por meio do controle e distribuição da cota de importação, em sistema próprio do órgão e por meio do registro das licenças de importação no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, pelas entidades e pesquisadores credenciados nos termos da Lei 8.010/1990 e suas alterações.

Em função das restrições orçamentárias não foram realizadas visitas de verificação no exercício de 2016.

Fogem à governança do CNPq.

- Análise crítica sobre a importância da renúncia de receitas no contexto de atuação da unidade.

As isenções da Lei 8.010, de 29 de março de 1990 e suas alterações representam estratégia essencial de suporte e viabilização das pesquisas realizadas no país, uma vez que propiciam acesso a equipamentos essenciais com a maximização dos recursos destinados a esse fim. A isenção executada nos termos da legislação incentivam o desenvolvimento científico e tecnológico e reduzem sobremaneira os custos dos materiais importados por Universidades, Centros de Pesquisa e pesquisadores.

4.3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Inicialmente são apresentados indicadores básicos relacionados ao desempenho da missão institucional, que estão sendo monitorados já há algum tempo.

Adicionalmente, são apresentados novos indicadores, definidos no âmbito do atual processo de planejamento estratégico, identificados a partir de uma busca, na medida do possível, por indicadores mais qualitativos voltados para a efetividade e a eficácia das ações institucionais.

No entanto, as métricas e a dosimetria desses indicadores não puderam ser apontadas devido à ausência de dados e informações, que precisariam ser construídos, num trabalho conjunto entre as áreas de informática e Estatística e Indicadores. No entanto, até o momento não foi possível dar continuidade a esse trabalho considerando o contexto de escassez de servidores nas duas áreas, com reformulação de contrato de prestação de serviços na informática e aposentadoria de duas servidoras da área de Estatística e Indicadores, sem substituição de servidores, além de uma conjuntura de mudanças na alta direção da instituição.

INDICADORES MONITORADOS

1. Taxa de Produtividade da Instituição

Utilidade: permite verificar o grau de eficiência da instituição na execução das atividades em relação ao custo específico com servidores ativos, inativos e estagiários do seu quadro de pessoal.

Tipo: indicador de eficiência.

Fórmula de cálculo: relação percentual entre o volume de recursos aplicados na remuneração de pessoal ativo do quadro, benefícios, administração, sentenças judiciais, pessoal cedido e o volume total de recursos executados pela instituição na atividade fim no exercício.

Método de aferição: Ao final do ano, verifica-se o empenho total de recursos orçamentários da instituição, no SIAFI, por categoria, relacionando o gasto com a remuneração de pessoal ativo ao gasto total executado pela instituição.

Área responsável pelos dados: Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI.

Área responsável pelos cálculos: Assessoria de Planejamento – APL.

Resultado do indicador no exercício 2016: 5,33 %

Nota-se que o resultado do indicador no exercício em 2015 foi de 8,80% , o que revela uma diminuição proporcional em 2016 quanto aos gastos com pessoal ativo, haja vista, muitos passaram a compor as despesas com pessoal inativos e pensionistas.

2 Taxa de Produtividade dos Servidores em Cargos Efetivos no CNPq

Utilidade: permite verificar o desempenho da instituição no que concerne à execução da atividade fim relacionada.

Tipo: indicador de eficiência.

Fórmula de cálculo: relação entre o número de processos (solicitação de propostas, reconsiderações, prorrogações e suplementações, análises de indicações de bolsistas, pré-seleção, e outros tipos de pareceres conexos) somados ao número de pareceres emitidos em 2016 (pré-seleção,

Ad-hoc, recomendação, deliberação final e outros) analisados pelas áreas técnicas do CNPq e o número de ocupantes de cargos efetivos.

Método de aferição: Ao final do ano é realizada uma consulta aos dados cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais da Instituição, de onde são extraídos os números de pedidos que deram entrada no protocolo do CNPq, que são relacionados ao número de servidores em exercício.

Área responsável pelos dados: Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI.

Área responsável pelos cálculos: Assessoria de Planejamento – APL.

Resultado do indicador no exercício 2016:

743 processos analisados, em média, por servidor por ano ou, 62 processos por mês.

Ressalta-se que no exercício 2015 o indicador apresentava por servidor 556 processos analisados em média por ano ou 46 processos por mês. Nota-se que houve um aumento expressivo do número de processos por servidor em 2016, diante da diminuição no número de pessoal ativo, reiterando o indicador acima quanto aos gastos com pessoal ativo em diminuição relativa ao total dos ativos e inativos e pensionistas.

3. Evolução dos Investimentos (em valores de projetos apoiados) do CNPq no Conjunto das Regiões CO, N e NE em relação às Regiões Sul e Sudeste

Utilidade: permite verificar o investimento da Agência no conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contempladas pela Lei nº 9.993, de 24/07/2000 e Lei nº 10.332, de 19/12/2001.

Tipo: indicador de efetividade.

Fórmula de cálculo: Apuração do índice de investimento do CNPq (em recurso de projetos apoiados) nas regiões CO+N+NE em relação às SU+SE.

Método de aferição: análise e comparação de dados a partir das estatísticas elaboradas pela área responsável, na Instituição.

Área responsável pelos dados: Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI.

Área responsável pelos cálculos: Assessoria de Planejamento – ASP.

Índice = Somatório dos recursos (em mil R\$) de projetos apoiados (auxílios e bolsas) das regiões CO+N+NE / SU+SE = 458.782,01 / 1.074.672,72 = 0,43

Resultado do indicador no exercício 2016: 43%

Nota-se que o resultado do indicador em 2015 foi também de 43% , o que revela uma permanência em 2016 dos investimentos nas regiões CO,N e NE desproporcional aos investimentos nas regiões SU e SE.

Quadro 24 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Taxa de Produtividade da Instituição	7,34%	< 10 %	5,33	Anual	Recursos gastos com pessoal e benefícios / recursos executados na atividade fim * 100
Taxa de Produtividade dos Servidores em Cargos Efetivos no CNPq	1.014	≈ 1.000	743	Anual	Relação entre o número de processos (solicitação de propostas, reconsiderações, prorrogações ...) somados ao número de pareceres emitidos em 2014 (pré-seleção, Ad-hoc, recomendação ...) analisados pela Área Técnica do CNPq divididos pelo número de servidores em exercício na entidade
Evolução dos Investimentos (em número de projetos apoiados) no conjunto das regiões CO, N e NE frente ao total nacional	32,3%	> 30%	43%	Anual	Apuração do índice de investimento (em projetos apoiados) nas regiões CO, N e NE em relação ao total de projetos aportados nacionalmente * 100

NOVOS INDICADORES

Quadro 25 – Planejamento Estratégico CNPq – Indicadores (em construção)

OBJETIVO	INDICADOR	PERIODICIDADE
CIDADÃOS QUALIFICADOS EM CT&I	Número de cidadãos bolsistas pelo CNPq	Anual
MOBILIDADE INTERNACIONAL DE ESTUDANTES E PESQUISADORES	Bolsas no exterior	Anual
	Bolsas para estrangeiros, no Brasil	Anual
GERAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS, PRODUTOS E PROCESSOS INOVADORES	cidadãos com produção intelectual, segundo a qualidade do curso, no Brasil e no Exterior.	Anual
	Índice de Produção (C&T) de bolsistas e ex-bolsistas, no País e no exterior.	Anual
	Índice de produção (patentes) de bolsistas e ex-bolsistas, no País e no exterior.	Anual

	Produção qualitativa de artigos científicos	Anual
BRASIL EM DESTAQUE ENTRE OS PAÍSES INOVADORES	Índice Bloomberg de inovação em comparação com as maiores economias mundiais.	Anual
C,T&I IMPULSIONANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE	Índice de editais de avaliação dos impactos	Anual
TRANSVERSALIDADE NA PROMOÇÃO DA PESQUISA E NA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	Índice de transversalidade dos projetos apoiados.	Anual

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Este item se propõe a evidenciar, conforme orientação do TCU, as instâncias que constituem a estrutura de governança do CNPq já normatizada pelo Decreto Nº 7.899, de 4 de fevereiro de 2013.

O Decreto Nº 7.899, de 4 de fevereiro de 2013 normatiza as seguintes instâncias:

Art. 6o - Conselho Deliberativo, com as seguintes competências:

- Formular propostas e opinar sobre questões relevantes para o desenvolvimento científico e tecnológico do País;
- Aprovar a proposta da Diretoria-Executiva no tocante a prioridades e orientação geral das atividades do CNPq, sua implementação e divulgação;
- Aprovar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de auxílios à pesquisa, bolsas e outras modalidades de apoio ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no País;
- Apreciar a proposta da Diretoria-Executiva do CNPq sobre os valores das bolsas de pesquisa e de formação;
- Apreciar a proposta orçamentária do CNPq, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos;
- Opinar sobre a participação do CNPq em organismos de natureza científica e tecnológica, nacionais e internacionais, e propor essa participação;
- Aprovar o relatório anual de atividades do CNPq e a execução orçamentária;
- Apreciar propostas de alterações do Estatuto e do regimento interno do CNPq, ouvida a Diretoria-Executiva, que se manifestará por meio de parecer conclusivo;
- Deliberar sobre propostas de estrutura básica do CNPq e suas alterações;
- Aprovar as normas de funcionamento dos colegiados do CNPq e suas alterações;
- Estabelecer a estruturação, constituição e composição dos comitês de assessoramento, indicando periodicamente seus novos membros;
- Criar, regulamentar ou extinguir prêmios de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- Indicar os integrantes das comissões de que o CNPq deva participar para atribuições de prêmios, nacionais e internacionais; e
- Apreciar os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria-Executiva ou por qualquer dos Conselheiros.

Art. 7o - Diretoria-Executiva:

- Conceber, propor e implementar programas de desenvolvimento científico e tecnológico de relevância econômica, social e estratégica para o País, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia;
- Coordenar e supervisionar os programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos respectivos, e editar os atos implementadores;
- Coordenar as atividades interdisciplinares do CNPq;
- Planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades;
- Submeter ao Conselho Deliberativo do CNPq, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia: a orientação geral das atividades do CNPq; as propostas orçamentárias do CNPq, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos; as propostas de alteração do Estatuto, do regimento interno do CNPq, e de sua estrutura básica; os valores das bolsas de pesquisa e de formação; e o relatório anual das atividades do CNPq e a execução orçamentária;
- Aprovar os atos relativos ao funcionamento do CNPq;
- Regulamentar e autorizar operações financeiras e a movimentação de recursos, nos termos da legislação em vigor e em conformidade com o regimento interno do CNPq;
- Estabelecer e executar a política de pessoal do CNPq, em consonância com a legislação em vigor;
- Autorizar a contratação de consultores ou organizar comissões técnicas para a realização de estudos e elaboração de pareceres, de acordo com necessidades específicas, em consonância com a legislação em vigor.

Art. 9o - Procuradoria Federal:

- Representar judicial e extrajudicialmente o CNPq, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;
- Orientar a execução da representação judicial do CNPq, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
- Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do CNPq, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993;
- Auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do CNPq, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança;
- Zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanadas pelos poderes públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e

Encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus respectivos membros.

Art. 10 - Auditoria Interna :

Acompanhar, orientar tecnicamente, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos, e acompanhar os trabalhos dos órgãos de controle interno e externo do CNPq.

Art. 11 - Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Organização e Inovação Institucional, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Planejamento e Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira e de Serviços Gerais.

Art. 12 - Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais:

Coordenar as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico relacionadas a Engenharia, Capacitação Tecnológica e Inovação, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Sociedade da Informação, e fomentar a capacitação de recursos humanos e a implementação permanente de pesquisa científica e tecnológica, mediante ações, mecanismos e instrumentos de fomento.

Art. 13 - Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde:

Coordenar as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico, relacionadas a Saúde, Agropecuária, Biotecnologia e Ciências da Terra e do Meio Ambiente, e fomentar a capacitação de recursos humanos e a implementação permanente de pesquisa científica e tecnológica, mediante ações, mecanismos e instrumentos de fomento.

Art. 14 - Diretoria de Cooperação Institucional:

Promover e participar das negociações de acordos e convênios federais, estaduais, distritais ou municipais de cooperação nacional de caráter técnico-científico; e

Promover e participar das negociações de acordos e convênios internacionais de cooperação técnico-científica e intercâmbio, no âmbito das ações e dos programas de fomento do CNPq, em articulação com os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, das Relações Exteriores e outros órgãos governamentais.

Comitês de Assessoramento - RN – 022/2015

Os Comitês de Assessoramento destinam-se a prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos a sua área de competência, bem como, na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios.

Art. 9º Compete aos Comitês de Assessoramento:

- I - participar do processo de planejamento, avaliação, acompanhamento e análise das ações relativas às áreas do conhecimento em que atuam;
- II - contribuir para a formulação de programas e planos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação;
- III - contribuir para a formulação de recomendações à Diretoria Executiva de ações de fomento em sua área de atuação;
- IV - analisar as solicitações de bolsas e auxílios submetidas ao CA, emitindo parecer fundamentado quanto ao mérito científico-tecnológico e à adequação orçamentária das solicitações;
- V - auxiliar na definição de critérios específicos de julgamento das solicitações de bolsas e auxílios analisadas pelo CA;
- VI - emitir pareceres claros e consistentes, apresentando, de forma fundamentada os motivos da recomendação ou não para concessão e, ao final, uma conclusão coerente com os motivos apresentados;
- VII - atuar sempre de forma colegiada, mesmo no espaço virtual;
- VIII - analisar os pareceres dos consultores ad hoc, verificando se são consistentes, a fim de avaliar a conveniência da continuidade do pesquisador como parecerista ou solicitar outros pareceres ou justificativas para opiniões emitidas por um dado consultor;
- IX- agir de forma imparcial com grupos, pessoas e instituições;
- X - analisar o mérito técnico-científico de recursos interpostos contra decisões do CNPq em demandas avaliadas pelo CA, respeitados os prazos previstos nos dispositivos normativos; e
- XI - cumprir as determinações dos dispositivos normativos do CNPq.

Comitês Temáticos - RN – 022/2015

Art. 23. Os Comitês Temáticos (CT) destinam-se a prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos às ações especiais desenvolvidas pela Agência.

Os Comitês Temáticos terão perfil, composição e mandato definidos especificamente para cada necessidade.

Consultores Ad Hoc - RN – 022/2015

Art. 31. Os pedidos de bolsas e auxílios, quando julgado apropriado pela Diretoria Executiva (DEX), serão enviados a consultores ad hoc, que emitirão parecer circunstanciado sobre o mérito acadêmico e técnico da demanda.

Os Órgãos de Assessoramento farão suas recomendações finais à DEX com base nos pareceres dos consultores ad hoc.

Comissão Permanente de Avaliação de Recursos (COPAR) - RN – 049/2014

1.1. A COPAR tem como objetivo avaliar os recursos interpostos pelos pesquisadores contra decisões tomadas pelo CNPq relativas a solicitações de bolsas e auxílios, e encaminhar suas recomendações à Diretoria Executiva (DEX).

1.2. A COPAR será composta pelos seguintes membros titulares: o Diretor de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais (DEHS); Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde (DABS); Diretor de Cooperação Institucional (DCOI); e Chefe do Gabinete da Presidência (PRE).

1.2.1. No julgamento de recurso relacionado a projeto financiado pelo CNPq em parceria com outros órgãos ou ministérios, a Comissão poderá ter a participação de outros membros, representantes destes órgãos ou ministérios.

A estrutura de governança no CNPq é delineada pelo: Conselho Deliberativo; Diretoria-Executiva; Procuradoria Federal; Auditoria Interna; Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação; Diretoria de Cooperação Institucional; Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais; Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde; bem como, pelos Comitês de Assessoramento (CAs), Comitês Temáticos, Consultores Ad Hoc e Comissão Permanente de Avaliação de Recursos (COPAR) em situações específicas cuja a demanda se faz necessária.

As informações apresentadas a respeito desta estrutura, bem como, das respectivas competências legais que no estatuto aprovado pelo decreto 7.899 de 4 de fevereiro de 2014 da Presidência da República são válidas para as atividades destes órgãos no ano de 2016. Parte dessas informações foi alterada pelo novo estatuto do CNPq, aprovado pelo decreto 8.866 de 3 de outubro de 2016, que terá maior impacto na estrutura de governança do CNPq no ano de 2017.

5.2 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

a) Conselho Deliberativo do CNPq

O Conselho Deliberativo (CD) foi instituído pelo estatuto do CNPq publicado pelo decreto nº 7.899 de 4 de fevereiro de 2014 da Presidência da República.

O artigo 6º do referido estatuto define as competências do CD:

I - formular propostas e opinar sobre questões relevantes para o desenvolvimento científico e tecnológico do País;

II - aprovar a proposta da Diretoria-Executiva no tocante a prioridades e orientação geral das atividades do CNPq, sua implementação e divulgação;

III - aprovar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de auxílios à pesquisa, bolsas e outras modalidades de apoio ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no País;

IV - apreciar a proposta da Diretoria-Executiva do CNPq sobre os valores das bolsas de pesquisa e de formação;

V - apreciar a proposta orçamentária do CNPq, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos;

VI - opinar sobre a participação do CNPq em organismos de natureza científica e tecnológica, nacionais e internacionais, e propor essa participação;

VII - aprovar o relatório anual de atividades do CNPq e a execução orçamentária;

VIII - apreciar propostas de alterações do Estatuto e do regimento interno do CNPq, ouvida a Diretoria-Executiva, que se manifestará por meio de parecer conclusivo;

IX - deliberar sobre propostas de estrutura básica do CNPq e suas alterações;

X - aprovar as normas de funcionamento dos colegiados do CNPq e suas alterações;

XI - estabelecer a estruturação, constituição e composição dos comitês de assessoramento, indicando periodicamente seus novos membros;

XII - criar, regulamentar ou extinguir prêmios de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico;

XIII - indicar os integrantes das comissões de que o CNPq deva participar para atribuições de prêmios, nacionais e internacionais; e

XIV - apreciar demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria-Executiva ou por qualquer dos Conselheiros.

O artigo 15º do estatuto define que o CD deverá ser composto por 18 membros sendo 5 natos e 13 designados por ato do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os cinco membros natos deverão ser os seguintes:

- O Presidente do CNPq – será também o presidente do CD
- O Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
- O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
- O Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
- O Presidente do Conselho de Fundações e Amparo à Pesquisa – CONFAP

Os treze membros designados deverão ser escolhidos da seguinte forma:

- Seis representantes da Comunidade Científica Nacional – nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação tomando por base cinco listas tríplices elaboradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -SBPC e uma pela Academia Brasileira de Ciências – ABC.
- Três representantes da Comunidade Tecnológica Nacional - nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação tomando por base três listas tríplices elaboradas pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - ANPEI, Associação Brasileira das Instituições Brasileiras de Pesquisa Tecnológica e Inovação ABIPTI e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC.
- Três representantes da Comunidade Empresarial Nacional - nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Um representante dos Servidores do CNPq - nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação tomando por base lista tríplice elaborada pela Associação dos Servidores do CNPq – ASCON.

No ano de 2016 o Conselho Deliberativo do CNPq teve a seguinte composição:

Membros Natos:

- Hernan Chaimovich Guralnik – Presidente do CNPq – Até 20/10/2016
- Mario Neto Borges – Presidente do CNPq – a partir de 20/10/2016
- Emília Maria Silva Ribeiro Curi – Secretária Executiva do MCTI – até 23/05/2016
- Elton Santa Fé Zacarias – Secretário Executivo do MCTIC – a partir de 23/05/2016
- Carlos Afonso Nobre – Presidente da CAPES – até 07/06/2016
- Abílio Afonso Baeta Neves – Presidente da CAPES – a partir de 07/06/2016
- Wanderley de Souza – Presidente da FINEP – até 09/09/2016
- Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque – Presidente da FINEP – a partir de 09/09/2016
- Sérgio Luis Gargioni – Presidente do CONFAP

Membros Designados:

- Regina Pekelmann Markus – representante da Comunidade Científica Nacional
- Walter Colli - representante da Comunidade Científica Nacional
- Muniz Sodré de Araújo Cabral - representante da Comunidade Científica Nacional
- Sergio França Adorno de Abreu - representante da Comunidade Científica Nacional
- Fernando Gallemebeck - representante da Comunidade Científica Nacional
- João Fernando Gomes de Oliveira - representante da Comunidade Científica Nacional
- Luciana Harumi Hashiba Maestrelli Horta - representante da Comunidade Tecnológica Nacional
- Renato de Aquino Faria Nunes - representante da Comunidade Tecnológica Nacional
- Arthur João Catto - representante da Comunidade Tecnológica Nacional
- Luis Fernando Dagnone Cassinelli - representante da Comunidade Empresarial Nacional
- Ruben Arnoldo Soto Delgado - representante da Comunidade Empresarial Nacional
- Sebastião Lauro Nau - representante da Comunidade Empresarial Nacional
- Marconi Edson Esmeraldo Albuquerque - representante dos Servidores do CNPq

b) Diretoria Executiva do CNPq

O Conselho Deliberativo (CD) foi instituído pelo estatuto do CNPq publicado pelo decreto nº 7.899 de 4 de fevereiro de 2014 da Presidência da República.

O artigo 6º do referido estatuto define as competências do CD:

I - conceber, propor e implementar programas de desenvolvimento científico e tecnológico de relevância econômica, social e estratégica para o País, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia;

II - coordenar e supervisionar os programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos respectivos, e editar os atos implementadores;

III - coordenar as atividades interdisciplinares do CNPq;

IV - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades;

V - submeter ao Conselho Deliberativo do CNPq, em consonância com as políticas de ciência e tecnologia:

- a) a orientação geral das atividades do CNPq;
- b) as propostas orçamentárias do CNPq, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos;
- c) as propostas de alteração do Estatuto, do regimento interno do CNPq e de sua estrutura básica;
- d) os valores das bolsas de pesquisa e de formação; e
- e) o relatório anual das atividades do CNPq e a execução orçamentária;

VI - aprovar os atos relativos ao funcionamento do CNPq;

VII - regulamentar e autorizar operações financeiras e a movimentação de recursos, nos termos da legislação em vigor e em conformidade com o regimento interno do CNPq;

VIII - estabelecer e executar a política de pessoal do CNPq, em consonância com a legislação em vigor; e

IX - autorizar a contratação de consultores ou organizar comissões técnicas para a realização de estudos e elaboração de pareceres, de acordo com necessidades específicas, em consonância com a legislação em vigor.

O Artigo 16º do estatuto define que a Diretoria Executiva deverá ser composta pelo presidente do CNPq e pelos seus diretores.

No ano de 2016 a Diretoria Executiva teve a seguinte composição:

- Hernan Chaimovich Guralnik – Presidente do CNPq – Até 20/10/2016
- Mario Neto Borges – Presidente do CNPq – a partir de 20/10/2016
- Alexandre Garcia Costa da Silva – Diretor da Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais – DEHS/CNPq (substituto)
- Marcelo Marcos Morales – Diretor da Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde – DABS/CNPq
- Glenda Lorena Mezarobba – Diretora da Diretoria de Cooperação Institucional – DCOI/CNPq – até 25/10/2016
- Roberto Muniz Baretto de Carvalho – Diretor da Diretoria de Cooperação Institucional – DCOI/CNPq (substituto)
- Hugo Paulo Nascimento Leitão Vieira – Diretor da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI/CNPq até 25/10/2016
- Carlos Fortner – Diretor da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI/CNPq a partir 25/10/2016

As informações apresentadas a respeito da composição e funcionamento dos órgãos colegiados do CNPq constam no estatuto aprovado pelo decreto 7.899 de 4 de fevereiro de 2014 da Presidência da República e são válidas para as atividades destes órgãos no ano de 2016. Parte dessas informações foi alterada pelo novo estatuto do CNPq, aprovado pelo decreto 8.866 de 3 de outubro de 2016 da Presidência da República, que terá maior impacto nas atividades dos órgãos colegiados no ano de 2017.

5.3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Com vista a atender ao disposto na DN TCU nº 154, de 19/10/2016 especificamente no Anexo II, apresentamos a seguir informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

a) A Auditoria Interna do CNPq atua à similitude do órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, porque pertence a uma entidade da Administração Pública Federal Indireta, nos termos do art. 4º, inciso II, alínea “d” do Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Sendo que, internamente, a Auditoria possui como norte seu Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa (RN) nº 044/2014, de 09/12/2014, anexa, cujo excerto do art. 1º traz-se à colação:

“**Art. 1º** A Auditoria Interna, órgão de controle interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ligada diretamente ao Presidente do CNPq é dirigida pelo Auditor-Chefe, ...”

b) No que diz respeito à sua independência e demais atributos, traz-se os testemunhos do Decreto nº 7.899/2013, que aprova o Estatuto do CNPq, que, por inferência, permite visualizar o posicionamento da Auditoria Interna, bem como da referida RN nº 044/2014, que regulamenta internamente as ações da unidade de auditoria. Assim, com base na vinculação diretamente ao dirigente máximo, ante a ausência de conselho de administração e nas citadas normas, combinadamente, é lícito depreender que os critérios de independência estão objetivamente contemplados, como corrobora o organograma da entidade visualizado em <http://cnpq.br/organograma/> demonstrando o posicionamento da Auditoria Interna no organograma da entidade, bem como pelos ditames dos arts. 1º, 8º, 9º, 11, 12, 16, 17 e 18 da RN nº 044/2014, que assim rezam:

“**Art. 1º** A Auditoria Interna, órgão de controle interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ligada diretamente ao Presidente do CNPq é dirigida pelo Auditor-Chefe,...

Art. 8º Os integrantes da Auditoria Interna, terão acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de auditagem.

Art. 9º Todas as Unidades do CNPq deverão prestar as informações solicitadas pela Auditoria Interna, de forma tempestiva, bem como todo o apoio que os Auditores necessitarem.

(...)

Art. 11 Aos servidores em exercício na Auditoria Interna é vedada a participação em comissões de licitação, de sindicância, de processos administrativos disciplinares, de avaliação de bens ou em outras assemelhadas, salvo aquelas constituídas no âmbito da própria unidade de auditoria interna e nos casos permitidos em lei específica.

Art. 12 Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores da Auditoria Interna, quando no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

(...)

Art. 16 As demandas de informações e providências emanadas da Auditoria Interna terão, na medida do possível, prioridade administrativa no âmbito da entidade, e sua recusa ou atraso, sem justificativa plausível, implicará representação para o Presidente;

Art. 17 É obrigatório o atendimento e a manifestação do contraditório pelos agentes envolvidos, relativamente às recomendações e aos apontamentos expressos em relatório de auditoria e/ou outros documentos derivados dos trabalhos de auditoria interna, ou a justificativas da impossibilidade de fazê-las, nos prazos estipulados no dito documento, sob pena de responsabilidade dos gestores.

Art. 18 É vedada a realização de quaisquer atividades típicas de gestão pela Auditoria, porquanto não se coaduna com as atribuições definidas nas normas aplicáveis à prática profissional de auditoria interna.”

c) Atendendo ao comando quanto a unidades subordinadas e subunidades, informa-se que esta entidade **não** possui unidades ou subunidades descentralizadas.

d) A unidade de auditoria interna da entidade, conforme previsto no Art. 2º da RN nº 044/2014, é composta, apenas, com uma função DAS-4. Por conseguinte, todo o corpo técnico, composto por três servidores, está subordinado diretamente ao Auditor-Chefe, cuja dinâmica de nomeação e exoneração, considerando que a entidade não tem conselho de administração, obedece aos ditames do § 5º, do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, com a redação dada pelo Decreto 4.304/2002, e também pelo disposto na ementa do anexo da RN 044/2014, e no art. 2º do citado diploma legal, que assim prescrevem:

“(...) A nomeação ou exoneração do Auditor-Chefe será submetida pelo Presidente do CNPq à aprovação da Controladoria-Geral da União (CGU).

(...)

Art. 2º A Auditoria Interna do CNPq possui a seguinte estrutura:

I - Auditor-Chefe;

II - Auditor-Chefe Substituto;

III - Corpo Técnico.”

O corpo técnico da unidade de auditoria interna do CNPq é proporcionalmente insuficiente e precário para se desincumbir das suas atribuições, com o fito de alcançar os objetivos definidos pelas normas aplicáveis à matéria. Nesta data, como já dito, compõe-se de, apenas, três servidores, sendo um deles o Auditor-Chefe; e conta com apenas uma função de DAS 4.

Nesse sentido, é imperioso que a unidade passe a contar com uma estrutura acrescida de mais um **DAS/FCPE 101- 3**, e, no mínimo, duas **FCPE 101 -1**, com vistas a permitir atrair talento, instalar competência, e até mesmo gerar concorrência qualificada na unidade, além da necessidade de incorporar pelo menos mais 5 (cinco) servidores de nível superior, com formação acadêmica mais alinhada às tarefas inerentes à unidade de auditoria.

Relativamente ao seu posicionamento, na estrutura da entidade, a unidade de Auditoria Interna, conforme se demonstra abaixo, derivado do item 2, subitem 2.3 da RN 024/2016 constantes da *intranet* da entidade, está subordinada à Presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq:

“2. Presidência

(...)

2.3. Auditoria Interna

(...)”

e) Nessa direção, certifica-se que a alta administração toma conhecimento das recomendações da Auditoria Interna por intermédio do dirigente máximo, que as recebe a partir dos relatórios de auditoria, nota técnica, nota de Auditoria, e-mail e memorandos, além de relatórios gerenciais. Tais comunicações e documentos, como já dito, são encaminhados diretamente ao dirigente máximo, a quem a unidade de auditoria está subordinada nos termos da legislação vigente para as providências subsequentes junto aos respectivos gestores, quando for o caso.

f) Relativamente à descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência, a comunicação se dá, também, quando for o caso, por meio de notas de auditoria e, mensalmente, por intermédio de relatório gerencial e/ou plano de providência permanente, e ainda por memorandos encaminhados diretamente ao dirigente máximo, alertando para adotar providências junto aos gestores com vistas a atender às recomendações de suas respectivas áreas de atuação, porquanto a entidade não dispõe de conselho de administração e/ou comitê de auditoria.

g) No que tange a eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes, **não** há informações sobre esse item digno de nota. **Ao contrário, a situação da unidade é precária**, contou, apenas, com o chefe de auditoria e uma técnica analista, com formação em química e dois assistentes. Portanto, a unidade de auditoria da entidade está carecendo, urgentemente, de ser reestruturada com vistas a caminhar na direção de valorização da atividade de auditoria, no âmbito da administração pública indireta, inclusive com incremento de funções comissionadas e da própria força de trabalho existente, como já mencionou anteriormente, para, minimamente, se adequar à realidade de uma entidade do porte do CNPq, bem como se adequar às rigorosas exigências atuais da legislação em vigor.

5.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No ano de 2016 foi um ano de consolidação das atividades de correição, que já se encontram estruturadas e consolidadas em seus aspectos normativos. Entretanto, convém destacar as seguintes ações do núcleo de correição do CNPq:

- 1) Participação na criação de um núcleo interdisciplinar de solução de conflitos, como forma de realizar apurações prévias. A partir das contribuições do prêmio melhor idéia do CNPq, foi proposta a criação de um núcleo de soluções de conflitos, baseados nos moldes da conciliação prévia. Este núcleo contava com a participação de dois funcionários envolvidos na atividade de Correição do CNPq;
- 2) Realização de ações de capacitação: Ao final do ano de 2016 o Cnpq conta com 19 funcionários efetivos com o curso de PAD e dois novos servidores foram capacitados a partir da participação nas comissões de Sindicância e de Processos Administrativos. Contamos com um servidor fazendo o curso de direito;

No que tange aos Ilícitos Administrativos, os dados relativos podem ser acessados por meio do sistema CGU/PAD.

No ano de 2016, o núcleo de Correição apurou 3 Ilícitos Administrativos relacionados a saber:

- 1) Processo de terceirização de frota - Apuração Previa para verificar supostas irregularidades no contrato de gestão e terceirização da frota de carros utilizados pelo CNPq, bem como verificar se nessas irregularidades se configuram ato ilícito no reconhecimento de dívida da empresa VIP SUL. O Contrato se refere à licitação para terceirização da frota de veículos utilizadas pelo CNPq no deslocamento de dirigentes e pesquisadores. Esta apuração teve início por meio do relatório da Auditoria em que Estima-se que os danos ao Erário sejam em torno de R\$183.000,00 (cento e oitenta e três mil) reais. As investigações são fruto de controle interno do órgão.
- 2) Cessão Onerosa de Uso de Espaço do Restaurante - Sindicância apurou se houve eventual participação de servidores do CNPq, que por ação ou omissão, possam ter concorrido para efetivação do dano ao erário. O Contrato se refere à licitação para ocupação do espaço do CNPq pelo restaurante LDF Restaurante LTDA – ME que foi contemplado através de processo licitatório. A apuração teve início por meio do relatório da Tomada de Contas Especial, responsável pelo controle interno do CNPq; Estima-se que, os valores devidos ao CNPq sejam em torno de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil) reais. Faz-se o registro que as investigações estão sendo motivadas por despacho da CGU enumerado 01300.002415/2016-71 (cadastro CGU)
- 3) Apuração de responsabilidade – Revisão do Contrato 0048-00/2010 IO2 Tecnologia - Trata-se de processo de sindicância instaurado para apuração de eventuais responsabilidades no contrato de gestão firmado entre o CNPq e a Empresa IO2 Tecnologia para prestação de serviços na área de Tecnologia da Informação. Desta feita, importa dizer que o mencionado

dano é da ordem de R\$ 1.484.565,61 (hum milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos), em valores de 04 de março de 2016.

Ademais 1, foi encaminhado ao núcleo de correição no mês de Dezembro e encontra-se em fase de apuração prévia, sendo então computado para o ano de 2017.

No CNPq as atividades de apuração de ilícitos, seguem o seguinte fluxo:

Inicialmente verifica-se a denúncia formulada. Esta denúncia poderá vir de vários canais, como, por exemplo, da ouvidoria, caso a denúncia seja proveniente de usuário externo, das áreas técnicas do CNPq, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação ou da presidência do CNPq. A coleta da denúncia é feita pelo Gabinete da Presidência, que solicita o parecer da Procuradoria Federal do CNPq e do Coordenador Adjunto / CGU-PAD – CNPq. Após a aprovação dos Pareceres pela presidência, decorre cerca de 30 dias para a escolha dos membros da comissão e preparada a portaria de nomeação para o início dos trabalhos.

A apuração ocorre então na medida em que os processos estão sendo publicados no Boletim Administrativo do órgão.

Nesse momento, é inserido o incidente processual na Base de Dados do CGU PAD através dos perfis dos coordenadores ou coordenadores adjuntos.

Os processos administrativos seguem o manual de normas da CGU e são observados os princípios legais. Ao Final do processo, o relatório é encaminhado à presidência do CNPq para ciência e deliberação. Em todos os eventos, a presidência solicita um parecer final da procuradoria jurídica a fim de se confirmar se o devido processo legal foi respeitado. Após esta etapa, a presidência decide sobre o fato e abre-se o prazo para a contestação. Neste momento o processo é consignado em sala específica até que sejam esgotados os prazos recursais e as deliberações possam ser feitas.

5.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

O CNPq ainda não possui um Plano de Gestão de riscos estruturado, com uma Matriz de Riscos abrangendo o conjunto de seus processos, etapas e atividades das unidades de negócio, numa relação de causa e efeito com os objetivos estratégicos. No entanto, tem avançado nesse processo, não só detectando e controlando possíveis riscos à sua atuação, mas criando um ambiente de melhorias que agregue valor ao processo de gestão e ao alcance dos objetivos estratégicos. Inclusive, o fato de estar internalizado no ambiente institucional a importância de controlar riscos e tornar os controles internos cada vez mais eficazes e de qualidade, pode ser considerado como ganho institucional.

Como exemplo dessa atuação, são mencionados a seguir, riscos identificados e procedimentos adotados para a mitigação desses riscos em algumas unidades/processos de trabalho do CNPq.

Na área de Gestão de Pessoas: manifestar-se contrariamente, por meio de notas técnicas, às solicitações de liberação de pessoal para outros órgãos e entidades (cessões e redistribuições), evitando uma diminuição no quadro de servidores, já insuficiente para os atuais desafios institucionais.. Investir no desenvolvimento dos servidores na carreira com os programa de pós-graduação *in company* (mestrado e doutorado), projetos de incentivo à graduação e capacitação em idiomas, buscando diminuir o risco de um quadro de servidores com conhecimentos e habilidades aquém da complexidade e constante mudança do meio. E ainda, empreender esforço contínuo para obter autorização para a realização de concurso público, face à necessidade premente de recomposição do quadro de pessoal. O risco iminente é um quadro de pessoal insuficiente para executar as ações institucionais necessárias ao alcance dos objetivos traçados, frente à missão do órgão. Risco com altíssima probabilidade de ocorrer e com gravíssimo e danoso impacto.

Na área de Tecnologia da Informação, uma variável com alto potencial de causar dano institucional é a criticidade dos sistemas de informação que suportam os principais processos de negócio da instituição. Os riscos são: atrasos na execução dos serviços contratados; baixa qualidade na prestação dos serviços contratados e indisponibilidade da infraestrutura necessária para o funcionamento dos sistemas. Uma estratégia de controle e mitigação desses riscos não foi devidamente estruturada em 2016. No entanto, os riscos já foram identificados e, algumas linhas de ação definidas, a serem desenvolvidas em 2017. São elas: orientar as ações da TIC em alinhamento com as estratégias do Órgão; dar visibilidade para a organização sobre as ações de TIC; fornecer uma visão do ambiente e das ações de Tecnologia da Informação do CNPq; atender ao Decreto-Lei nº 200/67 Alinhar as ações de TI aos objetivos e às iniciativas da Estratégia de Governança Digital (EGD), atendendo ao disposto no Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016. Planejar e contratar em conformidade com a Instrução Normativa/SLTI nº 04/2014. Importante mencionar as ações de mitigação de riscos realizadas para evitar que o CNPq ficasse com um Plano Diretor de Tecnologia da Informação fora da validade em 2017. Em dezembro de 2016, o recém empossado diretor de gestão e tecnologia da informação, consultou o Comitê de Tecnologia da Informação, responsável pela gestão do PDTI, e como coordenador desse Comitê deliberou tanto pela retomada, de forma mais efetiva, das reuniões do comitê, como pela solicitação de sua prorrogação, que teria vigência encerrada em 31/12/2016. Deliberou também pela elaboração de um novo PDTI, já no primeiro semestre de 2017.

No que se refere às Operações Contábeis/financeiras, o CNPq já dispõe de mecanismos para buscar a fidedignidade, impessoalidade e transparência dos registros contábeis, desde sua programação à sua execução. Nessa linha, o mais importante instrumento foi a integração de módulo contábil ao sistema informatizado que sustenta a concessão de bolsas e auxílios no CNPq, o que abrange 80% das despesas no CNPq.

Dentre as rotinas implementadas na área contábil do CNPq para mitigação de riscos, podem ser citadas:

No que se refere à preservação do patrimônio público, foi construída rotina de acompanhamento anual dos registros existentes no SPIUnet que, além de ser o sistema de cadastro e gerenciamento do patrimônio imobiliário de ‘uso exclusivo da união’, assume também o papel de fonte alimentadora de contabilização dos valores junto ao SIAFI. Importante mencionar a interação constante entre a área contábil e a área de patrimônio do CNPq através de rotina que envolve não somente a disponibilização mútua de relatórios, como também o devido cruzamento das informações constantes nos mesmos, o que possibilita a realização de ajustes necessários frente aos registros de entradas e saídas dos bens, tanto aqueles de posse dos pesquisadores quanto os que fazem parte do almoxarifado.

No que se refere ao controle das ações contábeis relacionadas ao diferentes programas da instituição, a fim de evitar risco de falta de transparência e fidedignidade dos registros, é feita análise mensal para identificar possíveis inconsistências, por meio de equações específicas disponibilizadas pelo SIAFI, e facilitar o procedimento de conformidade contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Ressalte-se ainda que, através de fluxo interno instituído junto à Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira, toda e qualquer despesa realizada pelo CNPq, cuja solicitação é recebida em meio físico (papel), somente é objeto de execução (pagamento) através do Serviço de Execução Financeira (SEFIN) após o trâmite obrigatório da documentação junto ao Serviço de Execução Orçamentária (SEEOR) e o Serviço de Contabilidade (SECON), o que reforça o controle sobre a transparência e a fidedignidade dos registros.

Ainda no que tange aos controles existentes na área contábil, pode-se mencionar os procedimentos de análise que possibilitam, de maneira obrigatória, as atividades de conciliação bancária das contas no exterior, que são levadas a efeito através de equipe específica composta de três pessoas, cujas funções estão diretamente associadas à identificação de qualquer inconsistência dos registros efetuados no SIAFI, frente aos registros que constam nos extratos bancários disponibilizados pelo Banco do Brasil-agência Miami/EUA.

A observância da Lei nº 4.320/64, das Normas Brasileiras de Contabilidade, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e também das orientações estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, fazem parte dos mecanismos de mitigação de riscos relacionados à área contábil do CNPq. A participação de servidores dessa mesma área em treinamentos conduzidos pelo Tesouro Nacional, situação esta que ocorre sempre quando há alterações significativas dos procedimentos existentes junto ao SIAFI, se soma às iniciativas próprias para a atualização de conhecimentos

contábeis através de participação em cursos, seminários e demais eventos associados à matéria, também consideradas como ações de mitigação de riscos.

No que se refere à execução dos auxílios e pagamento de bolsas, cabe mencionar um procedimento que visa mitigar riscos relacionados à transparência e padronização de critérios, fiscalização, adequação de documentação, fraudes etc que é a existência de Instruções de Serviço e Resoluções Normativas específicas, homologadas pelo presidente do CNPq e a existência de comissão constituída por servidores do CNPq, voltada especificamente para a adequação e atualização dessas normas – Comissão Padroniza.

Buscando evoluir num ambiente de melhorias, nesse caso ocupado ainda com a transparência de suas ações e prestação de contas, o CNPq disponibiliza em sua página, com atualizações periódicas, os Investimentos do CNPq em CT&I, permitindo um acesso detalhado, com séries históricas em diferentes perspectivas.

Além de estar relacionada com todos os processos da organização, a gestão de riscos precisa estar estritamente conectada com o planejamento estratégico da instituição. Os riscos precisam estar relacionados aos ciclos do planejamento. Quando se trata de desenvolvimento da Estratégia, é importante que a gestão de riscos impulse a execução da estratégia, projetos e iniciativas relacionados. Dessa forma, a gestão de riscos potencializa o planejamento, uma vez que deve haver revisões e ajustes sempre que ocorrerem mudanças nas variáveis dos ambientes externo e interno que coloquem o plano em risco ou invalidem projetos.

Por outro lado, o planejamento potencializa a gestão de riscos, uma vez que, ao levar a Estratégia até o chão de fábrica, com o seu desdobramento em planos operacionais, que estabelecem projetos bem definidos, com indicadores e metas, facilita o estabelecimento de um Plano de Gestão de Riscos que de fato trate com eficácia as incertezas, bem como os riscos e as oportunidades a ela associadas, agregando valor ao processo de gestão e ao alcance dos objetivos da instituição.

Assim, o Planejamento Estratégico CNPq 2025 pode ser considerado como uma ação de muita importância no processo de estabelecer um Plano de Gestão de Riscos bem fundamentado e efetivo no contexto institucional.

Importante lembrar, reforçando a importância que a instituição tem dado à necessidade de evoluir nas questões de gestão de riscos, que durante reunião de busca conjunta de soluções, com a CGU, realizada em 2016, o então presidente, prof. Hernan Chaimovich, solicitou a adesão do CNPq ao Programa de Fomento à Integridade Pública (Profip) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), instituído pela Portaria nº 784, de 28 de abril de 2016. Formalmente, esse pedido foi encaminhado pelo CNPq por meio do Ofício PR. 0393/16, de 02 de agosto de 2016, em que apresenta a seguinte manifestação:”

“Considerando os resultados preliminares de auditoria, com foco na gestão de riscos e fraudes, bem como a recente publicação da Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 1, que trata da gestão de riscos de forma mais ampla, é interesse deste Conselho aderir ao PROFIP, de modo a poder contar com a parceria dessa pasta ministerial na construção do Plano de Integridade do CNPq.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

O CNPq conta, atualmente, com um quadro de pessoal de 517 servidores efetivos e vinculados à Carreira de Gestão e Planejamento em C&T, sendo que destes, 94 servidores (18%) possuem Doutorado ou pós-doutorado e 108 (21%) possuem mestrado. Trata-se de pessoal altamente qualificado, muitos dos quais ingressaram no último concurso realizado por este Conselho em 2010. Entretanto, devido à defasagem remuneratória das Carreiras de C&T face a outras carreiras dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Federal, o quadro do CNPq é constantemente abalado pela alta rotatividade de servidores devido à aprovação em outros certames.

Quadro 26 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	00	526	07	49
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	00	526	07	45
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	517	02	40
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	07	04	02
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	02	01	03
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00
3. Servidores aposentados	00	02	01	05
4. Total de Servidores (1+2+3)	00	528	08	54
Fonte: SECAC/COGC/CGERH – em 31/12/2016				

Quadro 27 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	318	208
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	318	208
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	241	207
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	07	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	01
1.1.6. Servidores cedidos ou em exercício provisório em outros órgãos e afastados.	69	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	01	00
4. Total de Servidores (1+2+3)	319	208

Fonte: SECAC/COCGC/CGERH – em 31/12/2016

Quadro 28 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	102	94	16	19
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	102	94	16	19
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	85	11	10
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	04	02	01
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	02	01	03
1.2.4. Sem Vínculo	-	01	01	01
1.2.5. Aposentados	-	02	01	05
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-

3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	102	94	16	19
--	------------	-----------	-----------	-----------

Fonte: SECAC/COGCG/CGERH – em 31/12/2016

Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

Dos 142 aprovados no concurso de 2010, um total de 38 servidores (12 Analistas e 26 Assistentes) já pediram vacância ou exoneração, sendo que 02 destes em 2016. Além disso, 36 servidores aposentaram-se durante o ano de 2016.

O panorama traçado acima demonstra a situação crítica em que se encontra o quadro de pessoal do CNPq, uma vez que este Conselho concluiu o ano de 2016 com 7% de servidores a menos que no início de 2016, incluindo vacâncias, exonerações, redistribuições e aposentadorias. Levando em consideração esses mesmos fatores, a evasão nos últimos doze anos é de 32% dos servidores deste Conselho, sendo que em dezembro do 2004 o efetivo era de 762 servidores e ao final de 2016 contávamos com 517 servidores, ressaltando-se a realização de dois concursos nesse ínterim.

Além disso, a previsão é de agravamento da situação da Força de Trabalho, pois há a possibilidade de aposentadoria iminente de mais 82 servidores que já recebem abono permanência, sem mencionar outras possibilidades de aposentadoria, vacâncias, exonerações e outras ocorrências. Essa situação é suficientemente representativa para demonstrar que, mantendo-se este cenário de perda de servidores, o esvaziamento do quadro de pessoal do CNPq, sem a necessária recomposição, inviabilizará o cumprimento de suas metas governamentais.

A partir de 2013 o CNPq tem sistematicamente justificado junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, a premência da autorização para a realização de novo concurso para suprir as vagas existentes e disponíveis. Inclusive formalizou-se o pedido por meio do processo CNPq nº 001690/2013-2, entretanto, até o presente momento, não houve manifestação positiva quanto ao pleito por aquele Ministério. A despeito disso, novas articulações estão sendo realizadas junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) visando dar prosseguimento à demanda premente de concurso para este Conselho.

No intuito de cumprir as novas e desafiadoras metas governamentais foram realizadas diversas ações para aprimoramento da gestão pública, em consonância com o Decreto nº 6.944/2009 (Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências. – Fortalecimento Institucional), a exemplo do reposicionamento estratégico e da reestruturação organizacional do órgão, com especial atenção às áreas de planejamento, governança de TI, gestão de pessoas e de processos objetivando otimizar a eficácia e a efetividade. Porém, pode-se perceber a inversão proporcional entre o número de bolsas e auxílios pagos e o quantitativo de pessoal no período compreendido entre 2011 e 2016:

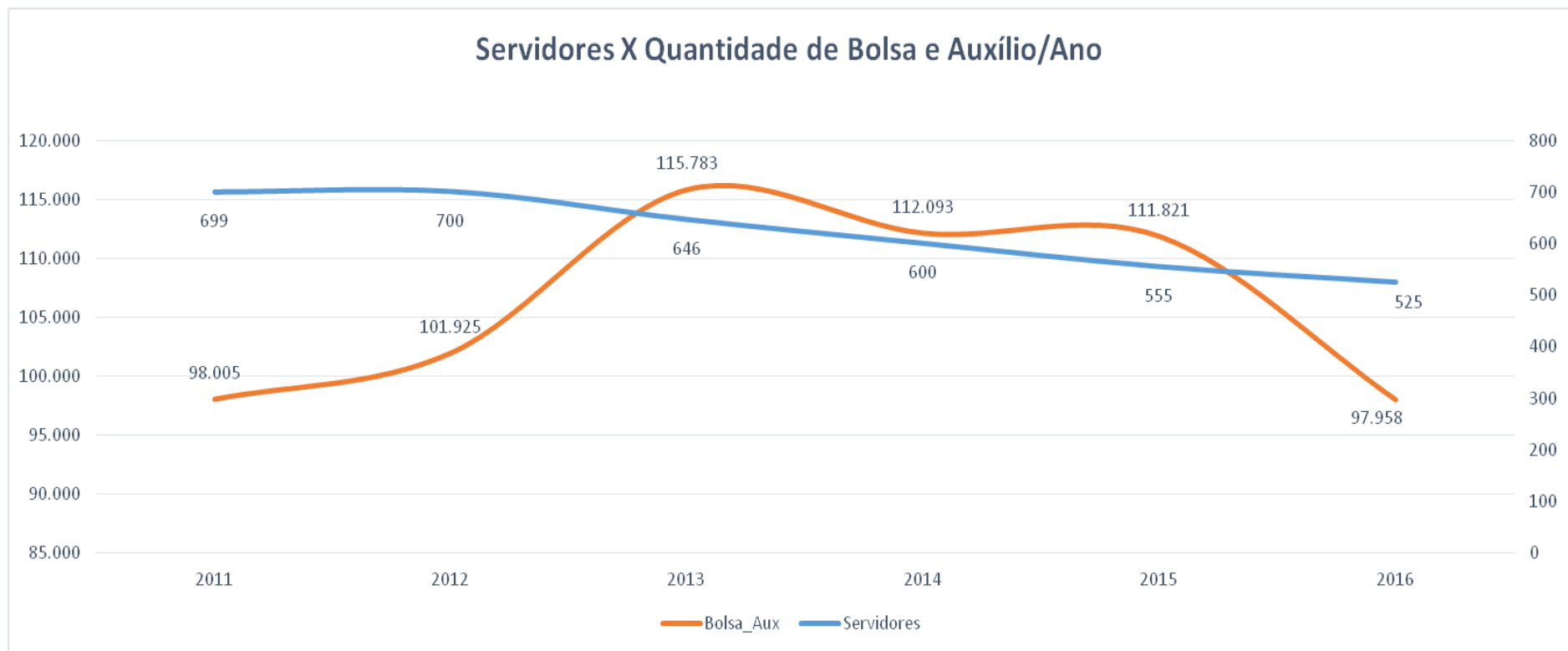


Figura 5 – Evolução do número de bolsas/auxílios e pessoal técnico

Resta claro que o esforço institucional para alcance da modernização administrativa deste Conselho se contrapõe ao significativo déficit do quadro da carreira, fato certamente gerador de impacto negativo na operacionalização das atividades institucionais, situação que vem causando a sobrecarga de trabalho e poderá inviabilizar a qualidade e tempestividade da atuação deste Conselho, em curto prazo.

6.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 29 – Custos do pessoal

Tipologias/	Vencimentos e Vantagens	Despesas					Benefícios Assistenciais e Previdenciário	Demais Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações					
Membros de poder e agentes										
Exercícios	2016	Não há								
	2015									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2016	33.364.533,54	2.367.254,66	5.156.218,51	27.735.823,10	2.747.193,66	3.148.827,03	477.067,95	317.714,68	
	2015	33.933.626,6	2.906.475,0	2.837.660,7	27.016.327,0	2.377.266,2	3.034.285,8	264.868,44		
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada - Requisitados + cargos em comissão + Carreira										
Exercícios	2016	426.284,42	771.953,79	63.163,82	62.768,74	154.958,81	0	22.320,01		
	2015						0	10.798,38		
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto										
Exercícios	2016	Não há								
	2015									
Servidores cedidos com ônus -										
Exercícios	2016	5.042.689,64	0	845.599,31	3.290.957,41	257.191,08	390.707,63			
	2015	6.121.725,9	-	1.841.439,0	3.804.010,6	471.283,52	431.371,29			
Servidores com contrato										
Exercícios	2016	Não há								
	2015									

Fonte:

Obs: Foram considerados Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da Unidade: requisitados, servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de carreira em exercício provisório e cargos comissionados (servidores aposentados). No valor dos vencimentos de servidores de carreira sem vínculo foi incluído o referente a reembolso de pessoal requisitado em 2015 (R\$ 304.545,27) e em 2016 (R\$336.790,35)

Legenda:

Vencimentos e Vantagens Fixas: Vencimentos, anuênios e incorporação de quintos.

Retribuições: Valores pagos a título de DAS - FCPE

Gratificações: Gratificação natalina e Instrutoria

Adicionais: GDACT + insalubridade + noturno + adic. férias

Indenizações: Aux Alimentação + Assist. Pré escolar + transporte + ajuda custo + aux moradia + diárias

Benefícios Assistenciais e Previdenciários: Assistência médica + Abono permanência + Aux. Natalidade + Aux. Funeral.

Demais despesas: Substituição.

6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Diante deste cenário apresentado no item 8.1.1.2, a Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação e a Coordenação Geral de Recursos Humanos têm adotado como procedimento para a mitigação dos riscos as seguintes ações:

1. Manifestar-se contrariamente, por meio de notas técnicas, às solicitações de liberação de pessoal para outros órgãos e entidades (cessões e redistribuições), em função da carência de pessoal;
2. Investir no desenvolvimento dos servidores na carreira com os programas de pós-graduação *in company* (mestrado e doutorado), projetos de incentivo à graduação e capacitação em idiomas;
3. Implementar a capacitação por competências;
4. Empreender esforço contínuo para obter autorização para a realização de concurso público, face à necessidade premente de recomposição do quadro de pessoal.

6.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

ESTAGIÁRIOS

A política de contratação de estagiários do CNPq é realizada diretamente pela área de gestão de pessoas mediante a formalização de termo de regulamentação de estágio firmado com faculdades/universidades, em conformidade com a Lei 11.788/08.

Em 2016 foram firmados 02 Termos de Regulamentação de Estágio Não-obrigatório (IDP e UDF), totalizando 26 Termos de Regulamentação em vigência.

O processo de contratação de estagiários inicia-se com a demanda das áreas interessadas. O estagiário é selecionado de acordo com o perfil solicitado, cabendo à área de gestão de pessoas analisar os currículos disponíveis em banco de dados e selecionar para entrevista com a chefia da área demandante aqueles mais indicados para a vaga.

Em dezembro de 2016, o CNPq contava com 47 vagas de estágio de nível superior ocupadas.

Registra-se que, embora este Conselho disponha de 119 vagas, sendo 11 destinadas a pessoas com deficiência, há a dificuldade de contratação de estagiários tendo em vista o baixo valor da bolsa vigente, de R\$ 520,00, conforme previsto no Art. 13, §1º da ON 04/2014 da SEGEP/MPOG.

6.1.5. Contratações de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

O desenvolvimento de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, especialmente sobre os contratos na modalidade produto.

A consultoria, no âmbito do Projeto CNPq/Unesco, estava em consonância com o objetivo imediato do PRODOC (Projeto 914 BRZ 2002 - “Fortalecimento da Capacidade Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em seus Processos de

Planejamento e Avaliação do Fomento em C, T & I.”, que visou criar bases de competências profissionais em planejamento e gestão de ações gerenciais e técnico-administrativas específicas do fomento de C,T, I no CNPq.

Tendo em vista as diretrizes para a avaliação de desempenho individual e institucional dos servidores ocupantes de cargos efetivos de nível superior e intermediário da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/93, bem como o novo modelo de Avaliação de Desempenho estabelecido pelo Decreto 7.133/2010, cuja implantação no CNPq iniciou o seu quarto ciclo, a partir de julho de 2015, deu-se prosseguimento às ações da consultoria.

Edital: 05/2015 - Projeto 914 BRZ 2002 UNESCO - “Fortalecimento da Capacidade Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em seus Processos de Planejamento e Avaliação do Fomento em C, T & I.”

Consultoria com a finalidade de mapear processos e competências e dimensionar a força de trabalho do CNPq visando à Gestão do Desempenho e Bem-Estar por Competências. A consultoria finalizou seus trabalhos e entregou os produtos:

Mapeamento de processos:

- Revisão e identificação dos processos organizacionais;
- Identificação de entradas e saídas, clientes e fornecedores e produtos dos processos, considerando o trabalho realizado pela Assessoria de Planejamento do CNPq.
- Realização de oficinas para validar a identificação dos processos organizacionais, com a definição de prioridades para posterior modelagem, considerando neste contexto os processos críticos;
- Realização de repasse de metodologia para gerenciamento de processos visando uma efetiva manutenção e atualização dos processos do CNPq; e
- Elaboração de proposta metodológica para o gerenciamento de processos ao CNPq, considerando inclusive aspectos de sustentabilidade e qualidade de vida no trabalho.
- Publicação da Portaria nº 025/2016, que designa os servidores para atuarem como Facilitadores de Gerenciamento de Processos do CNPq.

Mapeamento de competências:

O Mapeamento de Competências do CNPq foi realizado de forma participativa e representativa com o envolvimento de gestores, servidores e colaboradores, o que agregou originalidade e aplicabilidade dos resultados. Foi realizada a Campanha de Mobilização para divulgar o projeto na instituição e, portanto, conseguir maior apoio e participação no mapeamento. Também foi realizada a capacitação do Grupo de Facilitadores.

- Definição, em conjunto com a CGERH, dos conceitos básicos, tipologia e classificação de gestão por competências, considerando as especificidades do CNPq, o Decreto nº 5.707/2006 e as diretrizes do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão – MPOG.

- Atualização e validação das competências organizacionais, considerando a base documental existente.
- Identificação e validação das competências individuais necessárias – gerenciais, técnicas e transversais, com a indicação de conhecimentos, habilidades e atitudes, considerando as competências organizacionais.
- Elaboração da Matriz de Competências Individuais.
- Proposição metodológica de identificação de lacunas de competências individuais com indicação dos requisitos básicos para sua implantação.

Dimensionamento da força de trabalho:

Documento técnico com o Diagnóstico da Força de Trabalho do CNPq até o nível de Coordenação, contemplando o perfil quantitativo atual e futuro (próximos 05 anos).

- Subprodutos do Relatório:
 - Dimensionamento da Força de Trabalho do CNPq, considerando a estratégia e a estrutura organizacional, bem como as competências individuais requeridas dos servidores;
 - Identificação do perfil quantitativo atual da força de trabalho até o nível de Coordenação, considerando o perfil requerido para execução dos processos de trabalho relacionados a essas áreas; e
 - Descrição do perfil quantitativo da força de trabalho até o nível de Coordenação, considerando aspectos relativos à qualidade de vida no trabalho e tendo em vista o cenário futuro (próximos 05 anos), considerando a previsão de aposentadoria.
 - Revisar e identificar os processos organizacionais, a partir da priorização e identificação dos processos críticos da Instituição, considerando a estrutura, a estratégia organizacional e os resultados a serem alcançados.

O CNPq já disponibiliza na sua transparência ativa o seu planejamento estratégico 2025 (<http://cnpq.br/planejamento-estrategico/>), que incluiu, também, resultados de projetos em parceria com a UNESCO. Os documentos de Modelagem de Processos e o Mapeamento de Competências estão disponibilizados integralmente no nosso sítio.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

6.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

Em que pese, o contrato firmado entre o CNPq e a antiga empresa prestadora de serviços de locação de veículos automotores encerrou-se em 02/03/2015.

Diante do exposto e em virtude deste Conselho não possuir frota própria de veículos, bem como atendendo ao que dispõe o Decreto nº 8.541/2015, que versa sobre medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais, especialmente o disposto no art. 2º, § 2º, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI – disponibilizou 05 (cinco) carros, sendo um executivo e quatro básicos decorrente do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Nº 02.0010.00/2014, firmado entre a União, por intermédio do MCTI e a empresa INVESTCAR VEÍCULOS LTDA –ME, nos moldes abaixo.

- a) A legislação que regula a constituição, bem como a forma de utilização da frota de veículos são os Decretos nº 2.271/97, IN Nº 02 de 2008, IN Nº 03 de 2008, ambas editadas pela SLTI/MPOG, Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, uma vez que o objeto enquadra-se na categoria de serviços comuns, bem como subsidiariamente a Lei 8.666/93 e a Instrução de Serviço de cunho interno deste Conselho que dispõe sobre as regras e forma de utilização dos veículos institucionais do CNPq, disponível a todos os servidores na Intranet. Ademais, após a última edição da referida norma, foi encaminhado às Diretorias e Gabinete da Presidência cópia para conhecimento e divulgação em suas áreas.
- b) A importância da prestação do serviço de transporte é embasada no atendimento a necessidade de deslocamento, a serviço, de funcionários e autoridades as unidades descentralizadas, bem como a outros destinos que se fizerem necessários. A locação faz-se necessária dado que este Conselho não possui frota própria de veículos, nem profissionais em seu quadro para atendimento à demanda, considerando-se esse serviço como atividades acessórias, instrumentais ou complementares compreendidos no art. 1º do Decreto nº 2.271/97, bem como no art. 7º da IN nº 02 de 2008 e as determinações constantes da IN nº 03/2008.
- c) O CNPq dispõe de 05 (cinco) veículos institucionais, sendo: 04 (quatro) veículos básico, Classificação IV (IN 02/2008-SLTI) e 01 (um) veículo executivo, Classificação III (Instrução 03/2008 – SLTI);
- d) A estimativa anual de quilômetros rodados pelos veículos utilizados pelo CNPq, tendo como base o período de Junho de 2015 a Maio de 2016 (12 meses), é de 13.900 km e 20.855, para os veículos básicos e o veículo executivo, respectivamente e a média mensal é de 1.158 e 1.737, para os veículos básicos e executivo, respectivamente.
- e) A idade média dos veículos utilizados no CNPq é de 02 anos e meio para os dois grupos;
- f) O valor repassado a empresa INVESTCAR já engloba as despesas associadas à manutenção da frota, como: (combustível, seguro, lubrificantes, revisões, motoristas, prepostos, entre outros), sendo obrigação da Contratada o pagamento a Contratante do valor total resultante da prestação de serviço, não sendo, portanto, este valor fracionado do preço global ordenado à empresa.

- g) Conforme previsto no subitem 5.2.1.2 do Termo de Referência desta Contratação, somente são aceitos veículos com até 03 (três) anos de fabricação, sujeitos à aprovação pela Administração quanto à sua aceitação. Por conseguinte, a substituição da frota dar-se-á, no máximo, a cada 03 anos.
- h) Não há resposta, uma vez que o sistema adotado pelo CNPq é a locação e não a aquisição de veículos.
- i) O CNPq possui uma gestão e fiscalização formada por dois servidores, especialmente designada para tal, sendo um titular e um substituto consistindo na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato e redução, no máximo possível, dos gastos empreendidos. Além disso, salienta-se que a disponibilização dos veículos por parte do MCTI trouxe uma economia significativa para este Conselho, além de atender ao modo compartilhado instituído pela Casa Civil, por meio do Decreto nº 8.541/2015.

6.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A “Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso” não é adotada por este CNPq, dado que não possuímos frota própria de veículos e é de cunho obrigacional por parte da Contratante a substituição dos veículos com no máximo 03 (anos) de fabricação, previsto em Contrato.

6.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A gestão do patrimônio nesta UJ se dá no âmbito do Serviço de Infraestrutura e Patrimônio (SEINF), da Coordenação de Recursos Logísticos (COLOG) do CNPq. Nessa rotina de controle e gestão, ocorre o registro patrimonial das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e contato com os órgãos cessionários dos imóveis.

Cabe registrar que, no âmbito do CNPq, foi instituído um grupo de trabalho, PO 033/2016, com o objetivo de analisar as viabilidades legal, administrativa e econômica de proposição para criação de fundo patrimonial imobiliário, a ser composto por bens imóveis deste Conselho e gerenciado estatutariamente com a finalidade de apoiar a missão e os programas e projetos do CNPq.

A distribuição geográfica dos imóveis do CNPq ocorre conforme quadro abaixo.

Quadro 30 – Distribuição de imóveis

IMÓVEIS PERTENCENTES AO CNPq			
Estado	número de imóveis*	Município	Valores reavaliados (INPC) em 26/10/2015
Amazonas	1	Tefé/AM: 1	193.413,91
Distrito Federal	2	Brasília/DF: 2	18.276.917,00
Rio de Janeiro	1	Rio de Janeiro/RJ: 1	29.438.560,00
São Paulo	13	Campinas/SP: 12	348.899.946,53
		São José dos Campos/SP: 1	1.050.891,53
Total	17		397.859.728,97

* Imóveis atualmente cedidos no regime de “uso em serviços público” para instituições federais.

O registro de ocorrências, assim como realização de benfeitorias são devidamente realizados no SPIUnet, assim como é realizada a avaliação dos imóveis de acordo com a periodicidade estabelecida pelo próprio sistema (a cada dois anos). Abaixo, segue quadro com apresentação dos dados da última avaliação, ocorrida em 26/10/2015. A próxima avaliação está prevista para 26/10/2017. O parâmetro aplicado na última avaliação foi o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Os números relacionados aos imóveis são apresentados nas tabelas abaixo.

No que se refere às despesas envolvidas, essas não ocorrem no âmbito do CNPq, assim como não há despesas com a manutenção desses imóveis, pois essas despesas são de responsabilidade dos entes cessionários.

No âmbito do SEINF, ocorre o registro patrimonial, conforme descrito acima. O registro contábil é realizado no âmbito do Serviço de Contabilidade do CNPq.

Quanto aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los, entende-se como necessária a implementação de rotina de vistorias periódicas nos imóveis cedidos de forma a proporcionar registros cadastrais, relatórios fotográficos e laudos técnicos com o propósito de assegurar a regularidade das ocupações, as condições de segurança e de infraestrutura das edificações visando a manutenção dos imóveis. Tem-se que considerar a localização desses imóveis, visto que, em sua maioria, estão localizados em outros estados, o que implica em custos para a implementação dessa rotina.

Atualmente, não há a disponibilização dos dados referentes à gestão dos imóveis no sítio do CNPq na Internet.

QUADRO 31 – DISCRIMINAÇÃO DOS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP DO Imóvel	RIP Utilização	Tipo de Destinação	Regime	Endereço	Valor do Imóvel	
						Data da Avaliação	Valor Reavaliado
364102	6291 00066.500-1	6291 00030.500-5	Edifício / Prédio	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 33.575.028,47
364102	6291 00067.500-7	6291 00031.500-0	Edifício / Prédio	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 24.550.560,47
364102	6291 00060.500-9	6291 00033.500-1	Edifício / Prédio	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 26.747.779,15
364102	6291 00068.500-2	6291 00035.500-2	Edifício / Prédio	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 24.415.406,47
364102	6291 00063.500-5	6291 00037.500-3	Edifício / Prédio	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 26.801.471,79
364102	9701 19579.500-0	9701 01360.500-5	Edifício / Prédio	Administração Federal Direta	Brasília - DF	26/10/2015	R\$ 9.476.004,00
364102	9701 19578.500-4	9701 01429.500-0	Edifício / Prédio	Administração Federal Direta	Brasília - DF	26/10/2015	R\$ 8.800.913,00
364102	6291 00062.500-0	6291 00027.500-9	Armazens / Galpões	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 26.072.552,87
364102	6291 00061.500-4	6291 00039.500-4	Armazens / Galpões	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 27.896.605,12
364102	7099 00495.500-2	7099 00001.500-5	Armazens / Galpões	Irregular - Outros	São José dos	26/10/2015	R\$ 1.050.891,53
364102	6291 00069.500-8	6291 00036.500-8	Imóveis Comercial/Residenciais	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 24.482.983,47
364102	6291 00065.500-6	6291 00038.500-9	Laboratórios	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 73.152.575,47
364102	6291 00064.500-0	6291 00028.500-4	Laboratórios	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 24.923.167,35
364102	6291 00059.500-3	6291 00040.500-0	Laboratórios	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 31.039.924,47
364102	6291 00070.500-3	6291 00294.500-1	Laboratórios	Uso em Serviço Público	Campinas - SP	26/10/2015	R\$ 5.221.007,38
364102	0281 00048.500-3	0281 00017.500-4	Terreiros / Glebas	Em Regularização - Outros	Amazonas - AM	26/10/2015	R\$ 193.413,91
364102	6001 02626.500-2	6001 01156.500-5	Terreiros / Glebas	Administração Federal Direta	Rio de Janeiro -	26/10/2015	R\$ 38.548.062,64
TOTAL				R\$ 406.948.347,56			
Fonte: SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - consulta realizada em Jan/2016. Nova avaliação somente em 2017.							

Os imóveis do CNPq estão cedidos no regime ‘uso em serviço público’, cessão gratuita; portanto, não há valores recebidos pelo CNPq em decorrência dessas cessões.

No que se refere aos atos de formalização dessas cessões, no âmbito do SEINF, o CNPq dispõe em seus arquivos dos Termos de Cessão dos seguintes imóveis:

RIP 9701.19579.500-0, localizado na SEPN, Quadra 507, Bloco B, Asa Norte, Brasília/DF: firmado em outubro de 2011, constituído como cessão gratuita, a título precário e provisório;

RIP 9701.19578.500-4, localizado na SAS Quadra 05, Lote 06, Asa Sul, Brasília/DF – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência Tecnologia (IBICT): firmado em dezembro de 2002, constituído como cessão gratuita, a título precário e provisório;

RIP 7099.00495.500-2, localizado na Quadra 11, Lote 03, Chácara Reunidas, São José dos Campos/SP – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): firmado em março de 2012, constituído como cessão gratuita, a título precário e provisório.

Quanto aos demais termos de cessão, o SEINF está empreendendo esforços no sentido de identificá-los junto ao MCTI.

6.2.4..Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

a) Cessão de prédios e outros imóveis

Os imóveis do CNPq estão cedidos no regime de ‘uso em serviço público’, cessão gratuita a órgãos federais; portanto, não há valores recebidos pelo CNPq em decorrência dessas cessões.

No que se refere aos atos de formalização dessas cessões, no âmbito do SEINF, o CNPq dispõe em seus arquivos dos Termos de Cessão dos seguintes imóveis:

RIP 9701.19579.500-0, localizado na SEPN, Quadra 507, Bloco B, Asa Norte, Brasília/DF: firmado em outubro de 2011, constituído como cessão gratuita, a título precário e provisório;

RIP 9701.19578.500-4, localizado na SAS Quadra 05, Lote 06, Asa Sul, Brasília/DF – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência Tecnologia (IBICT): firmado em dezembro de 2002, constituído como cessão gratuita, a título precário e provisório;

RIP 7099.00495.500-2, localizado na Quadra 11, Lote 03, Chácara Reunidas, São José dos Campos/SP – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): firmado em março de 2012, constituído como cessão gratuita, a título precário e provisório.

Quanto aos demais termos de cessão, o SEINF está empreendendo esforços no sentido de identificá-los junto ao MCTI.

Abaixo, segue lista dos imóveis em tela com identificação do respectivo instituto/laboratório de pesquisa ocupante do imóvel.

QUADRO 32 – OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS

Ordem	Número do RIP	UF	Cidade	Endereço	Ocupante
1	0281.00048.500-3	AM	Tefé	Estrada do Bexiga, nº. 2584, Bairro Jardim Tefé s/nº Fonte Boa, CEP 69470-000, Tefé/AM,	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95
2	9701.19578.500-4	DF	Brasília	SAS Quadra 05, Lote 06 Asa Sul	IBICT
3	9701.19579.500-0	DF	Brasília	SEPN, Quadra 507, Bloco B, s/nº Asa Norte	Cedido ao MCTI
4	6001.02626.500-2	RJ	Niterói	Rua Visconde do Rio Branco Valonguinho	Universidade Federal Fluminense
5	6291.00059.500-3	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Scolfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia -	Laboratório Nacional de

Ordem	Número do RIP	UF	Cidade	Endereço	Ocupante
				Campinas - SP	Luz Síncotron - LNLS
6	6291.00060.500-9	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
7	6291.00061.500-4	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
8	6291.00062.500-0	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
9	6291.00063.500-5	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
10	6291.00064.500-0	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
11	6291.00065.500-6	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
12	6291.00066.500-1	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
13	6291.00067.500-7	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
14	6291.00068.500-2	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
15	6291.00069.500-8	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
16	6291.00070.500-3	SP	Campinas	Rua Giuseppe Máximo Solfaro, 10.000 Pólo II de Alta Tecnologia - Campinas - SP	Laboratório Nacional de Luz Síncotron - LNLS
17	7099.00495.500-2	SP	São José dos	Quadra 11, Lote 03, Chácaras	INPE

Ordem	Número do RIP	UF	Cidade	Endereço	Ocupante
			Campos	Reunidas	

O CNPq não arca com despesas de manutenção dos imóveis. Essa despesa fica a cargo do órgão cessionário.

b) Cessão de espaços internos do Edifício Santos Dumont (sede)

1) RESTAURANTE

Processo: 01300.001.743/2014-7.

Normas e regulamentos do tema:

LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

1.1) Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para fins de exploração comercial dos serviços de RESTAURANTE.

1.2) Identificação do Cessionário:

Nome razão Social: RBA Comércio de Refeições LTDA-ME.

CNPJ: 07.624.142/0001-79.

Atividade ou Ramo de Atuação: Prestação de serviços de alimentação.

1.3) Caracterização da cessão:

1.3.1) Forma de seleção do Cessionário: Concorrência nº 001/2014.

Critério de seleção da empresa vencedora: maior valor ofertado para a Taxa Mensal de Ocupação da área destinada ao restaurante.

1.3.2) Finalidade do uso do espaço cedido: Exploração comercial de serviços de alimentação.

1.3.3) Prazo da Cessão: Vigência de 12 meses, contada da data da publicação do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Vigência atual: 07/01/2016 a 07/01/2017.

1.3.4) Caracterização do espaço cedido: Trata-se de espaço localizado no pavimento térreo do bloco A do edifício sede do CNPq, correspondente a área 43,00 m², munido de instalações hidrossanitárias e elétricas, sistemas de exaustão e de prevenção e combate a incêndio, além de bancadas e componentes arquitetônicos próprios de instalações destinadas à atividade de restaurante.

1.3.5) Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: O Cessionário recolhe em favor do CNPq, mensalmente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, o valor da taxa mensal de ocupação da respectiva área, além dos valores referentes ao ressarcimento de despesas proporcionais à área ocupada.

Taxa mensal de ocupação do RESTAURANTE: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

1.3.6) Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Os valores correspondentes à taxa de ocupação e ao ressarcimento de despesas de consumo, recebidos pelo CNPq, são registrados na conta contábil 433.110.100 (Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços) e o financeiro na conta limite de saque na Fonte 0250360050-400.

1.3.7) Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Para efeito de ressarcimento, o Cessionário compartilha com o CNPq os seguintes gastos:

- Despesas com água e esgoto;
- Despesas com energia elétrica e iluminação;
- Despesas com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
- Despesas com limpeza e conservação;
- Despesas com manutenção do sistema de climatização;
- Despesas com manutenção do sistema elétrico;
- Despesas com manutenção predial;
- Despesas com manutenção de elevadores;
- Despesas com prevenção e combate a incêndio;
- Despesas com vigilância desarmada.
- Despesas com vigilância eletrônica.
- Despesas com seguro contra incêndio.

As despesas de energia elétrica e iluminação pública, água e esgoto do Cessionário são aferidas por meio de wattímetros e hidrômetros individualizados.

Os demais valores ressarcidos pelo Cessionário são calculados com base em percentual correspondente à área concedida, aplicado sobre as despesas pagas pelo CNPq.

1.3.8) Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: O fornecimento de refeições no CNPq assegura a comodidade dos usuários de sua sede, tendo em vista sua localização em região desprovida de estabelecimentos no ramo da alimentação, apresentando-se como alternativa de atendimento às necessidades básicas em alimentação de servidores, colaboradores do CNPq e seus demais usuários, que somam cerca de 1.500 (um mil e quinhentas) pessoas a cada dia útil.

2) LANCHONETE

Processo: 01300.001.743/2014-7.

Normas e regulamentos do tema:

LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

2.1) Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para fins de exploração comercial dos serviços de LANCHONETE.

2.2) Identificação do Cessionário:

CNPJ 07.624.142/0001-79.

Nome razão Social: RBA Comércio de Refeições LTDA-ME

Atividade ou Ramo de Atuação: Alimentação

2.3) Caracterização da cessão:

2.3.1 Forma de seleção do Cessionário: Concorrência nº 001/2014.

Critério de seleção da empresa vencedora: maior valor ofertado para a Taxa Mensal de Ocupação da área destinada ao restaurante.

2.3.2) Finalidade do uso do espaço cedido: Exploração comercial dos serviços de alimentação.

2.3.3) Prazo da Cessão: Vigência de 12 meses, contada da data da publicação do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Vigência atual: 07/01/2016 a 07/01/2017.

2.3.4) *Caracterização do espaço cedido: Trata-se de espaço destinado à atividade de lanchonete, correspondente à área 14,21 m², localizado no pavimento térreo do bloco D do edifício sede do CNPq, munido de instalações hidrossanitárias e elétricas, sistemas de exaustão e de prevenção e combate a incêndio, além de bancadas e componentes arquitetônicos próprios de instalações destinadas à atividade de lanchonete.*

2.3.5) *Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: O Cessionário recolhe em favor do CNPq, mensalmente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, o valor da taxa mensal de ocupação da respectiva área, além dos valores referentes ao ressarcimento de despesas proporcionais à área ocupada.*

Taxa mensal de ocupação do RESTAURANTE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

2.3.6) Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Os valores correspondentes à taxa de ocupação e ao ressarcimento de despesas de consumo, recebidos pelo CNPq, são registrados na conta contábil 433.110.100 (Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços) e o financeiro na conta limite de saque na Fonte 0250360050-400.

2.3.7) Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Para efeito de ressarcimento, o Cessionário compartilha com o CNPq os seguintes gastos:

- Despesas com água e esgoto;
- Despesas com energia elétrica e iluminação;
- Despesas com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
- Despesas com limpeza e conservação;
- Despesas com manutenção do sistema de climatização;
- Despesas com manutenção do sistema elétrico;
- Despesas com manutenção predial;
- Despesas com manutenção de elevadores;
- Despesas com prevenção e combate a incêndio;
- Despesas com vigilância desarmada.
- Despesas com vigilância eletrônica.
- Despesas com seguro contra incêndio.

As despesas de energia elétrica e iluminação pública, água e esgoto do Cessionário são aferidas por meio de wattímetros e hidrômetros individualizados.

Os demais valores ressarcidos pelo Cessionário são calculados com base em percentual correspondente à área concedida, aplicado sobre as despesas pagas pelo CNPq.

2.3.8) Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: O fornecimento de refeições no CNPq assegura a comodidade dos usuários de sua sede, tendo em vista sua localização em região desprovida de estabelecimentos no ramo da alimentação, apresentando-se como alternativa de atendimento às necessidades básicas em alimentação de servidores, colaboradores do CNPq e seus demais usuários, que somam cerca de 1.500 (um mil e quinhentas) pessoas a cada dia útil.

3) BANCO DO BRASIL

Processo 01300.001.747/2014-2.

Normas e regulamentos do tema:

Enquadramento da contratação no caput do art. 25, da Lei 8.666/93 art. 17, § 2º Inciso I da Lei 8.666/93, no art. 79, § 3º Decreto-Lei 9.760/46, na Lei nº 9.636/98, em seus artigos 18 e seguintes, regulamentada pelo Decreto nº 3.725/2001 nos arts. 12 e 13, Portaria SPU nº 05/2001 e a Portaria nº 144/2001 do MPOG.

3.1) Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para a prestação dos serviços de atendimento bancário aos servidores e clientes deste Conselho.

3.2) Identificação do Cessionário:

CNPJ 000.000.000/0001-91.

Nome razão Social Banco do Brasil S.A.

Atividade ou Ramo de Atuação: Serviços bancários.

3.3) Caracterização da cessão:

3.3.1 Forma de seleção do Cessionário: Cessão de uso gratuita nº 132/2014 - Contrato por inexigibilidade.

3.3.2) Finalidade do uso do espaço cedido: Prestação dos serviços de atendimento bancário.

3.3.3) Prazo da Cessão: Vigência de 24 meses, contada da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Vigência atual: 26/08/2014 à 26/08/2016.

3.3.4) Caracterização do espaço cedido: Trata-se de espaço destinado ao funcionamento de posto bancário, correspondente à área 82,57 m², localizado no 1º subsolo do bloco A do edifício sede do CNPq.

3.3.5) Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: O Cessionário recolhe em favor do CNPq, mensalmente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, os valores relativos ao ressarcimento de despesas proporcionais à área ocupada.

3.3.6) Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Os valores correspondentes ao ressarcimento de despesas de consumo, recebidos pelo CNPq, são registrados na conta contábil 433.110.100 (Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços) e o financeiro na conta limite de saque na Fonte 0250360050-400.

3.3.7) Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Para efeito de ressarcimento, o Cessionário compartilha com o CNPq os seguintes gastos:

- Despesas com água e esgoto;
- Despesas com energia elétrica e iluminação;
- Despesas com prevenção e combate a incêndio.

Os valores ressarcidos pelo Cessionário são calculados com base em percentual correspondente à área concedida, aplicado sobre as despesas pagas pelo CNPq.

3.3.8) Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: Dentre as atividades institucionais desenvolvidas pelo Banco do Brasil que beneficiam diretamente o CNPq, estão a manutenção das rotinas de pagamentos mensais de bolsistas e pesquisadores, através do Cartão Pesquisador CNPq e do CARTÃO BB AMÉRICA para Bolsistas no Exterior, estes desenvolvidos especialmente para atender a comunidade científica favorecida com recursos financeiros concedidos por este Conselho (composta de aproximadamente 175 mil beneficiários). A presença de um posto de serviços de atendimento bancário na sede do CNPq traz ainda comodidade e segurança aos servidores deste Conselho. Configurando ainda a legitimidade na pactuação da cessão de uso do espaço físico em comento, cabe destacar que o Banco do Brasil custeia todas as despesas com suas instalações, manutenção e adequação ambiental, arcando com as próprias despesas em infraestrutura material e humana, além de segurança e vigilância.

4) Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal de Brasília LTDA – SICOOB EXECUTIVO

Processo: 002.440/2012-1.

Normas e regulamentos do tema:

Enquadramento da contratação no caput do art. 25, da Lei 8.666/93 art. 17, § 2º Inciso I da Lei 8.666/93, no art. 79, § 3º Decreto-Lei 9.760/46, na Lei nº 9.636/98, em seus artigos 18 e seguintes, regulamentada pelo Decreto nº 3.725/2001 nos arts. 12 e 13, Portaria SPU nº 05/2001 e a Portaria nº 144/2001 do MPOG.

4.1) Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para a prestação de serviços de atendimento aos servidores e clientes deste Conselho.

4.2) Identificação do Cessionário:

CNPJ 000.694.877/0001-20.

Nome Razão Social: SICOOB EXECUTIVO.

Atividade ou Ramo de Atuação: Cooperativa de economia e crédito mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal de Brasília.

4.3) Caracterização da cessão:

4.3.1 Forma de seleção do Cessionário: Cessão de uso gratuita nº 075/2015 - Contrato por inexigibilidade.

4.3.2) Finalidade do uso do espaço cedido: Prestação dos serviços de atendimento a associados.

4.3.3) Prazo da Cessão: Vigência de 12 meses, contada da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Vigência atual: 08/07/2015 à 08/07/2016.

4.3.4) Caracterização do espaço cedido: Trata-se de espaço destinado ao funcionamento de posto de atendimento, correspondente à área 39,00 m², localizado no 1º subsolo do bloco A do edifício sede do CNPq.

4.3.5) Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: O Cessionário recolhe em favor do CNPq, mensalmente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, os valores relativos ao ressarcimento de despesas proporcionais à área ocupada.

4.3.6) Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Os valores correspondentes ao ressarcimento de despesas de consumo, recebidos pelo CNPq, são registrados na conta contábil 433.110.100 (Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços) e o financeiro na conta limite de saque na Fonte 0250360050-400.

4.3.7) Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Para efeito de ressarcimento, o Cessionário compartilha com o CNPq os seguintes gastos:

- Despesas com água e esgoto;
- Despesas com energia elétrica e iluminação;
- Despesas com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
- Despesas com limpeza e conservação;
- Despesas com manutenção do sistema de climatização;
- Despesas com manutenção do sistema elétrico;
- Despesas com manutenção predial;
- Despesas com manutenção de elevadores;
- Despesas com prevenção e combate a incêndio;
- Despesas com vigilância desarmada;
- Despesas com vigilância eletrônica;
- Despesas com seguro contra incêndio.

Os valores ressarcidos pelo Cessionário são calculados com base em percentual correspondente à área concedida, aplicado sobre as despesas pagas pelo CNPq.

4.3.8) Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal de Brasília LTDA – SICOOB EXECUTIVO, constitui, segundo seu Estatuto, sociedade de pessoas de responsabilidade limitada, de natureza civil, instituição não bancária, sem fins lucrativos. Desde sua criação, em 20/12/1982, a SICOOB EXECUTIVO tem por objetivo primordial o desenvolvimento de programa de assistência financeira e de prestação de serviços aos associados, visando oferecer adequado atendimento às respectivas necessidades de crédito, direcionando sua filosofia básica para a educação cooperativista. Atualmente, a SICOOB EXECUTIVO é a única Cooperativa regularmente constituída que representa os interesses dos servidores do CNPq. Desse modo, a exemplo de várias entidades públicas do Poder Executivo, o CNPq firmou contrato de cessão de uso visando o interesse da coletividade, considerando que a presença de posto de serviços de atendimento em sua sede traz comodidade e segurança a seus servidores.

5) Associação dos Servidores do CNPq/ASCON

Processo: 002.441/2012-8.

Normas e regulamentos do tema:

Enquadramento da contratação no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, art. 18, § 5º da Lei nº 9.636/98, e em observância às demais disposições da Lei 8.666 e do Decreto nº 99.509/1990.

5.1) Identificação do imóvel:

Espaço coberto do Edifício Sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, localizado no SHIS QI 01 - Lago Sul, Brasília – DF, para atendimento aos servidores deste Conselho.

5.2) Identificação do Cessionário:

CNPJ 00.521.989/0001-89.

Nome Razão Social: Associação dos Servidores do CNPq / ASCON.

Atividade ou Ramo de Atuação: Associação de servidores.

5.3) Caracterização da cessão:

5.3.1 Forma de seleção do Cessionário: Cessão de uso gratuita nº 120/2015 - Contrato por inexigibilidade.

5.3.2) Finalidade do uso do espaço cedido: Prestação dos serviços de atendimento a servidores do CNPq.

5.3.3) Prazo da Cessão: Vigência por prazo indeterminado, contado da data de assinatura do contrato, tendo em vista que o CNPq pode a qualquer momento reaver a posse do espaço cedido.

5.3.4) Caracterização do espaço cedido:

Trata-se de espaço destinado ao funcionamento da Associação dos Servidores do CNPq, correspondente à área 28,12 m², localizado no 1º subsolo do bloco B do edifício sede do CNPq.

5.3.5) Benefícios pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: Não há cobrança de taxa de ocupação e ressarcimento de despesas.

5.3.6) Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Não se aplica.

5.3.7) Rateio dos gastos, quando cessão parcial: Não se aplica.

5.3.8) Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: A Associação dos Servidores do CNPq/ASCON foi criada estatutariamente em 17 de março de 1978, sem fins lucrativos, e com a finalidade de representar, intermediar e administrar os Convênios (auxílio transporte, auxílio alimentação, seguros de vida em grupo etc.), os Planos de Saúde e outros assuntos de interesse dos servidores. Atualmente, participa ativamente no aprimoramento do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, bem como em ações por melhoria das condições de trabalho e da remuneração para os servidores do CNPq, por meio de reivindicação sindical e negociações governamentais, integrando, para tanto, o Fórum das Entidades em C,T&I. Desempenha ainda importante função social em parceria com a Coordenação de Promoção de Qualidade de Vida e Competências da Coordenação Geral de Recursos Humanos - COPQV/CGERH do CNPq.

6.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Há um único imóvel locado de terceiros, o qual abriga a sede do CNPq. O contrato de locação foi estabelecido em 2010, de forma a atender às necessidades reais para funcionamento do órgão, estruturando, em um mesmo endereço, todas as diretorias e serviços de pesquisa a elas inerentes, antes distribuídas em três edificações distintas.

1) EDIFÍCIO SANTOS DUMONT

Processo: 000.680/2010-9.

Normas e regulamentos do tema:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991 que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes

Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

1.1) Identificação do imóvel:

EDIFÍCIO SANTOS DUMONT.

Endereço: SHIS QI I, Lote B, Lago Sul – Brasília/DF.

Área construída: 27.430,56 m²

1.2) Identificação do Locador:

Locador: Construtora Luner LTDA.

CNPJ: 00.670.588/0001-90.

1.3) Identificação do contrato:

Contrato nº 0059/2010, assinado em 25/06/2010.

1.4) Valores pagos pela locação no exercício de 2016:

Aluguel mensal R\$ 1.743.648,48 (um milhão setecentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

Total anual: R\$ 20.923.781,73 (vinte milhões novecentos e vinte e três mil setecentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos).

1.5) Vigência:

O prazo de vigência da locação é de 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos através de celebração de termos aditivos, mantidas todas as suas cláusulas e condições avençadas, se houver interesse das partes e observada a legislação aplicável.

1.6) Despesas com manutenção e benfeitorias:

O CNPq, enquanto locatário, não arca despesas com reformas e transformações do imóvel. Estas ações, quando necessárias, são custeadas pelo Locador. Caso venham a ocorrer, o contrato prevê a indenização do locatário pelo custeio de benfeitorias necessárias no imóvel.

A cargo do CNPq, conforme prevê o contrato de locação, estão as despesas de telefone, consumo de força, luz e gás, água e esgoto, despesas de conservação e administração do edifício locado, Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e a Taxa de Limpeza Pública (TLP).

Quadro 33 – Contratos mantidos pelo CNPq

CONTRATOS MANTIDOS PELO CNPq	VALOR ANUAL DOS CONTRATOS - 2015
ÁGUA E ESGOTO	R\$ 246.323,56
ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO	R\$ 1.580.393,66
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 1.619.310,40
*IPTU:	R\$ 191.124,44
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	R\$ 258.598,44
MANUTENÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO	R\$ 650.924,88
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 307.320,91
MANUTENÇÃO DE ELEVADORES (THYSSEN):	R\$ 59.880,00
TOTAL	R\$ 4.913.876,29

Quadro 34 - Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional						
UG	RIP	Localização dos Imóveis	Valor do Imóvel			Data da próxima avaliação
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	
364102	9701 32577500-3	Lago Sul – DF/Bem de Terceiro	R\$ 240.000.000,00	26/10/15	R\$ 259.752.001,00	26/10/17

Fonte: SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - consulta realizada em Jan/2016.

6.2.6. Informações sobre a infraestrutura física

Identificação do imóvel: EDIFÍCIO SANTOS DUMONT.

Endereço: SHIS QI I, Lote B, Lago Sul – Brasília/DF.

Contrato de locação nº 0059/2010.

Locador: Construtora Luner LTDA.

O CNPq ocupa edificação de 27.430,56 m² de área construída, disposta em quatro blocos de cinco pavimentos, os quais se integram aos níveis do térreo e do 1º subsolo, constituindo área de uso comum, e ao nível do 2º subsolo, comportando garagem com 200 vagas.

A circulação vertical é feita por 4 elevadores de serviço com capacidade para 1200 kg ou 16 ocupantes e 4 elevadores sociais com capacidade para 1125 kg ou 15 ocupantes.

Cada pavimento tipo é composto por vão livre de cerca de 1.000,00 m², onde se acomodam as Diretorias técnicas e administrativas e a Presidência do CNPq. Cada pavimento de bloco é provido sanitário feminino, masculino e de portadores de necessidades especiais (PNEs), além de fan coils, sala técnica, copa e depósito para material de limpeza.

O 1º subsolo, além das instalações de escritório, comporta duas áreas destinadas à guarda de documentação, sendo 150,00 m² destinados ao Arquivo Corrente e 160,00 m² ao Arquivo de Documentação Histórica/SEDOC. Nesse pavimento se acomodam também as atividades de TI, incluindo uma sala segura onde se armazenam as informações eletrônicas e dados institucionais.

Além de grupo gerador próprio, a sede do CNPq possui sistema eletrônico de segurança, No Breaks de última geração e sistema de climatização e de iluminação automatizados.

Todos os pavimentos, exceto garagem, são dotados de piso elevado por onde se distribui o sistema de climatização e calhas estruturadas de passagem de cabos elétricos, voz e dados.

A edificação dispõe ainda de auditório para 350 pessoas com recursos tecnológicos atuais, cerca de 50 salas de reuniões, além de espaços para restaurante e lanchonete.

- Área construída: 27.430,56 m²
- Área útil (privativa): 19.430,56 m²
- Área de jardins: 1.568,24 m²
- Área total: 28.998,80 m²

6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.3.1.Principais sistemas de informações

A maior parte dos processos da área finalística do CNPq encontra-se informatizada. Desta forma o Órgão alcança alta eficiência e produtividade na execução de suas atividades e se mantém alinhado ao cumprimento de sua missão institucional. Essa produtividade é alcançada com a utilização de 44 sistemas e subsistemas de informação que atuam desde a solicitação de bolsas e auxílios, a avaliação técnica dos pedidos, o julgamento das solicitações de forma presencial e remota, a emissão de pareceres por consultores no Brasil e exterior, a contratação de bolsas e auxílios, a implementação desses benefícios, o pagamento, a prestação de contas e envio de relatórios técnicos.

A implementação de fluxos de trabalho automatizados, que acompanham a execução das atividades pelos responsáveis e a integração com outros sistemas do Governo Federal, fornecem um ambiente que tem permitido ao CNPq ampliar sua área de atuação junto à Sociedade, com a realização de parcerias com outros órgãos, empresas públicas e instituições internacionais, sempre com o objetivo de cumprir sua missão estratégica.

Para garantir a disponibilidade do ambiente tecnológico do CNPq, a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGETI) mantém servidores públicos atuando nas funções de planejamento, governança e gestão. As atividades de manutenção adaptativa, perfectiva, corretiva e evolutiva dos sistemas, bem como a manutenção dos ativos físicos e lógicos, e as atividades de manutenção de sistemas de informação e da infraestrutura tecnológica e atendimento a usuários são realizados por empresas contratadas, seguindo a legislação em vigor e as orientações do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP – e dos órgãos de controle.

Para alcançar seus objetivos e prover os serviços demandados pela instituição, a área de Tecnologia da Informação dispõe e gerencia mais de 30 contratos. Durante o ano de 2016 foram empenhados cerca de 16,3 milhões de reais para a execução dos contratos, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 35 – Despesas TI - 2016

Despesas Realizada em TI em 2016	
44.90.52.35 – Serviço de apoio administrativo Técnico e Operacional	R\$ 1.691.912,00
33.90.39.08 – Manutenção de Software	R\$ 92.437,50
33.90.39.56 – Serviços de Tecnologia da Informação	R\$ 103.596,48
33.90.39.57 – Serviços Técnicos Profissionais de TI	R\$ 13.072.046,39
33.90.39.79 – Serviços de apoio Administrativo Técnico e Operacional	R\$ 1.324.181,26
Total	R\$ 16.284.173,63

O Catálogo de Sistemas de Informação e Módulos (ou submódulos) do CNPq, possui mais de 44 itens. Nesse sentido apresenta-se os 10 principais sistemas que contribuem de forma relevante com a missão, negócio e objetivos do órgão.

Quadro 36 - Sistemas de Informação e Módulos

#	Sistema de Informação/ Módulos	Objetivos	Principais Funcionalidades
1	Plataforma Lattes – PLattes	Base de dados de currículos, instituições e grupos de pesquisa da área de ciência e tecnologia no Brasil. Utilizado pelo CNPq, agências federais e estaduais de apoio à pesquisa, instituições de ensino superior, Ministérios e órgãos governamentais.	Currículo Lattes / Diretório de Grupo de Pesquisas / Diretório de Instituições
2	Currículo Lattes – CVLattes	Sistema que registra a vida pregressa e atual dos pesquisadores, professores e alunos, composta por dados pessoais, formação acadêmica, áreas de atuação, projetos e linhas de pesquisa, produção técnica, produção bibliográfica, produção cultural, orientações, participações em bancas, e participações e promoções de eventos científicos	Cadastrar currículo/ Dicionário de Autores / Exportação de Produções/ Dicionário de Palavras-chave/ Dicionário de Áreas do Conhecimento/ Dicionário de Instituições/ Totais da produção/ Gráficos/ Exportar para arquivo (RTF, XML)/ Importar produções de outro currículo/ Imprimir/ Publicar Currículo/ Dicionário de Autores/ Dicionário de Palavras-chave/ Dicionário de Áreas
3	Diretório de Instituições – DI	Componente da Plataforma Lattes concebido para promover as organizações do Sistema Nacional de CT&I à condição de usuárias da Plataforma e para ampliar as oportunidades de interação entre elas e o CNPq.	Sistemas de Gestão do Diretório de Instituições - SIGEDI Sistemas-cliente:Cadastro de Informações Institucionais (CADI)/ Pós-Doutorado Empresarial (PDI) e Doutorado-Sanduiche Empresarial (SWI)
4	Diretório de Grupos de Pesquisa – DGP	Constitui-se em bases de dados que contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. O Diretório mantém uma base corrente, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza censos	Base Corrente e Censos

#	Sistema de Informação/ Módulos	Objetivos	Principais Funcionalidades
		bi-anuais, que são fotografias dessa base corrente.	
5	Plataforma Integrada Carlos Chagas – PICC	Automatizar os fluxos de trabalho relacionados aos processos de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos financiados pelo CNPq. Integrar as atividades executadas pelos diversos setores do CNPq, abrangendo todos os processos de negócio, desde a submissão, julgamento e concessão de bolsas de formação e produtividade, passando pela contratação de editais com recursos próprios e de fundos setoriais e o pagamento dessas ações com interação direta com o SIAFI, até a prestação de contas e o acompanhamento de projetos.	Fluxo de Avaliação de Propostas e Pedidos /Fluxo de Contratação de Projetos, Auxílios e Bolsas/ Fluxo de Execução de Projetos/ Fluxo de Relatório Técnico e Prestação de Contas/ Fluxo de Gestores Institucionais/Fluxo de Cotas Institucionais de Mestrado e Doutorado/ Fluxo de Cotas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica / Fluxo de Avaliação dos Projetos e Programas PIBIC e PIBIT e Perfis Individuais.
6	Sistema Gerencial de Fomento – SIGEF	Gerenciar a execução das ações de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos	Cadastrar processos de fomento /Julgar /Implementar /Pagar bolsas e auxílios.
7	Sistema Financeiro Gerencial - SIFIN Gerencial	Prover dados gerenciais consolidados para a área financeira e cadastrar de informações orçamentárias.	Movimento Financeiro /Gerir dados Orçamentários
8	Sistema SIACE PJ / PF / Anuente / Importação / Aval	Manter informações de Pesquisadores e Instituições que necessitam efetuar importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários necessários à execução de projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica. Entre as informações mantidas destacamos o controle das Cotas de Importações destinadas as Instituições	Habilitar e Credenciar Pesquisador e Instituição para importação /Gerenciar Cotas /Gerenciar Produtos Importados
9	Fomento Lattes	Sistema integrado para gestão dos processos relacionados às atividades de fomento.	Config. Modelos de Parecer/ Config. Modelos Mensagens/ Config. Chamadas/ Form.de Propostas/ Form. de

#	Sistema de Informação/ Módulos	Objetivos	Principais Funcionalidades
		Foram desenvolvidas aplicações que contemplam os processos de Submissão e Análise e Julgamento	Reformulações/ Form. de Reconsideração/ Carga de propostas/ Monit.da Carga/ Emis. de Documentos/ PDF Manager/ Gerador de PDF/ Impr. em Item/ Impr. de propostas/ Remanejamento/ Relat. de Conferência de demanda/ Relat. de Conferência de parecer/ Relat. de Proc.por Consultor/ Consult. Ad Hoc (Indicação, Solic.de dispensa, Envio de documentos, etc)/ Emissão e disponibilização de parecer (Pré-seleção, Ad Hoc, Recomendação, Aprovação)
10	Data Warehouse	Sistema gerencial para auxílio na tomada de decisão. Principais sistemas do CNPq (bases gerenciais).	Data Mart de Acompanhamento de Processos do Ciência sem Fronteiras / Data Mart de Atuação e Formação / Data Mart do Censo do Diretório de Grupos / Data Mart de Pagamento / Data Mart de Pagamento Agencias / Data Mart de Pagamento Processo Ano / Data Mart de Prestação de Contas / Data Mart do Questionario de Prestação de Contas / Data Mart de Solicitação e Atendimento /Site de Investimentos em CT&I / Site do Censo dos Grupos de Pesquisa

Tendo em vista a quantidade e a criticidade dos sistemas de informação que suportam os principais processos de negócio da instituição, faz-se necessária a gerência de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos serviços, bem como as medidas para mitigá-los. Listam-se 4 principais riscos.

Quadro 37 - Riscos TI

Risco	Ação para eliminar ou mitigar
Risco 1: Incapacidade das contratadas na execução dos serviços.	1. Definição de níveis de serviços baseados nas prospecções feitas no mercado e em projetos similares de outros órgãos públicos;
	2.Acompanhamento periódico das atividades com verificação de cumprimentos de requisitos e da qualidade especificada. 3.Aplicação das sanções previstas em contrato;

Risco	Ação para eliminar ou mitigar
	<p>3. Aplicação das sanções previstas em contrato;</p> <p>4. Substituição ou contratação de empresas mais experientes e que possam prestar serviços de melhor qualidade;</p>
<p>Risco 2: Atrasos na execução dos serviços contratados.</p>	<p>1. Cobrança dos prazos informados nas ordens de serviço a serem cumpridos, bem como os pontos de controle e aferição;</p> <p>2. Aplicação das sanções administrativas à empresa contratada até que a execução dos serviços seja realizada de acordo com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e nos demais instrumentos legais aplicáveis;</p> <p>3. Aplicação de metodologias de acompanhamento, monitoramento e controle dos projetos e ações de TI para se antecipar aos problemas de entrega;</p> <p>4. Gestão de contratos efetivo;</p>
<p>Risco 3: Baixa qualidade na prestação dos serviços contratados.</p>	<p>1. Disponibilização de solução automatizada para o registro e controle das Solicitações de Serviço / Ordens de Serviço possibilitando a análise da situação e a comparação dos serviços realizados em relação ao previsto; atraso na execução dos serviços, relatórios gerenciais com informações de ocorrências de atendimento às demandas; controle de prazo, custo e níveis mínimos de serviço;</p> <p>2. Ação de Contingência;</p> <p>3. Aplicação das sanções administrativas à empresa contratada até que a execução dos serviços seja realizada de acordo com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e nos demais instrumentos legais aplicáveis;</p> <p>4. Aplicação das metodologias de acompanhamento, monitoramento e controle dos projetos e ações de TI, principalmente no gerenciamento da qualidade preventiva;</p>
<p>Risco 4: Indisponibilidade da infraestrutura necessária para o funcionamento dos sistemas.</p>	<p>1. Monitoramento dos serviços, dos servidores, dos ativos de rede, dos bancos de dados e dos link de comunicação;</p> <p>2. Redundância de serviços e ativos tecnologia da informação;</p> <p>3. Realização de contratações de soluções em TI;</p> <p>4. Implementação de políticas mais efetivas de articulação com outros órgãos da Administração Pública Federal para auxiliar na resolução de problemas relacionados a indisponibilidade da infraestrutura.</p>

6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

O CNPq desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Conforme o Planejamento Estratégico, publicado em seu portal, tem como missão *“Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional”* e visão *“Ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação como elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira”*.

No cumprimento de sua missão e na busca pela melhoria contínua de processos institucionais – finalísticos e de apoio – o CNPq apoia-se em recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, para fomentar, promover e facilitar a participação de pesquisadores na formação e consolidação das bases científicas brasileiras.

Compete à área de TIC do CNPq as atribuições de administrar, de gerir e de executar as atividades afetas aos ativos de TIC no sentido de apoiar o CNPq no cumprimento de suas competências sendo elemento fundamental na promoção, implantação e manutenção de mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia; e na difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Dessa forma, a Tecnologia da Informação e Comunicação exerce um papel fundamental no planejamento e na implementação das estratégias organizacionais do CNPq e, nesse contexto, na busca de uma área de TIC que amplie a eficiência e efetividade das ações, torna-se essencial a realização de um bom planejamento de TIC que viabilize e potencialize a melhoria contínua da performance organizacional e consequentemente servir à sociedade serviços mais atrativos.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) - instrumento de planejamento elaborado em 2013 para identificar as necessidades e traçar as metas para o período compreendido entre 2014 e 2016 – permitiu nortear e acompanhar a atuação da área de TI, definindo estratégias e plano de ações para implementá-las. Trata-se, portanto, do documento que viabiliza o controle e a racionalização da gestão e execução das ações de TI, possibilitando o alcance da eficácia e eficiência na utilização dos recursos aplicados em TI, focando nas prioridades de maior relevância para o CNPq, a Sociedade, o Estado e o Serviço Público. O CNPq não possui um PETI, uma vez possuir um Planejamento Estratégico de Longo prazo que contempla objetivos e metas para todos os seus macroprocessos, e atuar no alinhamento do seu PDTI a esse Planejamento (que por sua vez está alinhado ao PPA) e à Estratégica Geral de Tecnologia da Informação (EGTI).

O PDTI para o período de 2014-2016, resultado de um trabalho que contou com participação das áreas de negócio, área de TI e da Alta Direção, visa a consolidação e ampliação dos ganhos já obtidos pela Organização com seu processo de informatização e modernização, constituindo-se em um instrumento fundamental para garantir continuidade à missão institucional do CNPq, com riscos mitigados e aceitáveis.

6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

6.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

Para o CNPq, o conceito de sustentabilidade é amplo, ultrapassa os limites da simples preservação da natureza e mesmo o tripé econômico/social/ambiental. Abrange, principalmente, um grande esforço no sentido de promover mudanças culturais e comportamentais no conjunto dos seus servidores e colaboradores, que resultem evidentemente em vantagens para a instituição, mas que, sobretudo, impactem positivamente todos os ambientes por eles freqüentados, em sua vida pessoal. O CNPq considera que o servidor público pode ser agente de mudança e construtor de um novo pensar ecológico e sustentável. O fator humano assume, assim, grande importância nas decisões e ações que norteiam a elaboração anual do Plano de Gestão de Logística Sustentável do CNPq (PLS-CNPq).

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

O CNPq aderiu à Rede A3P, recebendo sistematicamente notícias e participando de eventos organizados pela Agenda.

c) Se na unidade ocorre a separação de resíduos recicláveis descartados...

Há separação de resíduos sólidos, com coletores múltiplos colocados em todos os andares de todos os blocos. O material coletado é encaminhado a duas cooperativas de catadores do DF, com as quais o CNPq firmou contratos.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos pelo Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.

Em consonância com os Termos de Referência este Conselho utiliza cláusula editalícia sobre sustentabilidade ambiental onde os critérios são observados, de acordo com o objeto a ser contratado. Segue como exemplo:

5 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

5.1 Esta contratação observará as orientações e normas relativas à sustentabilidade ambiental, mais especificamente, as Instruções Normativas nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e nº 02, de 30 de abril de 2008:

IN 01 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

IN 02 – Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não.

5.2 Os materiais e componentes especificados deverão respeitar as seguintes recomendações, quando couber:

5.2.1 Ser constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.2.2 Atender os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.2.3 Devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.2.4 Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.3 Nos termos do Decreto n° 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO - abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1°, parágrafo único, do Decreto n° 2.783, de 1998, e artigo 4° da Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000;

5.4 Certificados e comprovação exigida:

5.4.1A comprovação do disposto no presente item será feita mediante apresentação dos laudos, certificações e declarações listados no item 8 – DOS LAUDOS e CERTIFICAÇÕES.

As licitantes que não apresentarem esta documentação terão suas propostas desclassificadas.

e) Se a unidade possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

i. Em cumprimento o que preconizam o Dec. 7.746/2012 e a IN n° 10/2012 MPOG, relativo à SUSTENTABILIDADE, o CNPq instituiu, via PO-078/2013, sua Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS-CNPq), que passou a tratar das ações sustentáveis no âmbito do Conselho, incluindo a elaboração e implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS-CNPq), devidamente aprovado pela Diretoria Executiva (DEx).

ii. O PLS-CNPq foi submetido à apreciação e aprovação da DEx, em reunião ordinária de 13/06/2013.

iii. O PLS-CNPq compõe o programa CNPq-Sustentável, que dispõe de página específica na Intranet da unidade, onde são publicados todos os documentos afins.

iv. O CNPq tem como Missão fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. Sendo assim, numerosos projetos de pesquisa fomentados pelo órgão têm a sustentabilidade como mote e base. Já as informações internas sobre os resultados da implementação do PLS-CNPq ainda estão em fase de organização para publicação no sítio da unidade na Internet.

v. O CNPq adota continuamente procedimentos que visam:

- a) Redução do consumo de papel, por meio de:
- Aquisição de papel A4 reciclado;
 - Adoção da opção frente-e-verso como padrão nas impressoras disponibilizadas nas diversas áreas;
 - Conscientização dos colaboradores para uso mínimo e correto do recurso de impressão, por meio de palestras associadas ao PLS-CNPq;
 - Alteração de procedimentos básicos com vistas à redução do consumo de papel.
 - Implantação de contrato de *outsourcing* de impressão.
 - Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-CNPq).
- b) Redução do consumo de energia elétrica. Nessa matéria, destacam-se as seguintes ações:
- Instalação de interruptores (múltiplos, quando é o caso) em todos os ambientes;
 - Conscientização dos colaboradores, por meio de chamadas na Intranet e de palestras associadas ao PLS-CNPq, para que adquiram o hábito de desligar seus equipamentos e as luzes ao deixarem seus ambientes de trabalho;
 - Adequação da demanda especificada no contrato com a concessionária de energia (CEB) à real utilização no edifício-sede;
 - Adoção de procedimentos especiais para o uso dos elevadores e para o funcionamento do sistema de ar condicionado;
 - Acompanhamento permanente da conta mensal apresentada pela concessionária;
 - Realização de estudos com vistas ao uso racional dos elevadores.
- c) Uso racional e reuso da água, com revisão e acompanhamento dos procedimentos para verificação de eventuais desperdícios na utilização de água tratada e para uso racional da água da chuva coletada para aguar os jardins.
- d) Outros procedimentos e ações adotados, relevantes para o cumprimento da Política de Gestão de Logística Sustentável:
- Implementação da Coleta Seletiva Solidária, com a contratação de duas cooperativas de catadores do Distrito Federal;
 - Instalação de coletores de pilhas e baterias para efeito de logística reversa.

A avaliação geral da Administração é que o programa CNPq-Sustentável tem surtido efeitos muito positivos, não só no uso racional dos recursos do Conselho (com conseqüente economicidade), mas principalmente na conscientização dos servidores e colaboradores. Sem esquecer, naturalmente, que qualquer programa nesse campo é, na verdade, um processo em permanente construção e ajuste.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O CNPq possui canais de acesso direto do cidadão, os quais estão descritos em seu website www.cnpq.br

Pelo caminho eletrônico <http://cnpq.br/web/guest/central-de-atendimento> é possível à pessoa enviar uma mensagem à Central de Atendimento do CNPq, a qual está apta a encaminhar as demandas aos diversos setores desta Fundação e, posteriormente, oferecer respostas diretamente ao solicitante. A Central de Atendimento atende também pelo telefone 61 3211 4000 e pelo PABX 61 3211 9000. Em geral, a Central de Atendimento responde a solicitações sobre pedidos de bolsas ou auxílios, dúvidas sobre andamento de processos, acesso a Plataforma Lattes e Diretórios de Grupos de Pesquisa e informações sobre o funcionamento do CNPq.

A Central de Atendimento do CNPq efetuou cerca de 500.000 atendimentos, divididos entre ligações telefônicas e mensagens eletrônicas. Cerca de 30% desta demanda é repassada e resolvida diretamente nas diversas áreas do CNPq as quais, após solução, devolvem à Central de Atendimento para resposta ao cidadão.

Para reclamações, denúncias, sugestões e elogios o CNPq possui uma Ouvidoria, cujo acesso se dá pelo website do CNPq em <http://cnpq.br/apresentacao-ouvidoria/>

A Ouvidoria está ligada diretamente à presidência do CNPq e recebe demandas pelo canal E-OUV, vinculado à Controladoria Geral da União – CGU. Basta que a pessoa acesse o portal www.ouvidorias.gov.br, efetue um cadastro e escolha o CNPq.

A Ouvidoria recebe também demandas pelo e.mail ouvidoria@cnpq.br, pelo telefone 61 3211 9642 e também pessoalmente, no endereço:

CNPq/Ouvidoria

SHIS QI 01, Conj. B, Bl. B, Sl. 06

Edifício Santos Dumont

Lago Sul, Brasília - DF 71.605-001

A Ouvidoria do CNPq recebeu em 2016 um total de 807 demandas, sendo que a maior parte (cerca de 95%) são de usuários do público externo.

O CNPq possui também, em atenção à lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e ao decreto 7.724/2012, um Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, o qual recebe demandas diretas dos cidadãos

por meio do canal E-SIC, vinculado também à Controladoria Geral da União – CGU, pelo portal www.sic.gov.br

Por este sistema o cidadão efetua um cadastro, escolhe o CNPq e encaminha seu pedido de acesso à informação pública.

No ano de 2016 o CNPq recebeu 347 pedidos de acesso à informação no âmbito da LAI.

Atendendo ainda ao previsto na LAI e, ainda, visando facilitar o acesso do cidadão às informações mais demandadas, o CNPq vêm aprimorando seus mecanismos de transparência ativa, divulgando informações mais completas na aba Acesso à Informação, no portal www.cnpq.br

O Portal de Dados Abertos, disponível em http://cnpq.br/dados_abertos/, e também o Portal de Investimentos do CNPq, acessível em <http://cnpq.br/investimentos-cnpq-em-ctei/>, facilitam o relacionamento do cidadão com este Conselho, uma vez que reúne informações importantes sobre o fomento e a gestão em transparência ativa.

O CNPq disponibiliza, ainda, a ferramenta Lattes Extrator às Instituições que solicitam ao CNPq. Desta forma, grande parte da busca por dados institucional a este Conselho se dá por meio de uma parceria materializada em um acesso on-line à nossa Base de Dados.

7.2 CARTA DE SERVIÇO AO CIDADÃO.

O CNPq possui uma Carta de Serviços ao Cidadão, publicada no portal www.cnpq.br, por meio do acesso ao item SERVIÇOS neste portal. Informamos que esta carta de serviços está em atualização, para melhor informar os serviços prestados pelo CNPq.

7.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS- USUÁRIOS.

A Ouvidoria respondeu 100% de suas demandas em 2016, repetindo 2015, esclarecendo aos cidadãos os resultados de seus pedidos. Foram ao todo 807 demandas em 2016, além de 347 pedidos de acesso à informação no âmbito da lei 12.527/2011.

O sistema e-SIC gera uma pesquisa avaliativa com os cidadãos, em cada demanda respondida. Em 2016, das 347 demandas, cerca de 75% responderam ao questionário. Deste universo, cerca de 80% avaliou como positiva a resposta dada pelo CNPq.

7.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.

A Ouvidoria, dentro da nova política de dados abertos e por meio da atuação no Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, focou-se em criar mecanismos de maior transparência pública e de acesso às informações produzidas pelo CNPq. Nesse sentido, contribuímos em trabalhos que resultaram melhorias em nossa página de Dados Abertos (http://cnpq.br/dados_abertos/) e na página de Acesso à Informação (<http://cnpq.br/apresentacao-acesso-a-informacao/>). Este trabalho está divulgado em atas do CSIC. Elaboramos também os relatórios de gestão anuais da unidade. Os relatórios já disponíveis encontram-se em <http://cnpq.br/publicacoes/>.

7.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

O Ed. Santos Dumont, atualmente ocupado pelo CNPq, já dispõe de uma considerável infraestrutura física voltada para prover acessibilidade, com equipamentos como piso tátil e indicações em Braille nas botoeiras dos elevadores. Além disso, por meio da infraestrutura de tecnologia da informação do Conselho, são disponibilizados recursos técnicos para que colaboradores que sejam portadores de deficiência visual (moderada ou radical) possam desempenhar, em igualdade de condições com os demais colegas, suas atividades profissionais. Apesar disso, estudos são permanentemente feitos no sentido de aprimorar essas infraestruturas, elevando o grau de acessibilidade do prédio, malgrado o fato de não ser sede própria, o que sempre exige negociação com a empresa proprietária. Em 2016, nenhuma alteração significativa foi introduzida na arquitetura com vistas a melhorias na acessibilidade, cuidando-se apenas da manutenção das facilidades já disponíveis. Entretanto, uma ação importante foi realizada no âmbito do Programa de Qualidade de Vida do CNPq, que foi a implementação de procedimento especial, voltado para portadores de deficiência visual, na ginástica laboral praticada diariamente nos setores. E estão previstas novas ações nesse campo (qualidade de vida) para 2017.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

Em 2016 a execução financeira do CNPq e outras UO's foi significativa alcançando o valor de R\$ 1.509.921.494,36 no que tange à dotação do exercício, além do total de R\$ 877.400.874,95 decorrente de inscritos na condição de Restos a Pagar - Exercícios Anteriores.

Cabe registrarmos o repasse de recursos financeiros, ocorrido em dezembro/16, que permitiu ao CNPq uma execução bastante significativa no fim do exercício, principalmente no que se refere à compromisso antigos assumidos cujos valores estavam em Restos a Pagar- FNDCT.

Quadro 38 – Execução Orçamento por UO

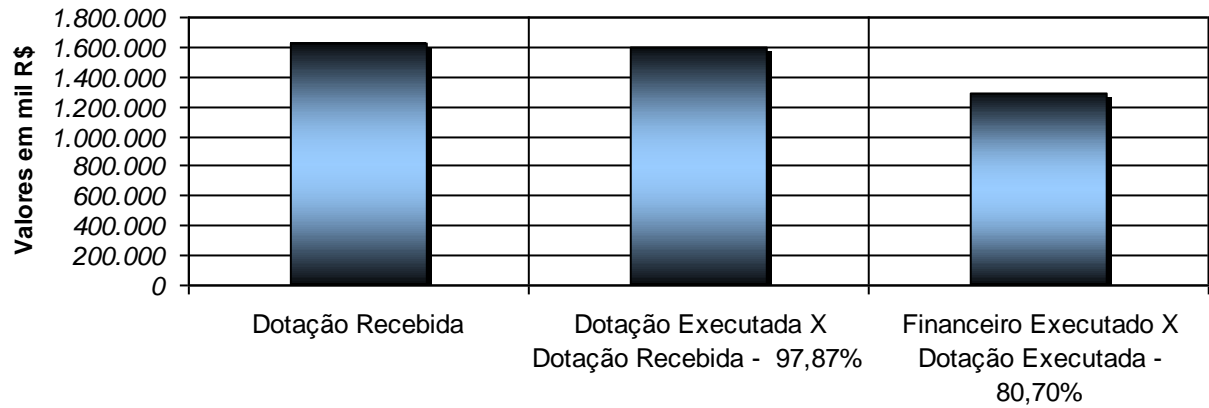
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR UO 2016

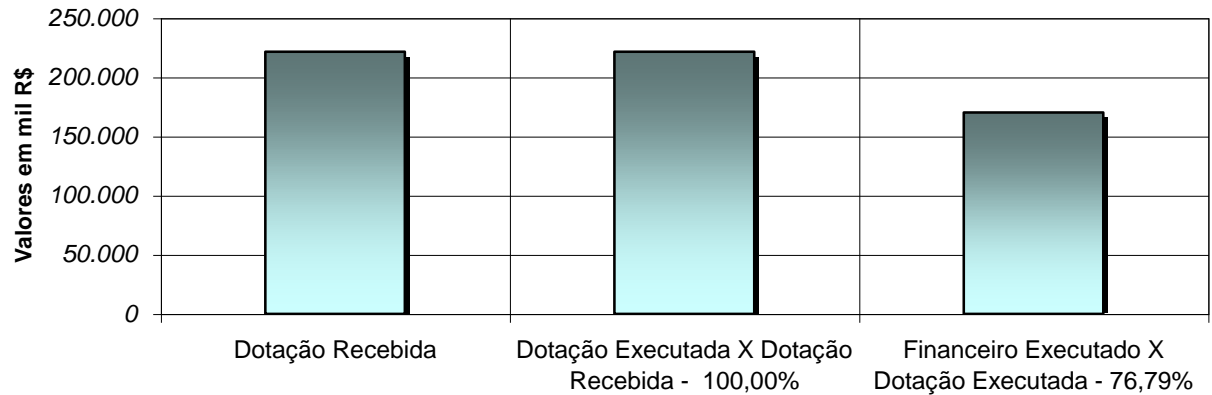
Atualizado em: 31/12/2016 às 13:42:58 hs

<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Dotação Recebida</i>	<i>Dotação Executada</i>	<i>Financeiro Executado</i>
24201 - CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIF.E TECNOLOGICO	1.628.186.867,00	1.593.499.607,70	1.286.006.833,84
24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO	221.646.184,98	221.640.158,37	170.188.850,97
24101 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO E COMUNICAÇÃO	37.674.918,51	37.618.622,67	17.345.835,29
OUTRAS UNIDADES	86.644.410,68	86.642.746,08	36.379.974,26
TOTAL	1.974.152.381,17	1.939.401.134,82	1.509.921.494,36

Representação Gráfica da Execução Orçamentária 2016 - CNPQ



Representação Gráfica da Execução Orçamentária 2016 - FNDCT



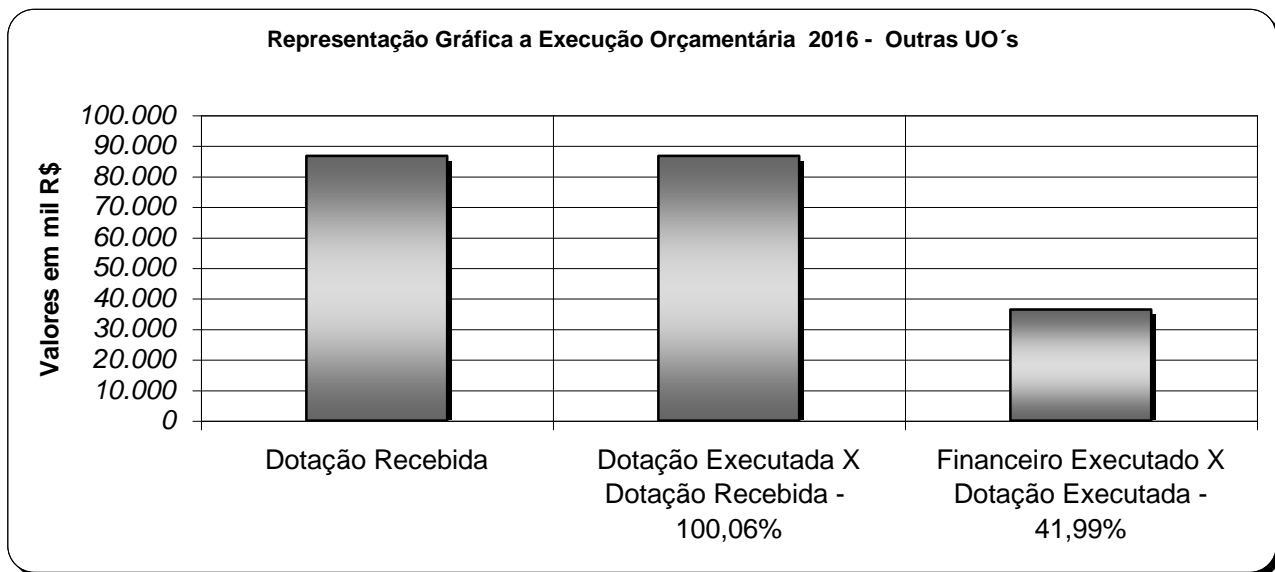
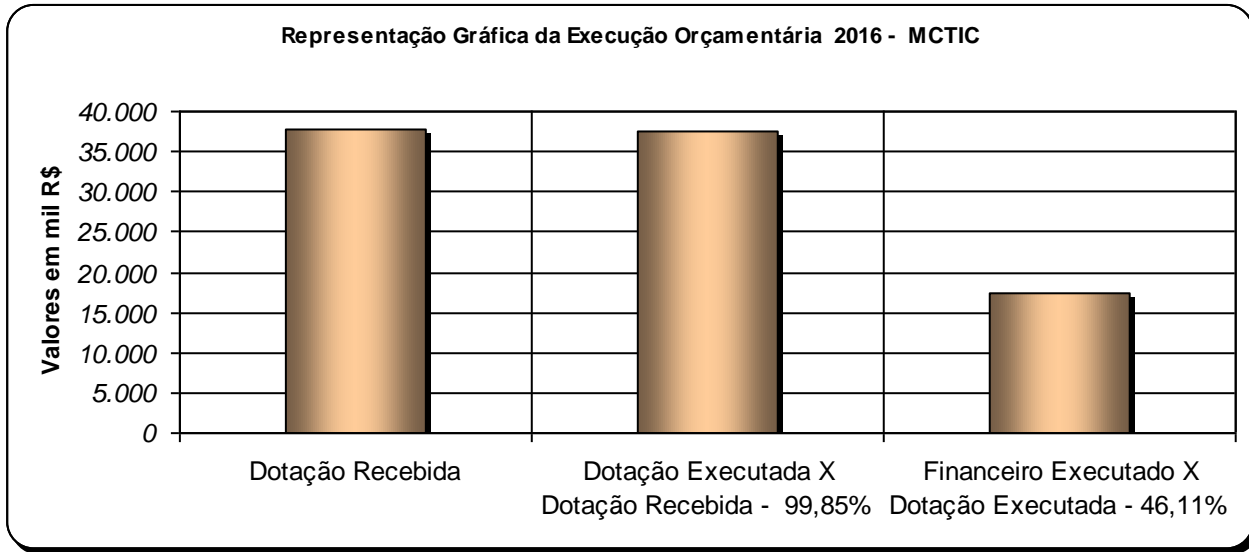


Gráfico 8 - Execução Orçamentária 2016: CNPq, FNDCT, MCTIC e Outras UO's

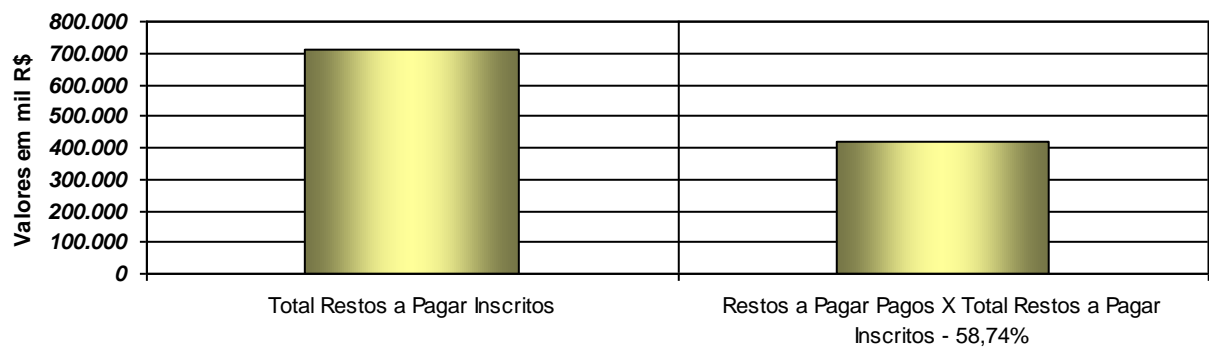
Quadro 39 – Execução de Restos a Pagar - 2016

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - 2016

Atualizado em: 31/12/2016 às 13:42:58 hs

<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Total RP Inscritos</i>	<i>Total RP Pagos</i>
24101 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO E COMUNICAÇÃO	46.417.717,83	27.134.974,90
24201 - CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIF.E TECNOLOGICO	714.369.132,67	343.753.222,57
24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO	709.724.353,83	416.882.319,71
OUTRAS UNIDADES	143.334.825,86	89.630.357,77

Representação Gráfica da Execução de Restos a Pagar 2016 - FNDCT



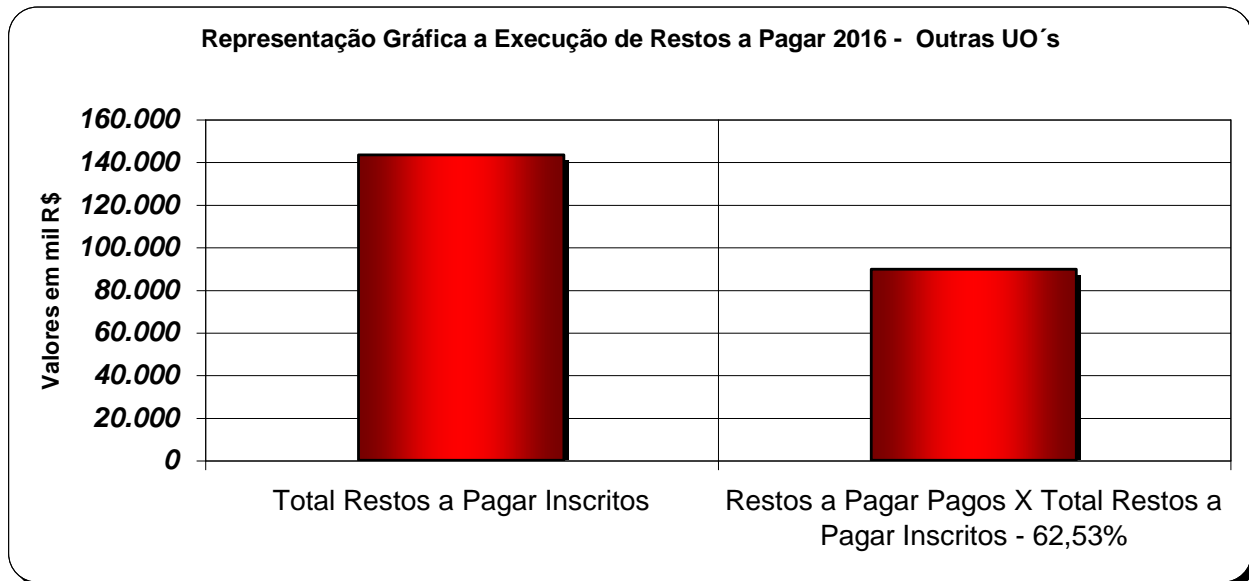
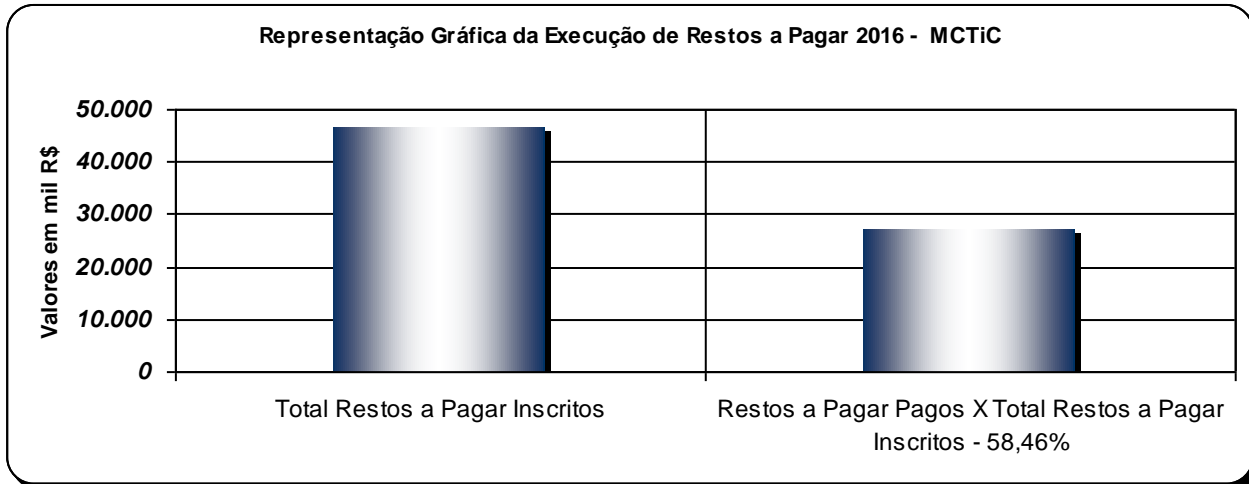


Gráfico 9 – Execução Restos a Pagar – 2016: FNDCT, MCTIC e Outras UO's

Abaixo destacamos os valores pagos e liquidados por modalidade de despesa através dos quais é possível identificar que grande parte da execução abrangeu os pagamentos de bolsas (339018).

Quadro 40 – Valores pagos e liquidados por natureza da despesa

Natureza da Despesa	Nome Natureza da Despesa	Valores Empenhados	Valores Liquidados	Valores Pagos	Liquidado X Pagos
3190.01.00	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	86.954.456,22	86.922.232,83	86.921.342,46	100,00%
3190.03.00	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	12.408.397,06	12.408.397,06	12.408.397,06	100,00%
3190.07.00	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	673,96	673,96	673,96	100,00%
3190.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.536.431,51	80.513.006,51	80.512.239,57	100,00%
3190.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	499.387,96	499.387,96	499.387,96	100,00%
3190.91.00	SENTENCAS JUDICIAIS	286.465,65	282.054,58	282.054,58	100,00%
3190.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	534.432,29	534.432,29	534.432,29	100,00%
3190.96.00	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	343.921,13	322.685,46	322.685,46	100,00%
3191.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	16.271.194,67	16.271.194,67	16.271.194,67	100,00%
3332.18.00	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.400.000,00	0,00	0,00	0,00%
3332.20.00	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	200.000,00	0,00	0,00	0,00%
3350.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	220.000,00	220.000,00	220.000,00	100,00%
3350.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	50.000,00	50.000,00	50.000,00	100,00%
3350.39.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.080.658,00	7.080.658,00	7.080.658,00	100,00%
3380.41.00	CONTRIBUICOES	276.477,93	0,00	0,00	0,00%
3380.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	195.546,00	195.546,00	195.546,00	100,00%
3390.08.00	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	295.247,63	295.247,63	295.247,63	100,00%
3390.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	81.190,37	80.251,59	80.251,59	100,00%
3390.18.00	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.154.026.894,62	899.132.110,64	899.108.804,76	100,00%
3390.20.00	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	92.734.098,03	84.449.428,38	82.095.274,16	97,21%
3390.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	399.290,64	353.833,44	353.833,44	100,00%
3390.31.00	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	67.000,00	67.000,00	67.000,00	100,00%

3390.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	160.874,21	144.828,03	144.828,03	100,00%
3390.34.00	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	10.242.317,44	9.327.780,60	9.327.780,60	100,00%
3390.36.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	414.978,24	413.978,24	413.978,24	100,00%
3390.37.00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	11.278.880,14	10.036.815,34	10.036.815,34	100,00%
3390.39.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	86.344.232,31	53.794.368,48	53.790.789,27	99,99%
3390.46.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.824.039,64	2.824.039,64	2.824.039,64	100,00%
3390.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	18.227,86	11.026,66	11.026,66	100,00%
3390.49.00	AUXILIO-TRANSPORTE	188.574,39	188.574,39	188.574,39	100,00%
3390.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	976.010,90	974.810,90	974.810,90	100,00%
3390.93.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.266.635,47	2.264.444,64	2.264.444,64	100,00%
3390.96.00	RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	9.179,41	8.004,57	8.004,57	100,00%
3391.39.00	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	310.717,11	249.987,22	236.457,42	94,59%
4490.20.00	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	19.911.264,92	17.392.691,07	16.894.348,55	97,13%
4490.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.691.912,00	1.591.912,00	1.591.912,00	100,00%
TOTAL		1.593.499.607,71	1.288.901.402,78	1.286.006.833,84	99,78%

Quadro 41 - Dotação Final x Execução Orçamentária

20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES. CIENT. E TECNOLÓGICO

Unidade Orçamentária	DOTAÇÃO FINAL 2016	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2016	EXECUÇÃO FINANCEIRO 2016 (INCLUINDO RESTOS A PAGAR)
UO 24201 (CNPq)	1.162.951.965	1.132.951.965	1.305.392.472
UO 24901 (FNDCT)	221.646.185	221.640.158	587.071.171
TOTAL	1.384.598.150	1.354.592.123	1.892.463.642

Atualizado em: 31/12/2016 às 19:23:00 hs
Fonte: CGADM/COFIN

A diferença entre totais da dotação final x execução orçamentária é resultante do fator variação cambial. Diante disso, podemos considerar que o CNPq empenhou 100% do seu orçamento.

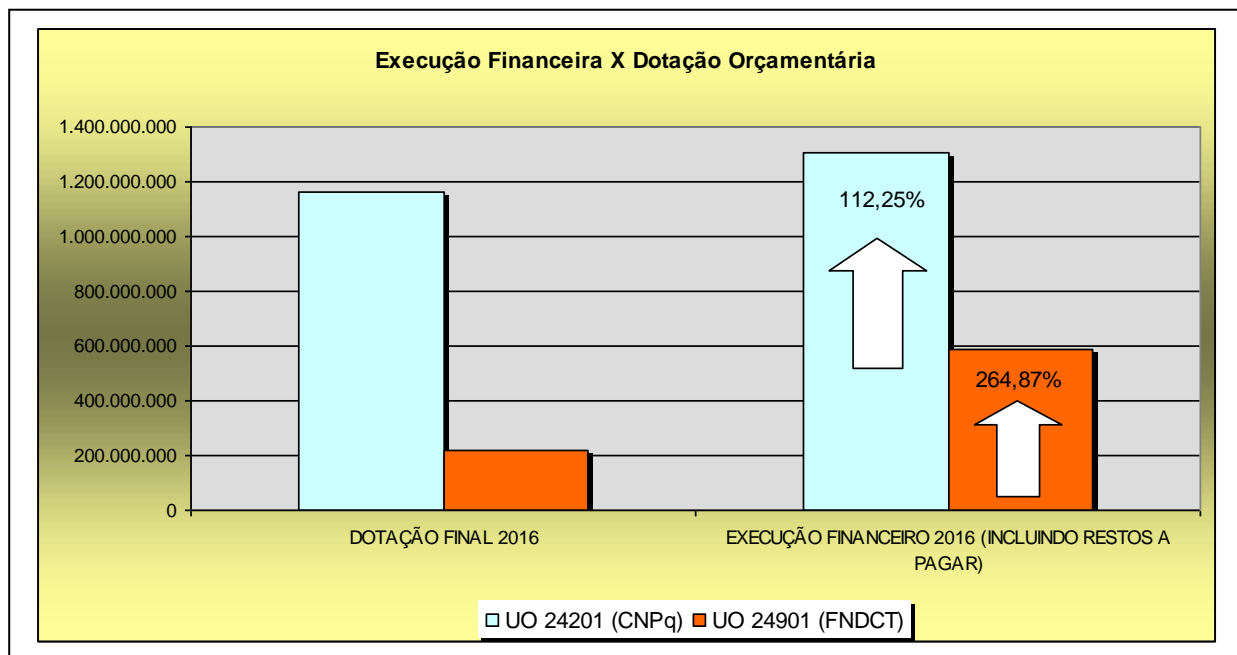


Gráfico 10 - Dotação Final x Execução Financeira (CNPQ e FNDCT)

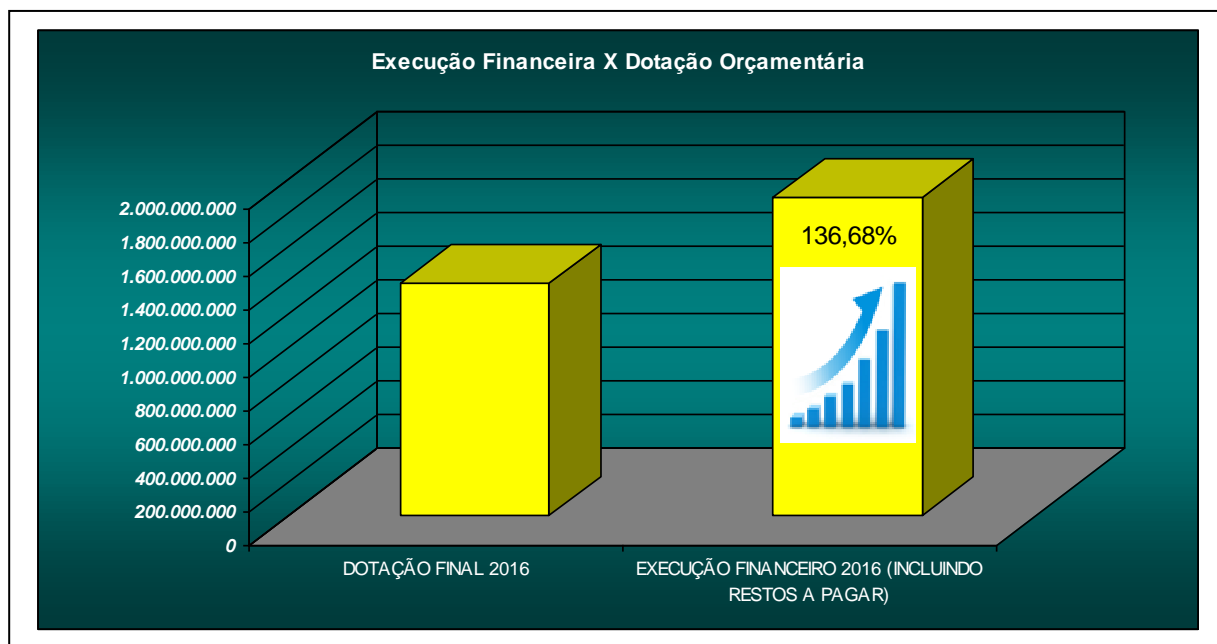


Gráfico 11 - Dotação Final x Execução Financeira

Nos quadros acima é possível identificar a execução financeira de 2016 , em especial aqueles valores relativos aos recursos CNPq e FNDCT ,composta por pagamentos originados da dotação 2016 e Restos a Pagar, que alcançou em torno de 37% ao considerarmos a Dotação orçamentária executada no exercício.

8.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Nos anos de 2011 a 2013, foi implantado um cronograma de adequação de valores, através da depreciação, para tornar o Patrimônio Público mais condizente com as variações geradas pelo decorrer do tempo e por seu uso o que tornou as informações ainda mais precisas. Neste ano de 2015 seguimos o que foi analisado dando prosseguimento ao processo contínuo de depreciação e amortização.


No período em que foi feita a avaliação, mensuração e cálculo dos valores de depreciação e amortização dos ativos do CNPq, foram aplicadas como parâmetro as normas que regulam a matéria, especialmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, quais sejam NBCT 16.9 e 16.10, e, sobretudo a macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda seguindo as normas citadas e os processos com valores, análises e laudos feitos pela CR3D, foram feitos os lançamentos mensais referentes tanto à depreciação como a amortização. E para os bens que foram adquiridos no decorrer do ano, foi utilizado o valor da aquisição ou produção. Tal procedimento também foi adotado para os estoques.

Vários bens chegaram ao seu valor residual durante o ano de 2016 e tiveram seus lançamentos mensais de depreciação encerrados.

Todo o procedimento – do cálculo ao lançamento - referente à depreciação e amortização dos bens adquiridos no decorrer do exercício por este Órgão foi feito de forma manual, visto que o sistema existente hoje na área de patrimônio não nos entrega uma informação confiável, tempestiva e precisa no que se refere aos valores a serem registrados. Pelo montante que hoje se tem nas contas afetadas pelo procedimento de Depreciação e Amortização (R\$ 15.288.334,34 e R\$ 437.577,99 respectivamente), torna-se necessário um sistema que seja eficiente, que calcule os valores de depreciação e amortização, seja capaz de emitir demonstrativos confiáveis e que se possa incluir os resultados dos testes de recuperabilidade.

Todos os processos contendo os valores, cálculos e parâmetros utilizados encontram-se com cópia arquivada no Setor de Contabilidade bem como planilhas com os valores relativos a depreciação mensal cujos bens não foram alvo de reavaliação por não estarem dentro do período analisado.


SANDRA REGINA COSTA ALVES
CPF 223.108.001-04
Contador Responsável
CRC/DF 7.292
PO-178/01

8.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Estamos inserindo informações que foram disponibilizadas no Tesouro Nacional pela STN, conforme **Orientação Normativa Nº 01, de 16 de dezembro de 2016** .

A orientação dispõe sobre os procedimentos para elaborar os relatórios de custos que compõe a Prestação de Contas do Presidente da República-PCPR para 2016.

O CNPq ainda não têm uma estrutura que contempla o gerenciamento de custos, bem como da setorial de custos a que se vincula.

Os dados apresentados referem-se à sistemática de apuração de custos por programa e permitem uma ampla visão do uso da sistemática de apuração de custos pelo CNPq .

8.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1- CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criado pela [Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951](#) e transformado em fundação pública pela [Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974](#), com sede e foro no Distrito Federal localizada no Setor de Habitações Individuais Sul Blocos A, B, C, D - Lago Sul, Brasília - DF, 71605-001, personalidade jurídica de direito privado e prazo de duração indeterminado.

O CNPq tem por finalidade promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

NOTA 2- PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .

A Portaria nº 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional -STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade –CFC. Em setembro de 2016 o CFB aprovou a NBC TSP 16.6- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público que, estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público. Além disso, tais conceitos são aplicáveis à elaboração e à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu a STN a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público –MCASP.

A Portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público–PCASP, determinando que a Parte II –Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

Diante do exposto, o CNPq iniciou o processo de convergência a partir de janeiro de 2012 adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Fizemos a implantação também no Sistema Interno do CNPq, que se chama CONFIO, e através desse Sistema que enviamos as documentações para empenho, contabilização e pagamento.

2.2. Critérios e Políticas Contábeis

A administração pública direta da União, suas autarquias e fundações, nesse contexto, o CNPq, também começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

Vale destacar que a administração pública federal não praticava até o exercício de 2010 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

O trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e muitos recursos humanos, principalmente para aquisições realizadas em exercícios anteriores a 2010. Por isso, está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão, respeitando-se o cronograma indicado no Manual SIAFI .03.30 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta Da União, Autarquias e assim sendo, iniciou-se o procedimento de depreciação pelos bens colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável.

Após o encerramento dessa primeira etapa, passou-se a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos demais exercícios, conforme cronograma indicado pelo Manual SIAFI, e após a realização do ajuste de seus valores.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, em casos cujo custo de registro seja pequeno, tendo em vista o benefício da informação, ou quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O administrador deverá seguir a tabela de vida útil, estabelecida para cada grupo de bens a ser depreciado. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado na tabela.

No período em que foi feita a avaliação, mensuração e cálculo dos valores de depreciação e amortização dos ativos do CNPq, foram aplicadas como parâmetro as normas que regulam a matéria, especialmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, quais sejam NBCT 16.9 e 16.10, e, sobretudo a macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda seguindo as normas citadas e os processos com valores, análises e laudos feitos pela CR3D, foram feitos os lançamentos mensais referentes tanto à depreciação como a amortização. E para os bens que foram adquiridos no decorrer do ano, foi utilizado o valor da aquisição ou produção

Tal procedimento também foi adotado para os estoques. Vários bens chegaram ao seu valor residual durante o ano de 2016 e tiveram seus lançamentos mensais de depreciação encerrados.

Todo o procedimento – do cálculo ao lançamento - referente à depreciação e amortização dos bens adquiridos no decorrer do exercício por este Órgão foi feito de forma manual, visto que o sistema existente hoje na área de patrimônio não nos entrega uma informação confiável, tempestiva e precisa no que se refere aos valores a serem registrados. Pelo montante que hoje se tem nas contas afetadas pelo procedimento de Depreciação e Amortização (R\$15.288.334,34 e R\$ 437.577,99 respectivamente), torna-se necessário um sistema que seja eficiente, que calcule os valores de depreciação e amortização, seja capaz de emitir demonstrativos confiáveis e que se possa incluir os resultados dos testes de recuperabilidade.

Todos os processos contendo os valores, cálculos e parâmetros utilizados encontram-se com cópia arquivada no Setor de Contabilidade bem como planilhas com os valores relativos a depreciação mensal cujos bens não foram alvo de reavaliação por não estarem dentro do período analisado.

2.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis instituído pela Resolução CFP nº 010/2007.

As demonstrações contábeis exigíveis a partir de 2015 e disponíveis no SIAFI para as Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes são:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;

- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Notas Explicativas

I-BALANCO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da Lei Orçamentária-LOA e dos Créditos Adicionais. Está desdobrado em Execução Orçamentária das Receitas, mostrando a previsão atualizada e a realização das receitas, e em Execução Orçamentária das Despesas, mostrando a fixação e a execução das despesas, considerando os créditos adicionais, com valores detalhados por tipo de crédito.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Quadro 42 - RECEITAS CORRENTES

Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas realizadas	Saldo
223.525.773	223.525.773	98.538.523	-124.987.249

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Quadro 43 - DESPESAS CORRENTES

Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Desp. Empenhadas	Desp.Liquidas	Desp.Pagas	Saldo da Dotação
1.909.355.430	1.628.186.867	1.939.401.134	1.517.970.033	1.509.921.494	-311.214.257

As receitas realizadas diretamente do CNPq foi de R\$ 98.538.532,32, bem abaixo da Previsão Inicial de R\$ 223.525.773,00 ficando com um saldo negativo de R\$ 124.987.249,78.

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas e de forma geral podem ser feitas via GRU. O registro contábil dessas receitas é feito diariamente a partir do arquivo de

arrecadação encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela centralização da arrecadação.

As eventuais diferenças entre as informações de arrecadação por meio de DARF, GPS, aquelas arrecadadas por meio de GRU e os registros de classificação no SIAFI, decorrem de registros de reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso.

Percebe-se, nos valores abaixo, o grande peso das Receitas Patrimonial e Outras Receitas Correntes.

Receita Patrimonial- R\$ 53.995.195,05

Receita de Serviços- R\$ 100.099,50

Transf. Correntes R\$ 13.429.170,30

Outras Rec. Correntes R\$ 31.014.058,37

Percebe-se, nessa distribuição, o grande peso de Outras Despesas Correntes.

Despesas Correntes R\$ 1.460.573.818,25

Despesas Capital R\$ 49.347.676,12

II-BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro tem sua estrutura definida no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo as categorias econômicas e a Despesa Orçamentária segundo as funções. No entanto, no SIAFI, o Balanço Financeiro vem sendo elaborado com a estrutura de categoria econômica para a receita e para a despesa orçamentária, em aderência à estrutura do Plano de Contas e devido à inviabilidade do desdobramento por função nesse demonstrativo.

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos e os dispêndios evidenciam a receita e a despesa orçamentária, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira resulta um saldo que é transferido para o exercício seguinte.

Os regimes contábeis da despesa e da receita orçamentária são diferentes, conforme estabelecido pela lei n.4320/64, sendo que o reconhecimento da despesa se dá em um momento no empenho e a receita no momento do seu efetivo recebimento. Portanto não há como conciliar os valores dentro de um mesmo exercício.

Para se chegar aos valores reais de ingressos e dispêndios, seria necessário apurar os movimentos exclusivos de reflexo no caixa ou equivalentes de caixa da União, de modo a não permitir a influência de saldos de exercícios anteriores, estornos e outras regularizações contábeis. Contudo, devido à complexidade operacional, a forma de apresentação do Balanço Financeiro da União utiliza a metodologia de saldos.

Recebimentos Extraorçamentários:

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos saldos dos direitos transferidos do exercício anterior, para recebimento no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício. Os demais valores são relativos as receitas e ajustes financeiros .

Quadro 44 - Recebimentos Extraorçamentários

Recebimentos Extraorçamentários	458.250.364,04
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	8.048.539,32
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	421.431.101,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	28.770.228,98
Outros Recebimentos Extraorçamentários	494,61

Despesas Extraorçamentárias:

As despesas extraorçamentárias compreendem, majoritariamente, aos saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no ano corrente. Os demais valores são relativos as despesas e ajustes financeiros.

Quadro 45 - Despesas Extraorçamentárias

Despesas Extraorçamentárias	958.680.745,34
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	221.385.840,79
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	656.015.034,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40.222.133,01
Outros Pagamentos Extraorçamentários	41.057.737,42

As Transferências Financeiras Recebidas de R\$ 4.185.433.856,06 refletem a movimentação de recursos financeiros entre os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, em cumprimento à execução do Orçamento. Esses valores, são compensados pelas Transferências Financeiras Concedidas de R\$ 1.982.504.451,80.

Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária de R\$ 1.095.388.030,23 demonstram a movimentação de recursos financeiros, sem vinculação com o Orçamento do exercício, recebidos pelos Órgãos e Unidades da Administração Direta e Indireta, que foram efetuadas para fazer face aos pagamentos ou para devolução de recursos de terceiros. Dessa forma, são correspondidas pelas Transferências Financeiras Concedidas Independente da Execução de R\$ 375.825.830,96. O Valor de R\$ 264.307.409,24 foi o Caixa apurado para iniciar 2017.

Caixa 2015- R\$ 402.670.997,88

Caixa 2016- R\$ 264.307.409,24

III-BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial apresentado nesse documento evidencia a situação patrimonial do CNPq, em 31.12.2016. Demonstra a posição estática do Ativo e Passivo apresentando a composição dos bens e direitos (ativo) das obrigações (passivo) e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos administrativos do grupo intitulado quadro de compensações.

O Balanço Patrimonial demonstrou o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na DVP a partir da comparação entre as variações ativas e passivas, cujo resultado negativo apresentado foi de (R\$ 39.202.066,96).

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio líquido do CNPq durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial que nesse caso foi negativo. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial.

Cumprir lembrar que o resultado patrimonial não deve ser confundido com o resultado orçamentário apurado no balanço orçamentário, pois neste não há efeito das mutações, transferências ativas e passivas e dos fenômenos independentes da execução orçamentária evidenciados na DVP.

Os ativos circulantes registrados no balanço patrimonial fornecem recursos para pagamento de obrigações ou manutenção de operações, em 31.12.2016, contemplando o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira, em 31.12.2016 o montante apresentado no Balanço Patrimonial do CNPq foi de R\$ 264.307.409,24.

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Ativo Não-Circulante

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis, deduzidos pela Depreciação, seu saldo em 31.12.2016 é de R\$ 1.139.270.136,01.

Os ativos não circulantes destinados à manutenção das operações do governo, são registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, amortizações e exaustões acumuladas.

PASSIVO CIRCULANTE - R\$ 362.211.430,99

São as obrigações conhecidas e estimadas que têm prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro dos doze meses após a data de publicação das demonstrações contábeis; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade, dividido da seguinte forma:

Patrimônio Líquido:

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do CNPq, ou seja representa a diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Até o exercício de 2010, o subgrupo Patrimônio Social/Capital Social continha a conta Patrimônio, que representava os valores dos resultados acumulados do CNPq. Em 2011, o resultado do CNPq passou a ser apurado dentro do resultado do Exercício, juntamente com as demais entidades. Porém, considerando o disposto MCASP, em 2012, a contabilização dos resultados do período ocorreu na conta Patrimônio.

Ao longo do exercício, o item chamado Resultado do Período, representa o resultado do confronto entre as variações ativas e passivas apurado na DVP. No processo de encerramento o resultado apurado no período, dentre outros valores é transferido para os itens Patrimônio, ou Resultado do Exercício.

Quadro 46 – Resultado do Período

Resultados Acumulados	R\$ 1.963.060.977,25
Resultado do Exercício	(R\$ 39.202.066,96)
Resultado Exercícios Anteriores	R\$ 2.022.224.385,14
Ajustes de Exercícios Anteriores	(R\$ 19.961.340,93)

IV- DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS- DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais –DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP do exercício de 2016 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 4.464.772.271,12 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 4.503.974.338,05, gerando como resultado patrimonial do período um Déficit de R\$ 39.202.066,93.

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício negativo de 2016 foi de (R\$ 138.363.588,64), apurada através do Fluxo de caixa líquido negativo das atividades das operações de (R\$ 59.099.904,35) e do Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento negativo de (R\$ 79.263.684,29).

Procedimentos Especiais

Conversão de Operações em Moeda Estrangeira

O CNPq possui a UG 364150 que executa seu orçamento em dólar. A STN executa a conversão das demonstrações contábeis diariamente para o real até o último dia do mês do período apresentado. A taxa utilizada é a oficial do Banco Central do Brasil - BCB do último dia do período apresentado, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional. Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e em moeda estrangeira.

Essa dualidade de moeda provoca variações monetárias assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definida pelo órgão central de contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento. Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase de execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando aparente desconformidade.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
11

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	223.525.773,00	223.525.773,00	98.538.523,22	-124.987.249,78
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	34.424.412,00	34.424.412,00	53.995.195,05	19.570.783,05
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	34.424.412,00	34.424.412,00	53.995.195,05	19.570.783,05
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	46.180,00	46.180,00	100.099,50	53.919,50
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	46.180,00	46.180,00	100.099,50	53.919,50
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	188.274.836,00	188.274.836,00	13.429.170,30	-174.845.665,70
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	780.345,00	780.345,00	31.014.058,37	30.233.713,37
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	43.313,00	43.313,00	180.791,76	137.478,76
Demais Receitas Correntes	737.032,00	737.032,00	30.833.266,61	30.096.234,61
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	223.525.773,00	223.525.773,00	98.538.523,22	-124.987.249,78
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	223.525.773,00	223.525.773,00	98.538.523,22	-124.987.249,78
DÉFICIT			1.840.862.611,60	1.840.862.611,60
TOTAL	223.525.773,00	223.525.773,00	1.939.401.134,82	1.715.875.361,82
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	25.499.000,00	25.499.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	25.499.000,00	25.499.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.887.336.464,00	1.606.284.690,00	1.871.085.832,11	1.467.757.439,31	1.460.573.818,25	-264.801.142,11
Pessoal e Encargos	201.187.201,00	210.587.133,00	197.835.360,45	197.754.065,32	197.752.408,01	12.751.772,55
Sociais Juros e Encargos	-	-	-	-	-	-
da Dívida Outras Despesas	-	-	-	-	-	-
Correntes	1.686.149.263,0	1.395.697.557,0	1.673.250.471,6	1.270.003.373,9	1.262.821.410,2	-277.552.914,66
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	6	9	4	-46.413.125,71
Investimentos	22.018.966,00	21.902.177,00	68.315.302,71	50.212.594,38	49.347.676,12	-
Inversões Financeiras	22.018.966,00	21.902.177,00	68.315.302,71	50.212.594,38	49.347.676,12	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.909.355.430,00	1.628.186.867,00	1.939.401.134,82	1.517.970.033,69	1.509.921.494,37	-311.214.267,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.909.355.430,00	1.628.186.867,00	1.939.401.134,82	1.517.970.033,69	1.509.921.494,37	-311.214.267,82
TOTAL	1.909.355.430,00	1.628.186.867,00	1.939.401.134,82	1.517.970.033,69	1.509.921.494,37	-311.214.267,82

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	350.872.505,47	784.762.788,18	820.494.884,52	646.041.451,67	62.631.537,55	426.962.304,43
Pessoal e Encargos Sociais	36.720,37	5.836.228,84	-	-	3.722.063,68	2.150.885,53
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	350.835.785,10	778.926.559,34	820.494.884,52	646.041.451,67	58.909.473,87	424.811.418,90
DESPESAS DE CAPITAL	7.619.607,68	12.917.965,88	11.683.698,60	9.973.582,45	3.513.896,56	7.050.094,55
Investimentos	7.619.607,68	12.917.965,88	11.683.698,60	9.973.582,45	3.513.896,56	7.050.094,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	358.492.113,15	797.680.754,06	832.178.583,12	656.015.034,12	66.145.434,11	434.012.398,98

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	52.655.538,14	257.549.051,98	174.692.568,86	4.117.160,92	131.394.860,34
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.657,31	1.657,31	0,03	-0,03
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	0,03	-0,03
Outras Despesas Correntes	52.655.538,14	257.547.394,67	174.690.911,55	4.117.160,86	131.394.860,40
DESPESAS DE CAPITAL	21.471.240,17	59.851.898,54	46.693.271,93	3.185.137,35	31.444.729,43
Investimentos	21.471.240,17	59.851.898,54	46.693.271,93	3.185.137,29	31.444.729,49
Inversões Financeiras	-	-	-	0,03	-0,03
Amortização da Dívida	-	-	-	0,03	-0,03
TOTAL	74.126.778,31	317.400.950,52	221.385.840,79	7.302.298,27	162.839.589,77


SANDRA REGINA COSTA ALVES
 CPF 223.108.001-04
 Contador Responsável
 CRC/DF 7.292
 PO-178/01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
31/01/2017

PAGINA
1

SUBTÍTULO 20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO -

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	98.538.523,22	204.368.082,06	Despesas Orçamentárias	1.939.401.134,82	3.215.485.037,06
Ordinárias	30.316.942,35	17.477.037,43	Ordinárias	1.432.011.302,00	1.978.772.613,44
Vinculadas	118.363.466,33	186.957.765,78	Vinculadas	507.389.832,82	1.236.712.423,62
Educação		1.813.507,93	Educação	6.406.236,40	33.446.756,27
Doações	22.564,10		Seguridade Social (Exceto RGPS)	38.024.040,62	54.159.679,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	118.340.902,23	185.144.257,85	Operação de Crédito		11.462.805,00
Programas (-) Deduções da Receita Orçamentária	-50.141.885,46	-66.721,15	Doações		103.190.383,82
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	242.277.272,03	997.124.779,29
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	220.682.283,77	37.328.019,66
Transferências Financeiras Recebidas	4.185.433.856,06	5.521.557.593,59	Transferências Financeiras Concedidas	1.982.504.451,80	2.874.955.152,10
Resultantes da Execução Orçamentária	3.039.955.678,03	4.550.954.502,80	Resultantes da Execução Orçamentária	1.606.678.620,84	2.441.868.617,83
Repasse Recebido	1.434.301.913,01	2.109.451.389,37	Repasse Concedido	311.716,47	365.504,40
Sub-repasse Recebido	1.604.940.625,65	2.441.503.113,43	Sub-repasse Concedido	1.604.940.625,63	2.441.503.113,43
Sub-repasse	713.139,37		Repasse Devolvido	713.139,37	
Devolvido	1.145.478.178,03	970.603.090,79	Sub-repasse Devolvido	713.139,37	
Independentes da Execução Orçamentária	1.095.388.030,23	579.683.829,55	Independentes da Execução Orçamentária	375.825.830,96	433.086.534,27
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		200.000,00	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	295.513.609,45	20.501.173,62
Demais Transferências Recebidas	50.090.147,80	122.720,02	Demais Transferências Concedidas	251,38	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		390.596.541,22	Movimento de Saldos Patrimoniais	80.311.970,13	21.988.819,43
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos		390.596.541,22
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
	458.250.364,04	1.358.757.931,21	Despesas Extraorçamentárias	958.680.745,34	1.073.139.164,11
Recebimentos Extraorçamentários	8.048.539,32	189.626.537,63	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	221.385.840,79	131.622.900,08
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	421.431.101,13	874.805.571,34	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	656.015.034,12	888.733.028,90
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	28.770.228,98	36.154.898,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40.222.133,01	52.779.405,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	494,61	258.170.923,62	Outros Pagamentos Extraorçamentários	41.057.737,42	3.829,59
Outros Recebimentos Extraorçamentários		573,75	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	573,75	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,06	Pagamento de Passivos Recebidos	0,02	
Arrecadação de Outra Unidade	494,61		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		3.237,00
Valores em Trânsito		93.484.325,31	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	10.793,72	
Ajuste Acumulado de Conversão		164.686.024,50	Variação Cambial	3.904,37	
Demais Recebimentos			Valores em Trânsito		592,59
			Ajuste Acumulado de Conversão	6.397.949,23	
Saldo do Exercício Anterior	402.670.997,88	481.566.744,29	Demais Pagamentos	34.644.516,33	
Caixa e Equivalentes de Caixa	402.670.997,88	481.566.744,29	Saldo para o Exercício Seguinte	264.307.409,24	402.670.997,88
			Caixa e Equivalentes de Caixa	264.307.409,24	402.670.997,88
TOTAL	5.144.893.741,20	7.566.250.351,15	TOTAL	5.144.893.741,20	7.566.250.351,15

SANDRA REGINA COSTA ALVES
CPF 223.108.001-04
Contador Responsável
CRC/DF 7.292
PO-178/01

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
Ind (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
TOTAL DO ATIVO	2.325.272.408,24	2.529.481.329,30	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.325.272.408,24	2.529.481.329,30


ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	264.307.409,24	442.319.790,69	PASSIVO FINANCEIRO	1.040.557.543,79	1.775.480.780,20
ATIVO PERMANENTE	2.060.964.999,00	2.087.161.538,61	PASSIVO PERMANENTE	933.838,30	638.203,30
			SALDO PATRIMONIAL	1.283.781.026,15	753.362.345,80

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	757.164.288,56	1.028.373.051,10	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	244.975.390,42	259.776.604,83
Execução dos Atos Potenciais Ativos	757.164.288,56	1.028.373.051,10	Execução dos Atos Potenciais Passivos	244.975.390,42	259.776.604,83
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.793.798,07	2.871.463,19	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	737.337.192,99	1.008.398.290,41	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	190.357.726,58	208.983.210,94
Direitos Contratuais a Executar	17.033.297,50	17.103.297,50	Obrigações Contratuais a Executar	54.617.663,84	50.793.393,89
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	757.164.288,56	1.028.373.051,10	TOTAL	244.975.390,42	259.776.604,83

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-198.365.024,91
Recursos Vinculados	-577.885.109,64
Educação	-9.745.210,53
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-2.580.030,09
Operação de Crédito	-152.172,36
Doações	-93.778.758,18
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-352.559.976,20
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-119.068.962,28
TOTAL	-776.250.134,55


SANDRA REGINA COSTA ALVES
 CPF 223.108.001-04
 Contador Responsável
 CRC/DF 7.292
 PO-178/01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
11

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.464.772.271,12	6.905.833.322,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	100.099,50	645.289,77
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	100.099,50	645.289,77
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	98.889.681,25	433.340.142,27
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	2.130,08	856,72
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	36.064.339,36	423.132.695,07
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	62.823.211,81	10.206.590,48
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	4.210.838.201,12	5.718.159.351,88
Transferências das Instituições Multigovernamentais	4.187.831.635,80	5.522.072.443,43
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	174.838.407,84
Execução Orçamentária Delegada de Entes	13.429.170,30	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	21.248.500,61
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9.577.395,0	724.172.825,35
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	2	49.666.732,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	110.659.073,74	-
Variação Patrimonial Aumentativa a	-	105.662.292,35
Classificar Resultado Positivo de	-	568.843.800,71
Participações Operações da Autoridade	-	-
Monetária	23.180.320,09	29.515.713,64

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	44.285.215,51	29.515.713,64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	4.503.974.338,05	7.700.832.866,65
Remuneração a Pessoal	103.601.666,31	105.744.527,78
Encargos Patronais	81.961.181,79	84.065.186,93
Benefícios a Pessoal	16.298.409,91	17.241.978,67
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.019.389,15	4.125.114,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	322.685,46	312.247,44
Aposentadorias e Reformas	99.918.118,31	92.605.734,44
Pensões	87.382.807,46	81.041.474,60
Benefícios de Prestação Continuada	12.446.594,62	11.502.727,73
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	88.716,23	61.532,11
Serviços	59.302.360,93	90.727.262,26
Depreciação, Amortização e Exaustão	469.316,19	823.668,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	56.445.983,23	87.614.847,92
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.387.061,51	2.288.745,62
Juros e Encargos de Mora	70.723.659,02	236.811.958,53
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	236.811.956,53
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	70.723.187,95	2,00
Transferências e Delegações Concedidas	471,07	
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	2.906.301.613,58
Transferências a Instituições Privadas	2.074.520.667,61	2.875.287.303,04
Transferências a Instituições Multigovernamentais	1.984.381.085,92	-
Transferências a Consórcios Públicos	48.659.115,34	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		468.576,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.792.911,6	-
Perdas com Alienação	4	-
Perdas Involuntárias	-	30.545.734,54
Incorporação de Passivos	-	1.381.688.838,99
Desincorporação de Ativos	39.687.554,71	-
	83.046.743,54	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	44.285.215,51	29.515.713,64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.503.974.338,05	7.700.832.866,65
Pessoal e Encargos	103.601.666,31	105.744.527,78
Remuneração a Pessoal	81.961.181,79	84.065.186,93
Encargos Patronais	16.298.409,91	17.241.978,67
Benefícios a Pessoal	5.019.389,15	4.125.114,74
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	322.685,46	312.247,44
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	99.918.118,31	92.605.734,44
Aposentadorias e Reformas	87.382.807,46	81.041.474,60
Pensões	12.446.594,62	11.502.727,73
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	59.302.360,93	90.727.262,26
Uso de Material de Consumo	88.716,23	61.532,11
Serviços	469.316,19	823.668,72
Depreciação, Amortização e Exaustão	56.445.983,23	87.614.847,92
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	70.723.659,02	236.811.958,53
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.387.061,51	2.288.745,62
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	236.811.956,53
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	70.723.187,95	2,00
Transferências e Delegações Concedidas	2.074.520.667,61	2.875.287.303,04
Transferências Intragovernamentais	471,07	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	2.906.301.613,58
Transferências a Instituições Multigovernamentais	1.984.381.085,92	-
Transferências a Consórcios Públicos	48.659.115,34	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	83.046.743,54	1.381.688.838,99
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.792.911,6	468.576,00
Perdas com Alienação	4	-
Perdas Involuntárias	-	30.545.734,54
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	39.687.554,71	-
	83.046.743,54	1.381.688.838,99
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
06/02/2017

PÁGINA
1


SUBTÍTULO 20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO -

ORÇAO 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INO.V.E

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	2.748.708.857,18	-	-	2.748.708.857,18
Variação Cambial	-	-	-	-	-	50.751.677,50	-	-	50.751.677,50
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	1.547.289,06	-	-	1.547.289,06
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	19.897.277,53	-	-	19.897.277,53
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-794.999.543,76	-	-	-794.999.543,76
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	2.025.905.557,51	-	-	2.025.905.557,51

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	2.025.905.557,51	-	-	2.025.905.557,51
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-3.681.172,37	-	-	-3.681.172,37
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-54.400.489,89	-	-	-54.400.489,89
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	55.883.715,55	-	-	55.883.715,55
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-39.202.066,95	-	-	-39.202.066,95
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-21.444.566,59	-	-	-21.444.566,59
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	1.963.060.977,26	-	-	1.963.060.977,26


SANDRA REGINA COSTA ALVES
CPF 223.108.001-04
Contador Responsável
CRC/DF 7.292
PO-178/01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
31/01/2017

PÁGINA
11

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-59.099.904,35	-663.658,02
INGRESSOS	4.312.743.102,87	6.020.250.924,14
Receitas Derivadas e Originárias	85.109.352,92	29.529.674,22
Receita Tributária	-	-
Receita de	-	-
Contribuições Receita	-	-
Agropecuária Receita	-	-
Industrial Receita de	100.099,50	87.437,77
Serviços	53.995.195,05	8.999.638,76
Remuneração das Disponibilidades	31.014.058,37	20.442.597,69
Outras Receitas Derivadas e Originárias	13.429.170,30	174.838.407,84
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	13.429.170,30	174.838.407,84
Outras Transferências Correntes Recebidas	4.214.204.579,65	5.815.882.842,08
Outros Ingressos das Operações	28.770.228,98	36.154.898,62
Ingressos Extraorçamentários	4.185.433.856,06	5.521.557.593,59
Transferências Financeiras Recebidas	-	0,06
Arrecadação de Outra Unidade	494,61	-
Valores em Trânsito	-	93.484.325,31
Ajuste Acumulado de Conversão	-	164.686.024,50
Demais Recebimentos	-4.371.843.007,22	-6.020.914.582,16
DESEMBOLSOS	-2.234.284.811,89	-3.001.502.672,73
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à	-3.124.950,00	-3.975.000,00
Justiça	-79.120,00	-591.700,00
Administração	-	-
Defesa Nacional	-575.000,00	-
Segurança Pública	-78.880,00	-785.520,00
Relações Exteriores	-99.829.402,08	-92.543.311,96
Assistência Social	-17.315.294,11	-35.798.492,00
Previdência Social	-3.589.769,73	-5.317.765,16
Saúde	-19.661.605,80	-20.096.525,61
Trabalho	-	-126.680,00
Educação	-1.165,00	-2.481.500,57
Cultura	-	-
Direitos da	-	-43.440,00
Cidadania	-	-
Urbanismo	-3.792.629,85	-1.062.100,00
Habitação	-2.050.613.019,47	-2.769.898.406,43

	2016	2015
Agricultura	-3.082.335,00	-6.164.050,00
Organização Agrária	-32.197.291,10	-49.021.260,52
Indústria	-70.800,00	-6.920.536,23
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-4.160.040,00
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-272.976,00	-2.516.918,00
Encargos	-	-
Especiais	-573,75	573,75
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-73.774.446,85	-91.673.522,20
Transferências Concedidas	-27.144.615,54	-47.292.955,76
Intergovernamentais	-27.144.615,54	-47.292.955,76
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-16.638.289,63	-17.666.313,16
Intragovernamentais	-29.991.541,68	-26.714.253,28
Outras Transferências Concedidas	-2.063.783.748,48	-2.927.738.387,23
Outros Desembolsos das Operações	-40.222.133,01	-52.779.405,54
Dispêndios Extraorçamentários	-0,02	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-1.982.504.451,80	-2.874.955.152,10
Transferências Financeiras Concedidas	-	-3.237,00
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-10.793,72	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-3.904,37	-
Variação Cambial	-	-592,59
Valores em Trânsito	-6.397.949,23	-
Aiuste Acumulado de Conversão	-34.644.516,33	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-79.263.684,29	-78.232.088,39
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-79.263.684,29	-78.232.088,39
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.594.538,00	-1.121.709,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-77.669.146,29	-77.110.379,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-

	2016	2015
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-138.363.588,64	-78.895.746,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	402.670.997,88	481.566.744,29
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	264.307.409,24	402.670.997,88


SANDRA REGINA COSTA ALVES
 CPF 223.108.001-04
 Contador Responsável
 CRC/DF 7.292
 PO-178/01

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de referência do Relatório de Gestão - 2016, identificou-se que a expedição de acórdãos, relativamente ao CNPq, em sua maioria está relacionado à Tomada de Consta Especial derivadas de bolsas concedidas aos bolsistas no exterior.

No âmbito desta entidade, os acórdãos são recepcionados, *a priori*, na Presidência deste Conselho e direcionados às unidades responsáveis pela matéria, com o acompanhamento do Gabinete da Presidência do CNPq.

Com o fito de apresentar a visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU, em acórdãos do exercício de referência, importa mencionar que foi registrado, em 2016, 01 (um) acórdão, cujas deliberações do Tribunal resultaram em 02 (duas) determinações/recomendações para o CNPq, como discriminado abaixo:

Quadro 47 – Determinações do TCU

Processo	Acórdão	Item da Determinação	Providência Gestor
TC-011.455/2007-6; Ofício 1214/2016- TCU/SEFIP, de 4/2/2016.	Acórdão 279/2016 - TCU - 1ª Câmara	1.7. determinar ao Conselho Nacional de Científico e Tecnológico-CNPq que envie ao TCU, via Sisac, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, novos atos de aposentadoria de Eloísa Nascimento de Assis (098.210.311-53), Geraldo Assunção Braga (074.549.456- 00), Geraldo Cândido de Moura (033.607.171-04), Jocy Santana de Moraes (132.280.641-15), Maria Anízia de Carvalho (114.420.851-34) e Tereza do Carmo Fortes Bandeira de Melo (119.238.061-49), livres das irregularidades apontadas pelo Acórdão 184/2008-TCU-1ª Câmara, para que sejam submetidos à apreciação desta Corte de Contas Federal.	O CNPq encaminhou resposta ao TCU por meio do Ofício/CGERH nº 014/2016, de 19/02/2016, constando a seguinte descrição: “Item 1.7 foram encaminhados os atos de aposentadoria listados, por intermédio do Sistema SISAC, como determinado”.
TC-011.455/2007-6 Ofício 1214/2016- TCU/SEFIP, de 4/2/2016.	Acórdão 279/2016 - TCU - 1ª Câmara	1.8. determinar ao Conselho Nacional de Científico e Tecnológico-CNPq que envie ao controle interno, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o ato de aposentadoria 10202501-	O CNPq encaminhou resposta ao TCU por meio do Ofício/CGERH nº 014/2016, de 19/02/2016, constando a seguinte descrição: “Item 1.8 – esclarecemos

		04-2009-00047-8, de interesse de José de Araújo de Souza (023.217.691-49), livre da irregularidade apontada pelo Acórdão 184/2008-TCU-1ª Câmara, para que seja submetido à apreciação desta Corte de Contas Federal.	que o ato de aposentadoria citado não foi localizado em nome do servidor José de Araújo de Souza. Entretanto, encaminhamos o ato de nº 10202501-04-2007-000114-2, referente ao servidor mencionado, livre de irregularidade, como determinado”.
--	--	--	---

Quadro 48 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento de exercício anterior

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
027.791/2011-4	139/2014 Segunda Câmara	1.8.1.	Ofício 0027/2014	05/02/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.1. ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq que:				
1.8.1.1. implemente indicadores de efetividade para avaliação de seu desempenho, no que tange à contribuição para atingimento dos objetivos das políticas de formação de recursos humanos para CT&I e de promoção da pesquisa e do desenvolvimento, já que o único indicador referente a essa dimensão do desempenho, apresentado no relatório de gestão ("Índice de evolução dos investimentos do CNPq no conjunto das regiões CO, N e NE"), relaciona-se à dimensão da eficácia;				
1.8.1.2. aprimore o indicador "Índice de evolução dos investimentos do CNPq no conjunto das regiões CO, N e NE", de modo a comparar o volume de investimentos nas regiões CO, N e NE ao total de investimentos nacional e, assim, refletir adequadamente a participação dessas regiões no total de investimentos do país; e				
1.8.1.3. realize estudos sobre dimensionamento ideal e evolução do quadro de servidores, a fim de estabelecer planejamento para a gestão de pessoas, evidenciar as necessidades de recursos humanos do Conselho e, porventura, fundamentar providências relativas à realização de concursos públicos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Segundo a Assessoria de Planejamento – APL, deste Conselho:				
“1.8.1.1 No âmbito do Planejamento Estratégico Institucional foram definidos novos indicadores para os Objetivos Estratégicos do CNPq. No entanto, as métricas e a dosimetria desses indicadores não puderam ser apontadas devido à ausência de dados e informações, que precisariam ser construídos, num trabalho conjunto entre as áreas de informática e Estatística e Indicadores. No entanto, até o momento não foi possível dar continuidade a esse trabalho considerando o contexto de escassez de servidores nas duas áreas, com reformulação de contrato de prestação de serviços na informática e aposentadoria de duas servidoras da área de Estatística e Indicadores, sem substituição de servidores, além de uma conjuntura de mudanças na alta direção da instituição.				
1.8.1.2 Quanto ao indicador “Índice de evolução dos investimentos do CNPq no conjunto das regiões CO, N e NE”,				

informa-se que já foi aprimorado conforme sugerido, passando a levar em conta não só o investimento nacional (soma dos investimentos regionais), mas a origem da fonte orçamentária (0100 e outras), orientando para maior governabilidade da entidade sobre o investimento em fomento e orientação na formulação de políticas públicas junto aos diferentes parceiros.

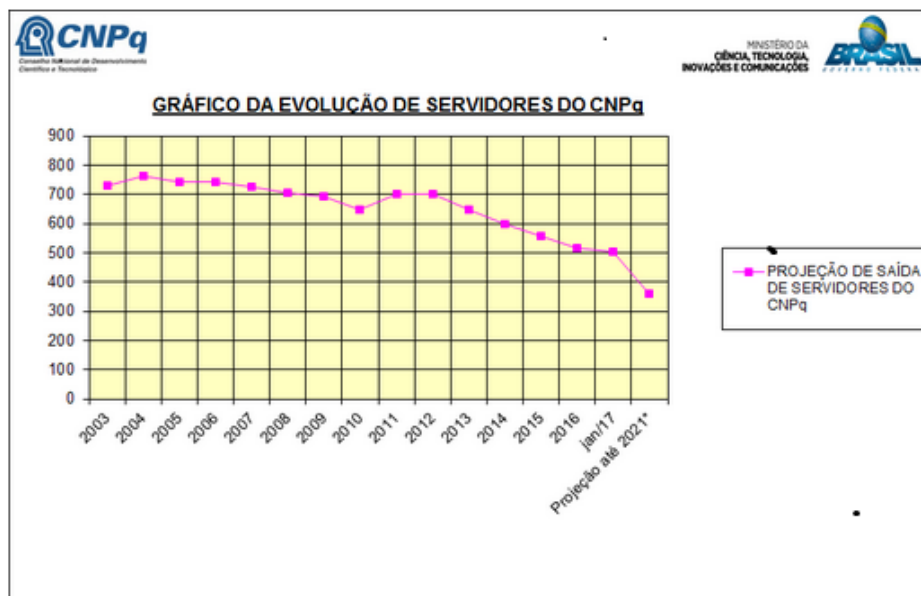
1.8.1.3. Quanto à realização de estudos sobre dimensionamento ideal e evolução do quadro de servidores, cabe informar que o CNPq realizou estudos que possibilitam contribuir com o processo de mapeamento de competências e dimensionamento da força de trabalho, no sentido de construir o quadro ideal de servidores da Instituição.

No início de 2016, a consultoria contratada no âmbito Projeto 914 BRZ 2002 - “Fortalecimento da Capacidade Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq em seus Processos de Planejamento e Avaliação do Fomento em CT&I, realizou o Dimensionamento da Força de Trabalho, considerando as projeções de aposentadoria para os próximos cinco anos, na Presidência e nas quatro Diretorias do CNPq.

Ao elaborar o relatório de Dimensionamento da Força de Trabalho, em anexo, a consultoria considerou as seguintes fontes de consulta:

- Competências Organizacionais e Individuais;
- Relatórios de Gestão 2015 e de Atividades das Unidades Organizacionais;
- Quadro atual de servidores (Fonte SECAP – Maio/16)
- Percentual de aposentadorias para os próximos 5 anos (Fonte SECAP – Maio/16); e
- Produto “Dimensionamento da Força de Trabalho...” de autoria do Professor Eduardo Campos, desenvolvido na CAPES.

Além disso, área de gestão de pessoas do CNPq tem acompanhado a evolução do quadro de pessoal desde o ano de 2003, retratada no gráfico abaixo, que inclusive faz uma projeção da previsão de aposentadorias, com base nos servidores que recebem abono de permanência e aqueles que solicitaram cálculos do prazo para atendimento de requisitos para aposentadoria até 2021:



A partir de 2013, o CNPq tem sistematicamente justificado junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a premência da autorização para a realização de novo concurso para suprir as vagas existentes e disponíveis. Diversos foram os expedientes, além da formalização do processo nº 001690/2013-2, encaminhados pelo CNPq à

instância citada anteriormente para que fossem adotadas medidas de recomposição do seu quadro, tais como:

- Ofício DGTI nº 026/2014, encaminhado ao SPOA do MCTI;
- Ofício DGTI nº 049/2014, encaminhado à Secretaria de Gestão do MPOG;
- Aviso nº 77/2014, encaminhado pelo MCTI ao MPOG;
- Aviso nº 90/2015, encaminhado pelo MCTI ao MPOG;
- Ofício PR nº 175/2015, encaminhado Ministro de C,T&I;
- Ofício PRE nº 085/2016, encaminhado à Secretária Executiva do MCTI, dentre outros.

Sendo assim, considera-se que este Conselho tem adotado medidas para atender à recomendação supracitada, bem como continuará a envidar esforços para recompor o seu quadro de pessoal visando ao cumprimento efetivo da missão institucional.”

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Em regra, as recomendações da Controladoria-Geral da União são registradas no Sistema MONITOR, para acompanhamento e manifestação do gestor da unidade responsável pela matéria. Enfatiza-se que o controle é realizado mensalmente por intermédio do relatório gerencial encaminhado ao dirigente máximo do CNPq, demonstrando a situação das recomendações expedidas pelos órgãos de controle interno, informando a quantidade de recomendações atendidas e não atendidas, bem como as recomendações pendentes de atendimento, com a indicação de prazo para atendimento.

Entretanto, no exercício de referência do Relatório de Gestão, o sistema Monitor não retorna informação sobre as oito recomendações decorrentes do Relatório CGU nº **201601014**, em face, segundo infere-se, de o dirigente máximo da entidade, à época, ter oficializado adesão ao Programa de Fomento à Integridade Pública (Profip) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), como se abstrai, a seguir de excertos do Relatório da CGU, às fls. 79-80:

“Diante das oportunidades de melhoria apresentadas pela equipe de auditoria em seu Relatório Preliminar, o Presidente do CNPq, durante a reunião de Busca Conjunta de Soluções, tratou não apenas de orientar os Diretores e os Coordenadores desse Conselho quanto à importância da evoluir nas questões de gestão de riscos de fraude, como também solicitou imediata adesão da Fundação ao Programa de Fomento à Integridade Pública (Profip) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), instituído pela Portaria nº 784, de 28 de abril de 2016. Formalmente, esse pedido foi encaminhado pelo CNPq por meio do Ofício PR. 0393/16, de 02 de agosto de 2016, em que apresenta a seguinte manifestação:”

“Considerando os resultados preliminares de auditoria, com foco na gestão de riscos e fraudes, bem como a recente publicação da Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 1, que trata da gestão de riscos de forma mais ampla, é interesse deste Conselho aderir ao PROFIP, de modo a poder contar com a parceria dessa pasta ministerial na construção do Plano de Integridade do CNPq.

Sendo assim, encaminho anexo, o Termo de Adesão ao PROFIP, devidamente assinado, momento em que coloco esta instituição à disposição para o planejamento dos trabalhos necessários à construção de nosso Plano de Integridade.”

“Mais do que uma simples melhoria da gestão de riscos de fraude, o Presidente do CNPq, por meio da adesão ao Profip, comprometeu-se de forma clara e transparente para todos os colaboradores do Conselho em estabelecer, com auxílio do MTFC, um Programa de Integridade completo baseado em quatro eixos:

1. comprometimento e apoio da Alta Direção;
2. instância responsável pelo Plano de Integridade;
3. análise de riscos;
4. monitoramento contínuo.

Assim, dado o compromisso assumido pelo CNPq de implementação do Profip, o qual exigirá a elaboração de um Plano de Integridade abrangendo não apenas oportunidades de melhoria em sua gestão de riscos, mas também em seus demais macroprocessos relacionados à prevenção e à detecção de fraudes, a equipe de auditoria entende que no momento não é necessário a elaboração de recomendações para sanar os fatos apontados, uma vez que um trabalho muito mais completo será realizado sobre esse Conselho.”

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Quadro 49 – Recomendações na Situação Monitorando

Documento	Prazo de atendimento	Identificação	Recomendação
OS: 201601014, Item 2.5 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias, Recomendação 1.	Não há	Não consta registro no Sistema Monitor da CGU, pois o CNPq aderiu ao Termo de Adesão ao PROFIP	Recomendação 1: Que a Diretoria-Executiva do CNPq, com base no inciso IV do art. 7º do Decreto nº 7.899, de 4 de fevereiro de 2013, normatize a responsabilidade pelos controles e pelos prazos para atuação das diversas unidades do CNPq, com o objetivo que sejam evitados descompassos nas avaliações técnica e financeiras das transferências.
OS: 201601014, Item 2.5 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias, Recomendação 2.	Não há	Não consta registro no Sistema Monitor da CGU, pois o CNPq aderiu ao Termo de Adesão ao PROFIP	Recomendação 2: Que a Diretoria-Executiva do CNPq, com base no inciso IV do art. 7º do Decreto nº 7.899, de 4 de fevereiro de 2013, planeje e oriente medidas para alocação do corpo de colaboradores, atualmente disponível, visando a conclusão do processamento de transferências com prazo de análise de prestação de contas final expirado, informando ao MTFC para cada um desses convênios: os nomes, os CPFs e as responsabilidades atribuídas a cada um dos colaboradores; bem como os prazos previstos para a conclusão dessas análises.
OS: 201601014, Item 2.5 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias, Recomendação 3.	Não há	Não consta registro no Sistema Monitor da CGU, pois o CNPq aderiu ao Termo de Adesão ao PROFIP	Recomendação 3: Que a autoridade designada pelo Presidente do CNPq, em decorrência do inciso I do Art 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, adote medidas para publicação, no portal do CNPq, em acordo com o Inciso III do Art. 7º do Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, das seguintes informações sobre as transferências geridas: número da transferência; descrição do objeto; identificação do conveniente; valores totais de recursos firmados e liberados; data de expiração da transferência; datas para prestação de contas parciais e finais; e situação nos sistemas SIAFI ou SICONV.
OS: 201601014, Constatação: 2.1.1.1, Recomendação 1.	Não há	Não consta registro no Sistema Monitor da CGU, pois o CNPq aderiu ao Termo de Adesão ao PROFIP	Recomendação 1: Que o Presidente do CNPq, em decorrência da competência estabelecida no art. 1º, inciso I da Portaria Interministerial MCT nº 977, de 24 de novembro de 2010, edite norma relativa ao credenciamento a que se refere o § 2º do art 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, provendo transparência a todos os pleiteantes aos benefícios fiscais decorrentes dessa Lei dos critérios utilizados por esse Conselho para classificar uma organização

			como "com fins lucrativos".
OS: 201601014, Constatação: 2.1.1.1 , Recomendação 2 .	Não há	Não consta registro no Sistema Monitor da CGU, pois o CNPq aderiu ao Termo de Adesão ao PROFIP	Recomendação 2: Que o Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, em decorrência da competência estabelecida no art. 20 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e no art 4º, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, auxilie a realização do controle ministerial dos critérios formalizados pelo CNPq para classificar uma organização como "com fins lucrativos", para usufruto dos benefícios fiscais decorrentes da Lei nº 8.010/90, visando avaliar a observância à legislação federal vigente, como a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e os princípios do caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
OS: 201601014, Constatação: 4.1.1.2 , Recomendação 1 .	Não há	Não consta registro no Sistema Monitor da CGU, pois o CNPq aderiu ao Termo de Adesão ao PROFIP	Recomendação 1: Que a Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação - DGTI implemente mecanismos de controle na CGADM que identifiquem prestações de contas em atraso superior aos estabelecidos nos normativos legais, realizando o imediato registro de inadimplência no SICONV ou SIAFI e notificação ao conveniente, bem como comunicando para ciência a Diretoria Executiva e a Unidade de Auditoria Interna.
OS: 201601014, Constatação: 4.1.1.3 Recomendação 1 .	Não há	Não consta registro no Sistema Monitor da CGU, pois o CNPq aderiu ao Termo de Adesão ao PROFIP	Convém destacar duas recomendações do MTFC pendentes de atendimento por parte do CNPq desde 2012 que se relacionam com a presente constatação: <i>(1) "Que o CNPq realize estudo para verificar as necessidades de pessoal, com as correspondentes qualificações e capacitações, como também de estrutura física e equipamentos para garantir a adequação das áreas técnica e financeira de acompanhamento de transferências voluntárias às necessidades do CNPq.</i>
OS: 201601014, Constatação: 4.1.1.3 Recomendação 2 .	Não há	Não consta registro no Sistema Monitor da CGU, pois o CNPq aderiu ao Termo de Adesão ao PROFIP	<i>(2) "Que o CNPq, com base na recomendação anterior, estruture suas áreas técnica e financeira responsáveis pelo acompanhamento de transferências voluntárias ou apresente cronograma para concluir essa estruturação".</i> Destaca-se que estas recomendações estão em linha com a seguinte orientação do TCU: <i>"Entre as condições para celebração de transferências voluntárias deve constar a existência de setor específico no órgão concedente com atribuições definidas para gestão (celebração, execução e prestação de contas) dos ajustes celebrados com a União, com lotação de, ao menos, um servidor efetivo".</i>

9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

O CNPq tem utilizado cada vez mais modelos de editais e contratos preconizados pela Procuradoria Federal no CNPq, bem como listas de checagem, como estratégia primária de controle administrativo. A própria estrutura do CNPq favorece a revisão do processo em várias instâncias, com as delegações de competências bem definidas. Com relação à apuração de possíveis ilícitos administrativos, esta instituição tem instaurado processos de apuração quando identificada a inconformidade tanto pela Auditoria como pela Procuradoria Federal no CNPq, tendo em vista a identificação da ocorrência de ilícito ou danos ao erário. Esses processos seguem o procedimento normatizado na legislação.

Quadro 50 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
602	574	-	-	1	4**	6	-	18

* Especificar razões

Fonte: SECOA/SETCE

OBSERVAÇÃO DO QUADRO

Dentro do quadro acima, temos que incluir **4 processos que foram instaurados, mas foram arquivados por apresentação da prestação de contas.

9.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

As áreas técnicas da Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGADM) mantêm o seguinte fluxo para o pagamento de faturas:

(1) O Serviço de Gestão de Contratos (SEGES) recebe a fatura ou nota fiscal de serviços ou aquisição e a envia para o ateste pelo gestor do contrato, com anotação de data de recebimento e envio em planilha própria. Tal planilha tem a finalidade de monitorar todas as etapas do fluxo de pagamento.

(2) O SEGES recebe a nota atestada, realiza a conferência dos dados e das condições de adimplência da empresa prestadora do serviço, e preenche o "Atestado de Execução Negocial" (AEN), que é assinado pelo SEGES e pela Coordenação de Recursos Logísticos (COLOG), e encaminhado para a CGADM;

(3) a CGADM confere os dados novamente e autoriza o pagamento da nota fiscal;

(4) o AEN autorizado é encaminhado à Coordenação de Orçamento e Finanças (COFIN) para pagamento. Na COFIN, o Serviço de Execução Orçamentária (SEEOR) confere os dados orçamentários e saldo dos empenhos, encaminhando para o Serviço de Contabilidade (SECON) para o registro contábil da nota.

Após as conferências, o pagamento propriamente dito é realizado pelo Serviço Financeiro (SEFIN). Em condições normais de disponibilidade financeira, o pagamento é realizado dentro dos cinco dias úteis previstos na legislação.

O CNPq segue a legislação e as normas vigentes para a realização dessa atividade e a delegação de competências, aliada ao perfil institucional, define o fluxo e a participação de cada área no processo de pagamento.

9.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Quadro 51 - Contratos vigentes no CNPq

Empresa	Contrato nº	Situação do Contrato	Valor do Débito Atualizado	Mês da última atualização monetária
INOVA COMUNICAÇÕES E SISTEMAS LTDA CNPJ: 07.630.608/0001-49	19/2012	Vigente até 27/01/2017	R\$ 303.352,04	OUT/15
Processo de revisão nº 000627/2015-1				
Histórico do procedimento de revisão				
Em complemento às informações prestadas no relatório E-Contas TCU/2015, sendo respeitado o direito à ampla defesa e contraditório, houve a cobrança administrativa do valor devido, tendo sido solicitado pela empresa o parcelamento da dívida em 24 vezes. Tal parcelamento foi amparado pela Resolução Normativa CNPq nº 18/2015.				
- Em dezembro/2016 a empresa efetuou o pagamento da Décima Quarta parcela.				
Empresa	Contrato nº	Situação do Contrato	Valor do Débito Atualizado	Mês da última atualização monetária
ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A CNPJ: 21.246.699/0001-44	051/2010	Vigente até 23/05/2016	R\$2.571.444,75	Dez/15
Processo de revisão nº 000644/2015-3				
Histórico do procedimento de revisão				
<ul style="list-style-type: none"> - Após realizadas as ações referentes à revisão contratual, informadas no relatório E-Contas TCU/2015, sendo respeitado o direito à ampla defesa e contraditório, houve a cobrança administrativa da dívida no valor de R\$ 2.571.444,75 (dois milhões, quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). - Por força da Ação Ordinária nº 3056-02.2016.4.01.3400- 22ª VF/DF, de 04/02/2016, foi suspensa a cobrança. - No entanto, foram tomadas as ações administrativas referentes aos procedimentos preparatórios para a instauração da Tomada de Contas Especial, sendo instaurado Processo de TCE nº 01300.001736/2017-30. 				
B2BR - BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL S/A CNPJ: 01.162.636/0001-00	41/2010	Encerrado Em 02/03/2016	R\$ 2.655.957,08	MARÇO/2016
Processo de revisão nº 000380/2015-6				
Histórico do procedimento de revisão				
<ul style="list-style-type: none"> - Após realizadas as ações referentes à revisão contratual, informadas no relatório E-Contas TCU/2015, sendo respeitado o direito à ampla defesa e contraditório, houve a cobrança administrativa da dívida no valor de R\$ 2.655.957,08 (Dois milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oito centavos) a ser ressarcido ao erário. - Por força da Ação Ordinária nº 15814-13.2016.4.01.3400 – 1ª Vara Federal/DF, expedida em 				

17/03/2016, foi suspensa a cobrança.

- No entanto, foram tomadas as ações administrativas referentes aos procedimentos preparatórios para a instauração da Tomada de Contas Especial, sendo instaurado Processo de TCE nº 01300.001771/2017-59

Empresa	Contrato nº	Situação do Contrato	Valor do Débito Atualizado	Mês da última atualização monetária
CTIS TECNOLOGIA S/A CNPJ: 01.644.731/0001-32	40/2010	Encerrado em 29/02/2016	R\$ 27.176.799,99	JAN/16

Processo de revisão nº 000321/2015-0

Histórico do procedimento de revisão

- Após realizadas as ações referentes à revisão contratual, informadas no relatório E-Contas TCU/2015, sendo respeitado o direito à ampla defesa e contraditório, houve a cobrança administrativa da dívida no valor de R\$ 27.176.799,99 (vinte e sete milhões, cento e setenta e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
- Por força da Ação Ordinária nº 11052-51.2016.4.01.3400 – 13ª VF/DF, de 22/02/2016, foi suspensa a cobrança.
- No entanto, foram tomadas as ações administrativas referentes aos procedimentos preparatórios para a instauração da Tomada de Contas Especial, sendo instaurado Processo de TCE nº 01300.001720/2017-27.

Empresa	Contrato nº	Situação do Contrato	Valor do Débito Atualizado	Mês da última atualização monetária
IO2 TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. 07.611.290/0001-59	48/2010	Encerrado em 08/11/2013	R\$ 1.449.823,09	DEZ/15

Processo de revisão nº 000653/2015-2

Histórico do procedimento de revisão

- Após realizadas as ações referentes à revisão contratual, informadas no relatório E-Contas TCU/2015, sendo respeitado o direito à ampla defesa e contraditório, houve a cobrança administrativa da dívida no valor de R\$ 1.449.823,09 (um milhão quatrocentos e quarenta e nove mil oitocentos e vinte e três reais e nove centavos).
- Foram tomadas as ações administrativas referentes aos procedimentos preparatórios para a instauração da Tomada de Contas Especial, sendo instaurado Processo de TCE nº 01300.002523/2016-44.
- Não foi ajuizada ação neste processo de revisão contratual.

9.6. INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) não possui agências prestadoras de serviço de publicidade e propaganda contratadas, estando suas ações com esse propósito limitadas à produção de material gráfico de divulgação institucional, confeccionado por gráficas contratadas via processo licitatório. No entanto, ao longo do ano de 2016, a Agência não contou com gráfica licitada, estando, portanto, com atuação limitada nesse propósito.

As necessidades de impressão de material de divulgação foram supridas utilizando-se do parque gráfico e materiais próprios do CNPq.

Há, apenas, um empenho em nome da empresa LR LIBER ENCADERNADORA para impressão de diplomas para os Prêmios Pesquisador Emérito e Almirante Álvaro Alberto.

Não há gastos, no âmbito do setor de comunicação, com publicidade legal e nem com publicidade mercadológica, tendo em vista a finalidade da instituição.

Publicidade Institucional

Produtos:

Folder Prata da Casa; Cartaz Prêmio Melhor Ideia; Diplomas para os Prêmios Pesquisador Emérito e Almirante Álvaro Alberto; Boletim para SBPC.

Publicidade de Utilidade Pública

Folder Prêmio; Cartaz Prêmio IC; Cartaz Prêmio Mercosul.

Recursos orçamentários oriundos da Administração. As NE's foram oneradas em 2016:

LR Liber Encadernadora - empenho, no valor de liquidado (valor total - 2016NS013353) através do AEN250/2016, NF 626, no dia 04/MAI/16.

10 – ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - Quadro 52- Chamadas 2016

CHAMADA	OBJETIVO	RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS (R\$)		Nº PROJETOS SUBMETIDOS	Nº PROJETOS APROVADOS
		CNPq	Parceiros		
CHAMADA UNIVERSAL MCTI/CNPq Nº 01/2016	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, em qualquer área do conhecimento.	50.000.000,00	150.000.000,00 FNDCT	21641	Em aberto
CHAMADA MCTI/MAPA/CNPq Nº 02/2016	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de extensão tecnológica, pesquisa científica e educação profissional para construção e socialização de conhecimentos e técnicas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção, por meio da implantação ou manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica - NEA's, em instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	-	4.074.956,00 SPRC/MAPA	356	227

CHAMADA MCTI/CNPQ/FINEP Nº 03/2016 AUXÍLIO À PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS/OU DE INOVAÇÃO – ARC	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a eventos NACIONAIS ou MUNDIAIS tais como congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares, realizados no Brasil e relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação, em conformidade com as linhas de financiamento definidas no subitem II.	12.000.000,00	5.000.000,00 FNDCT/Fundos Setoriais	1813	751
CHAMADA CNPQ Nº 04/2016 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para concessão de cotas de bolsas de Iniciação Científica (IC), período de 2016 a 2018, para instituições interessadas em participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A disponibilização da cotas ocorrerá em dois ciclos de 12 meses. O primeiro ciclo a ser iniciado em 01 de agosto de 2016 e o segundo ciclo a ser iniciado em 01 de agosto de 2017.	400,00 / mensal por 12 meses por beneficiário		23510	23442
CHAMADA CNPQ Nº 05/2016 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NAS AÇÕES AFIRMATIVAS (PIBIC-AF)	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para concessão de cotas institucionais de Bolsas de Iniciação Científica, período de 2016 a 2018, a instituições públicas que desenvolvam programa de iniciação científica para estudantes que ingressaram no ensino superior por meio de ações afirmativas.	400,00 / mensal por 12 meses por beneficiário		948	917

CHAMADA CNPQ N^o 06/2016 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (PIBITI)	<p>A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para concessão de cotas institucionais de bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (IT) para o período de 2016 a 2018 para instituições interessadas em participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). A disponibilização da cotas ocorrerá em dois ciclos de 12 meses. O primeiro ciclo a ser iniciado em 01 de agosto de 2016 e o segundo ciclo a ser iniciado em 01 de agosto de 2017.</p>	<p>400,00 / mensal por 12 meses por beneficiário</p>		<p>3084</p>	<p>3060</p>
CHAMADA CNPQ N^o 07/2016 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO (PIBIC-EM)	<p>A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para concessão de cotas institucionais de bolsas de Iniciação Científica Júnior (ICJ) no período de 2016 a 2018 para Instituições de Ensino Superior (IES) e Centros de Pesquisa (CPs) em parceria com as escolas de nível médio. Essas escolas deverão ser públicas do ensino regular; escolas privadas, desde que de aplicação; escolas técnicas ou escolas militares.</p>	<p>100,00 / mensal por 12 meses por beneficiário</p>		<p>4800</p>	<p>4776</p>
CHAMADA CNPQ/MCTIC/CBAB N^o 10/2016 CENTRO BRASILEIRO-ARGENTINO DE BIOTECNOLOGIA	<p>A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País.</p>		<p>700.000,00 MCTIC</p>	<p>126</p>	<p>5</p>

CHAMADA CNPQ 11/2016 - BOLSAS DE PRODUTIVIDADE EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E EXTENSÃO INOVADORA - DT	A presente Chamada tem por finalidade valorizar pesquisadores cujos perfis e projetos de pesquisa sejam voltados para o desenvolvimento tecnológico e a indução de inovações, incentivando a disseminação da cultura da inovação e do empreendedorismo de base tecnológica.	9.500.000,00		869	Em aberto
CHAMADA CNPq N^o 12/2016 - BOLSAS DE PRODUTIVIDADE EMPESQUISA	A presente chamada tem por finalidade a valorização de pesquisadores que possuam produções científicas, tecnológicas e de inovação de destaque em suas respectivas áreas do conhecimento e o incentivo ao aumento das produções científicas, tecnológicas e de inovação de qualidade.	165.000.000,00		9435	Em aberto
CHAMADA CNPQ/MCTIC/CBAB N^o13/2016	A presente Chamada tem por objetivo expandir o conhecimento básico e aplicado em temas avançados em biotecnologia, de interesse para o Brasil, Argentina e Uruguai, no âmbito do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB), por meio de seleção de propostas para apoio financeiro a cursos em nível de pós-graduação, nos temas especificados no Regulamento anexo a esta Chamada.		525.000,00 MCTIC	26	10

<p>CHAMADA MCTIC/FNDCT -CNPQ / MEC-CAPE/ MS-DECIT Nº 14/2016 – PREVENÇÃO E COMBATE AO VÍRUS ZIKA</p>	<p>Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação do País, com foco especial na prevenção, diagnóstico e tratamento da infecção pelo vírus Zika e doenças correlacionadas, e no combate ao mosquito Aedes aegypti, contribuindo assim de modo efetivo para o avanço do conhecimento, formação de recursos humanos, geração de produtos, formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira.</p>		<p>30.000.000,00 CAPES, 20.000.000,00 Decit/SCTIE/MS 15.000.000,00 FNDCT.</p>	<p>545</p>	<p>85</p>
<p>Chamada CNPq/Capes/FAPs/BC-Fundo Newton/PELD nº 15/2016</p>	<p>Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD, regulamentado pela Resolução Normativa 23/2011</p>	<p>5.886.815,00</p>	<p>12.312.000,00 CAPES</p>	<p>169</p>	<p>31</p>
<p>CHAMADA CNPQ/MCTIC Nº 016/2016</p>	<p>Fomentar núcleos e grupos de ensino, pesquisa, extensão com expertise na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que possam apoiar a produção, humanização, socialização e popularização de conhecimento e tecnologias na área, no âmbito da UNASUL; b) Integrar a investigação científica em Segurança Alimentar e Nutricional à Política na mesma área, de modo a estimular que a produção do conhecimento considere as demandas sociais e da gestão das políticas públicas de SAN; c) Formar e fortalecer rede de instituições que promovam intercâmbio no âmbito da UNASUL.</p>		<p>4.000.000,00 MCTIC</p>	<p>274</p>	<p>Em aberto</p>

Chamada CNPq/CONICYT Nº 17/2016	<p>Selecionar propostas de pesquisa que contribuam significativamente para: a) Melhoria da qualidade de vida dos idosos e seu ambiente pesquisando o processo de envelhecimento no Brasil e no Chile; b) Formulação de Políticas Públicas para a população idosa no Brasil e no Chile; c) Desenvolvimento científico, tecnológico e inovação dos países de acordo com o Acordo de Cooperação entre CNPq e CONICYT; d) Fortalecimento entre os pesquisadores nos dois países no campo proposto; e) Resultados científicos e tecnológicos a nível global, f) Promoção da mobilidade e desenvolvimento das pesquisas nos seus primeiros cuidados através da união de projetos de pesquisa.</p>	1.050.000,0		57	2
CHAMADA CNPQ/MCTIC/BRICS-STI Nº 18/2016	<p>Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, desenvolvimento e Inovação (P&D&I) que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, no âmbito da cooperação CNPq/BRICS-STI, nas seguintes áreas temáticas:</p>		1.200.000,00 MCTIC	154	Em aberto

CHAMADA CNPQ/MCTIC Nº 19/2016 – APOIO À REDE NACIONAL DE MÉTODOS ALTERNATIVOS (RENAMA), POR MEIO DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIOS TEMÁTICOS DE PESQUISA	Apoiar a RENAMA, aumentando a capacidade laboratorial nacional e a qualificação de recursos humanos nos Métodos Alternativos ao Uso de Animais em Experimentação, particularmente os descritos na Resolução Normativa nº 18, de 24 de setembro de 2014 e na Resolução Normativa nº 31, de 18 de Agosto de 2016, ambas do CONCEA;		1.500.000,00 MCTIC	10	8
CHAMADA CNPQ/MCTIC/SECIS Nº 20/2016 - TECNOLOGIA ASSISTIVA	Apoiar projetos de pesquisa sobre tecnologia assistiva, oriundos de Núcleos de Tecnologia Assistiva já constituídos, com a finalidade precípua de desenvolvimento e entrega de produtos ou serviços tecnológicos voltados ao atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.		5.000.000,00 SECIS/MCTIC	67	12
CHAMADA MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil/CNPq Nº 21/2016	São objetivos desta chamada o apoio financeiro para a criação ou manutenção de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) e do Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia e Produção Orgânica (CVT) em Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Art. 1.º da Lei 11.892/2008), Instituição Pública Estadual de Educação Profissional e Tecnológica e Universidade Pública ou Privada sem fins lucrativos.		2.000.000,00 MAPA, R\$ 2.000.000,00 MCTIC, R\$ 3.000.000,00 MEC e R\$ 3.700.000,00 SEAD	1	Em aberto

CHAMADA CNPQ N° 22/2016 - Pesquisa e Inovação em Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas	Promover atividades de pesquisa multi e interdisciplinares articuladas entre grupos de pesquisa nacionais e estrangeiros, de alto impacto científico e que subsidiem a formulação de políticas públicas	4.000.000,00		47	Em aberto
CHAMADA CNPq/MCTIC/SECIS N° 23/2016 OLIMPÍADAS CIENTÍFICAS	Apoiar a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional como instrumento de melhoria dos ensinamentos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas. Poderá ser apoiada também a realização de olimpíadas internacionais no Brasil, em sua fase final, de acordo com as condições estabelecidas nesta Chamada.	1.000.000,00	1.500.000,00, MCTIC	21	10

CHAMADA CNPq/MCTIC/SECIS Nº 24/2016 -FEIRAS DE CIÊNCIAS E MOSTRAS CIENTÍFICAS	Apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito municipal, estadual/distrital e nacional, como um instrumento para a melhoria dos ensinamentos fundamental, médio e técnico, bem como para despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas. Além disso, possibilitar a seleção dos melhores trabalhos para participação em Feiras/Mostras Internacionais.	1.000.000,00	1.500.000,00 SECIS/MCTIC	172	118
CHAMADA MCTIC/CNPQ Nº 25/2016	Apoiar propostas que visem incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País.	2.528.497,00		186	152
CHAMADA CNPQ/ANVISA Nº 26/2016 - FARMACOPÉIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas de projetos de pesquisa para elaboração de monografias da Farmacopéia Homeopática Brasileira para apoio financeiro que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País apoiar financeiramente.	389.000,00		3	

CHAMADA CNPq/PETROGAL BRASIL S.A. Nº 27/2016.	Concessão de bolsas de Mestrado Profissional no Exterior – MPE – em Engenharia de Petróleo.		2.126.998,38 PETROGAL BRASIL S.A.	105	14
BOLSAS DE PÓS- DOUTORADO NO CANADÁ PARCERIA CNPQ – VALE - MITACS	Esta Chamada visa estabelecer e reforçar redes de P&D&I internacionais, por meio da concessão de bolsas de pós-doutorado no Canadá aos pesquisadores brasileiros que atuam em Engenharia de Minas e nas áreas correlatas identificadas parceria CNPq - Vale - Mitacs.			67	12
Bolsas de Mestrado Profissional no Exterior (MPE) e Doutorado Pleno no Exterior (GDE) CNPq/PETROGAL BRASIL S.A	<p>Esta Chamada visa oferecer formação internacional de alta qualidade em áreas de interesse para a indústria de petróleo, gás e engenharias a estudantes brasileiros por meio da parceria entre CNPq e a Petrogal S.A.</p> <p>O CNPq disponibilizará a sua expertise, por meio do Programa Ciência sem Fronteiras, para receber as candidaturas, coordenar o processo seletivo, repassar os benefícios da bolsa aos selecionados, acompanhar e avaliar o projeto desenvolvido pelo bolsista.</p> <p>A Petrogal S.A financiará integralmente as bolsas.</p> <p>A Chamada foi subdividida em quatro linhas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Doutorado Pleno em Outros Países (GDE) ▪ Mestrado Profissional no Exterior (MPE) em Engenharia Naval ▪ Mestrado Profissional no Exterior (MPE) em Engenharia de Petróleo ▪ Doutorado Pleno no Exterior (GDE) - Escócia 		Bolsas “Ciência sem Fronteira” PETROGAL BRASIL S.A.	132	25

NOTA: Dados gerados em 11,12 e 13 de janeiro de 2017.

ANEXO II - RECURSOS DO FNDCT NO CNPq

Os recursos orçamentários oriundos do FNDCT executados pelo CNPq em 2016 foram da ordem de R\$ 221.646.184,98, destacados para viabilizar a implementação de novas ações ou para o andamento de iniciativas de anos anteriores. Considerando o orçamento executado em 2015 de R\$ 1.040.345.239,75, observa-se uma redução de 78,67% no volume de recursos orçamentários repassados a este Conselho pelo FNDCT em 2016 (Tabela abaixo).

Tabela 9 – Comparativo do orçamento empenhado no âmbito dos Fundos Setoriais entre 2015 e 2016: Execução de ações do FNDCT sob a responsabilidade de execução do CNPq por Projeto/Atividade.

PT Projeto/Atividade	2015	Perc 2015	2016	Perc 2016
00LV - FORMACAO, CAPACITACAO E FIXACAO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS PARA C,T&I	729.430.702,96	69,97%	0,00	0,00%
2095 - FOMENTO A PROJETOS DE IMPLANTACAO E RECUPERACAO DA INFRAESTRUTURA DE PESQUISA DAS INSTITUICOES PUBLICAS (CT-INFRA)	513.995,34	0,05%	36.100,00	0,02%
2014 - FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTRATEGICAS	255.143.973,87	24,47%	180.528.302,19	81,45%
2113 - FOMENTO A PESQUISA E A INOVACAO TECNOLOGICA (CT-VERDE AMARELO)	16.885.479,02	1,62%	7.184.313,00	3,24%
2119 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR MINERAL (CT-MINERAL)	522.140,17	0,05%	31.500,00	0,01%
2189 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE ENERGIA ELETRICA (CT-ENERG)	743.135,00	0,07%	385.855,40	0,17%
2191 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE TRANSPORTES TERRESTRES E HIDROVIARIOS (CT-TRANSPORTE)	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2223 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE RECURSOS HIDRICOS (CT-HIDRO)	1.657.508,43	0,16%	660.881,79	0,30%
2357 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR ESPACIAL (CT-ESPACIAL)	268.073,54	0,03%	239.150,00	0,11%
2997 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE SAUDE (CT-SAUDE)	5.329.925,01	0,51%	24.465.948,09	11,04%
4031 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE BIOTECNOLOGIA (CT-BIOTECNOLOGIA)	2.235.475,83	0,21%	1.240.741,32	0,56%
4043 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE AGRONEGOCIO (CT-AGRONEGOCIO)	4.772.184,67	0,46%	1.355.211,48	0,61%
4053 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONAUTICO (CT-AERONAUTICO)	525.305,41	0,05%	292.743,00	0,13%
4156 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE PETROLEO E GAS NATURAL (CT-PETRO)	7.556.585,73	0,72%	269.614,37	0,12%
4185 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO (CT-INFO)	12.982.883,99	1,25%	4.091.650,89	1,85%
4949 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NA REGIAO AMAZONICA (CT-AMAZONIA)	395.065,78	0,04%	174.950,00	0,08%
7N34 - FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTRATEGICAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%

8563 - FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE TRANSPORTE AQUAVIARIO E DE CONSTRUCAO NAVAL (CT-AQUAVIARIO)	1.382.805,00	0,13%	238.570,22	0,11%
T O T A L	1.040.345.239,75	99,79%	221.195.531,75	99,80%

Fonte: SIAFI (consultas 31/12/2015 e 31/12/2016)

Nota: foram retiradas do cálculo as ações 4148 e 4947, do FNDCT, pois se enquadram na categoria de recursos ordinários fonte 100.

Assim, os recursos destacados do FNDCT foram em sua maioria (64,09%) destinados à continuidade de ações implementadas em anos anteriores e apenas 35,91% foram investidos em novas ações.

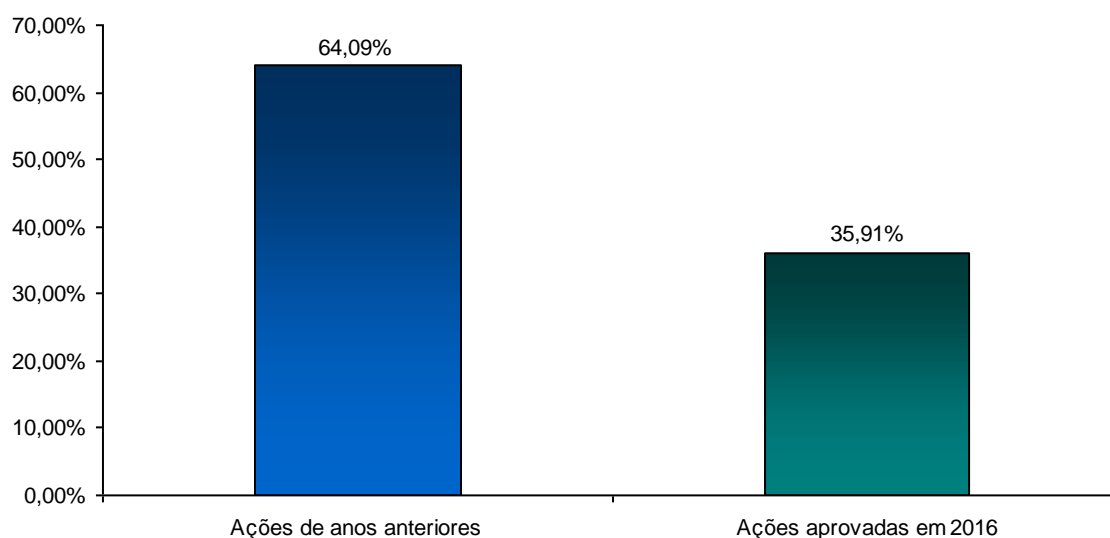


Figura 6 – Percentual de recursos orçamentários do FNDCT repassados em 2016 - destinados à continuidade de ações do FNDCT aprovadas em anos anteriores e para implementação de novas ações.

Em 2016 somente seis novas ações foram aprovadas pelo FNDCT para serem executadas pelo CNPq, das quais duas verticais e quatro ações transversais. As ações verticais foram financiadas com créditos extraordinários vinculados ao CT-Saúde (Lei 13.310 de 07 de julho de 2016) para o estudo do Zika vírus e suas implicações para a saúde humana no total de R\$ 20,00 milhões, dos quais R\$13,58 milhões pagos (Tabela abaixo).

Tabela 10 – Ações verticais aprovadas para execução do CNPq em 2016

Eixo	Linha	Programa	Fundo Setorial	Ações Propostas	Instrumento	Total TR	Empenhado em 2016	Pago em 2016
01	03	3.2	CT-Saúde	02 - Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no combate ao Vírus Zika	Edital 14/2016	15,00	15,00	10,21
01	03	3.2	CT-Saúde	03 - Apoio emergencial a pesquisas em andamento para avanço do conhecimento sobre o Vírus Zika e suas implicações para a saúde humana e implementação e manutenção de biobancos de soros e material biológico referente a estudos de infecções por arbovirus e à microcefalia	Encomenda	5,00	5,00	3,37
Total						20,00	20,00	13,58

Nota: Recursos do CT-Saude oriundos de créditos extraordinários (Lei 13.310 de 07 de julho de 2016)

Os recursos investidos pelo FNDCT em 2016 na formação de recursos humanos permitiram ao CNPq o pagamento de bolsistas em diferentes modalidades de bolsas de pesquisa, como as de desenvolvimento científico e tecnológico (DCR, DEJ, DES, DTC e DTI) e de formação, tais como de doutorado e mestrado, além de bolsas de iniciação científica destinadas a alunas de graduação, em diferentes regiões do país.

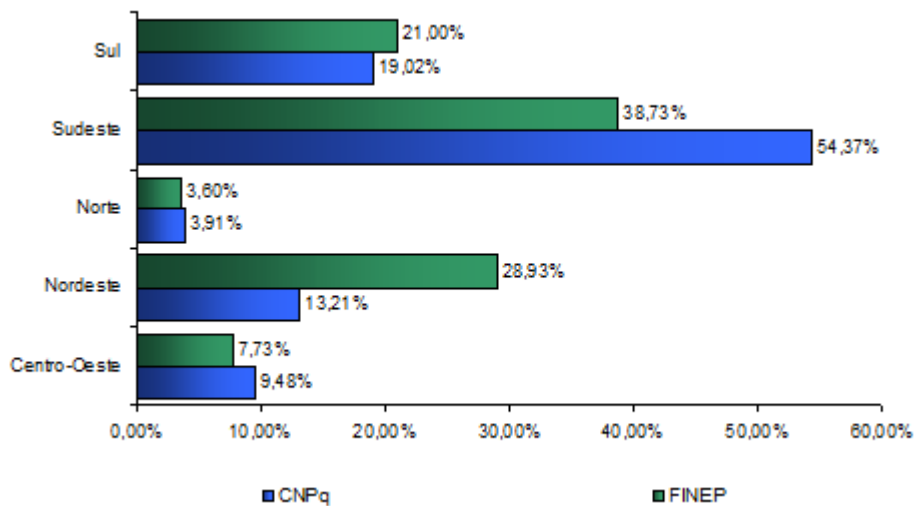


Figura 7 – Distribuição percentual de bolsistas pagos com recursos oriundos do FNDCT em 2016 por região geográfica e agência. Exceto CsF.

ANEXO III

DOCUMENTO: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS ÁREAS

